



RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017





RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017



ÍNDICE

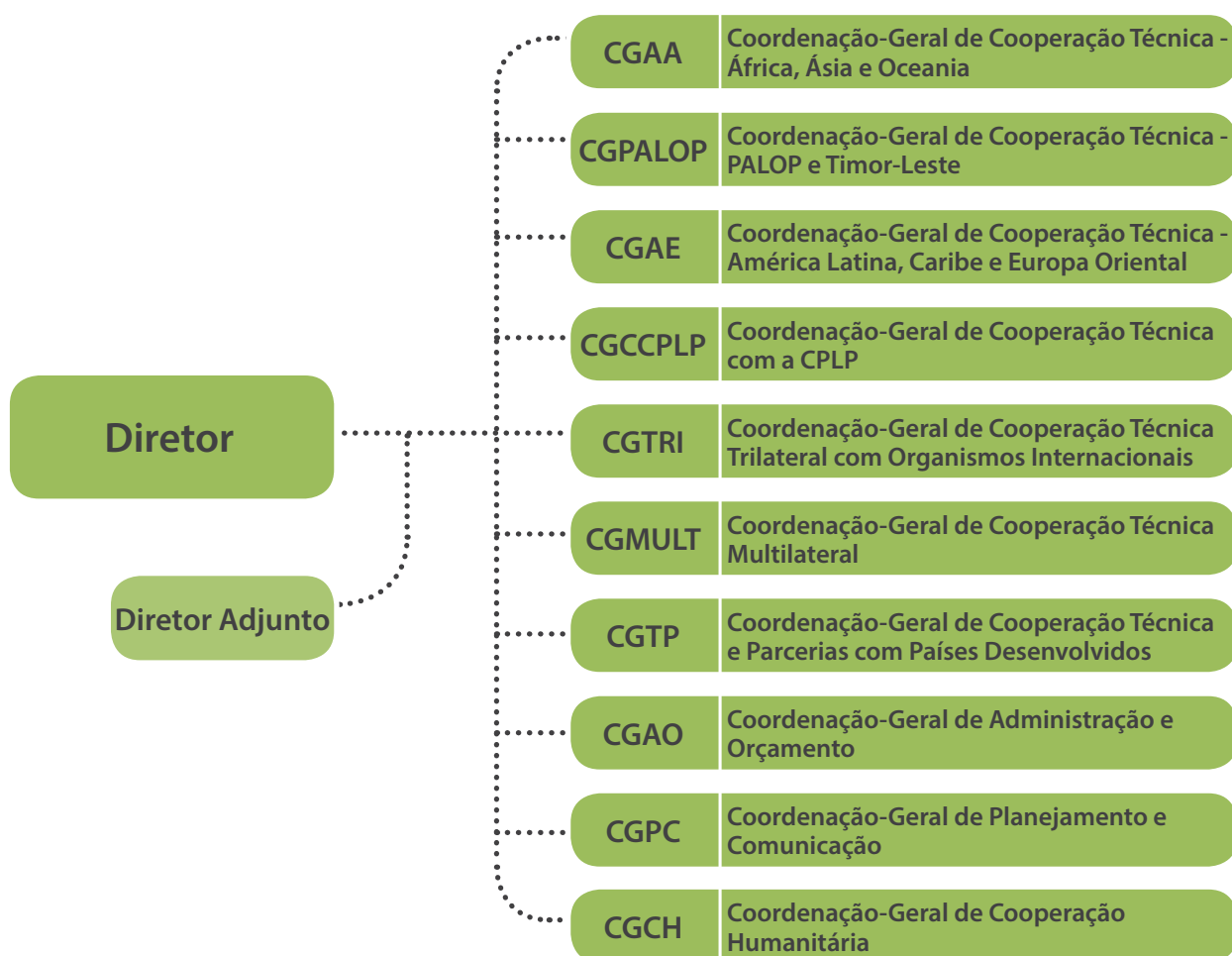
INTRODUÇÃO.....	07
1. COOPERAÇÃO TÉCNICA BILATERAL DESENVOLVIDA COM PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL, CENTRAL, CARIBE E LESTE EUROPEU.....	13
2. COOPERAÇÃO TÉCNICA BILATERAL DESENVOLVIDA COM PAÍSES DA ÁFRICA DE LÍNGUA PORTUGUESA (PALOP) E TIMOR-LESTE.....	27
3. COOPERAÇÃO TÉCNICA NAS ÁREAS DE DEFESA E DIPLOMACIA.....	33
4. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP).....	34
5. COOPERAÇÃO TÉCNICA BILATERAL DESENVOLVIDA COM PAÍSES DA ÁFRICA, DO ORIENTE MÉDIO, DA ÁSIA E OCEANIA.....	39
6. COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	43
7. COOPERAÇÃO TÉCNICA MULTILATERAL.....	64
8. COOPERAÇÃO TÉCNICA E PARCERIAS COM PAÍSES DESENVOLVIDOS.....	73
9. COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA.....	90

INTRODUÇÃO

Está expresso no artigo 4º, inciso IX, da Constituição Federal que “a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais”, entre outros, pelo princípio da “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade”. Este é o marco maior da cooperação internacional do Brasil. Tendo em vista essa diretriz, o Brasil tornou-se referência mundial no campo da cooperação técnica Sul-Sul (na vertente do Brasil para o exterior), implementada em diversas áreas do conhecimento, com vistas a promover o desenvolvimento dos países do sul.

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), tem a missão de assegurar que o universo de iniciativas de cooperação técnica internacional nas vertentes do Brasil para o exterior e do exterior para o Brasil esteja integralmente alinhado às diretrizes estabelecidas na política externa brasileira nessa dimensão das relações internacionais. Para tanto, compete à ABC a identificação, promoção, planejamento, programação, negociação, coordenação, execução, quantificação e avaliação de ações de cooperação internacional empreendidas pela União. A cooperação técnica internacional brasileira é desenvolvida por meio de programas, projetos e atividades destinados à promoção do desenvolvimento social e inclusivo com países em desenvolvimento, em parceria com um ou mais estados estrangeiros e/ou organismos internacionais com os quais o Brasil mantenha Acordo Básico de Cooperação Técnica.

O Decreto nº 8.817, de 21/7/2016, modificado pelo Decreto 9.110 de 27/7/2017, aprovou a estrutura regimental do Ministério das Relações Exteriores e dotou a ABC de estrutura organizacional atualizada e em consonância com as suas atribuições atuais. Com a atualização regimental foram redefinidas as denominações e atribuições de cada Coordenação, bem como criadas as Coordenações Gerais de Cooperação Humanitária e a de Planejamento e Comunicação. O coordenador desta última é também o Vice-Diretor da ABC. Como se pode constatar no organograma abaixo, a ABC conta com 10 (dez) Coordenações-Gerais, oito delas responsáveis por desenvolver as atividades finalísticas da Agência: Coordenação-Geral de Cooperação Técnica – África, Ásia e Oceania (CGAA), Coordenação-Geral de Cooperação Técnica – PALOP e Timor-Leste (CGPALOP), Coordenação-Geral de Cooperação Técnica – América Latina, Caribe e Europa Oriental (CGAE), Coordenação-Geral de Cooperação Técnica com a CPLP (CGCPLP), Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Trilateral com Organismos Internacionais (CGTRI), Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Multilateral (CGMULT), Coordenação-Geral de Cooperação Técnica e Parcerias com Países Desenvolvidos (CGTP) e Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária (CGCH). Duas outras são voltadas para a implementação das atividades meio: Coordenação-Geral de Administração e Orçamento (CGAO) e Coordenação-Geral de Planejamento e Comunicação (CGPC). As ações fim da ABC estão descritas neste relatório de atividades.



As atividades meio referentes a administração, orçamento, planejamento e comunicação estão descritas nesta introdução. A ABC coordena o processo de elaboração de Plano de Trabalho Anual (PTA), em cumprimento à Portaria MRE nº 552, de 17/09/2015, a qual atribuiu à Agência funções de coordenação da cooperação internacional para o desenvolvimento no âmbito do Ministério das Relações Exteriores. Portanto, a ABC elabora o seu PTA e coordena a elaboração do plano das demais unidades da Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE) que atuam com cooperação internacional.

Também como resultado do grupo de trabalho criado a partir da mencionada Portaria, iniciou-se a discussão sobre o novo marco legal da cooperação internacional para o desenvolvimento, da qual resultou a elaboração, pela equipe técnica e gerencial da ABC, de proposta de projeto de lei que trata da política de cooperação internacional, submetida à análise da Casa Civil da Presidência da República no final de 2017. A minuta de texto legal tem sido analisada pelos ministérios setoriais envolvidos em ações de cooperação internacional. Nesta mesma direção, e com vistas a dotar a ABC de aparato jurídico adequado ao desempenho das suas atividades, até que o projeto de lei seja aprovado, foi elaborada minuta de decreto de cooperação técnica internacional, na vertente do Brasil para o exterior.

São listadas, neste relatório de atividades, ações de cooperação do Brasil para o exterior, na vertente Sul-Sul bilateral com países em desenvolvimento na África, América Latina, Ásia, Caribe, Oceania e Leste Europeu, bem como iniciativas de cooperação técnica trilateral em associação com organismos internacionais e com países desenvolvidos parceiros, efetivadas no ano de 2017. Igualmente, são apresentadas informações sobre a cooperação técnica do exterior para o Brasil nas vertentes bilateral e multilateral, além de projetos especiais, como aqueles desenvolvidos no âmbito do Mercosul, da Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB) e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). No total, entre cooperação recebida e cooperação Sul-Sul, estiveram em execução no ano de 2017, 483 ações coordenadas pela ABC. Nesse período, os países do Continente africano continuaram a ser os principais parceiros da cooperação técnica Sul-Sul do Brasil, seguidos da América Latina e o Caribe. Entre as regiões com maior concentração de ações, há projetos de cooperação com 42 países africanos e 32 das Américas.

As atividades de cooperação do exterior para o Brasil são geridas, na ABC, pela Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Multilateral (CGCMULT). Em 2017 as atividades foram divididas nas seguintes linhas de ação: orientação às instituições nacionais sobre as diretrizes, práticas e oportunidades de cooperação técnica com organismos internacionais; gestão de carteiras de projetos de cooperação técnica com organismos internacionais; participação em reuniões internacionais envolvendo o tema da cooperação internacional para o desenvolvimento; contribuição técnica para iniciativas de fortalecimento institucional da ABC; e modernização de processos internos de trabalho da Coordenação-Geral.

Ainda na vertente do exterior para o Brasil, a ABC atuou na orientação de aproximadamente uma centena de instituições brasileiras sobre o uso mais eficiente e eficaz da cooperação técnica com organismos internacionais, à luz das diretrizes governamentais e da legislação em vigor. A prestação de orientações e a articulação, pela ABC, entre as áreas e temas de interesse e de prioridade por parte de órgãos setoriais do Governo Federal brasileiro com o potencial de cooperação disponível em organismos internacional deu margem à realização de um grande número de reuniões de trabalho entre a Coordenação Multilateral e os ministérios setoriais no decorrer de 2017. Nesse contexto, com vistas a implementar um exercício mais eficaz de suas atribuições, a Coordenação manteve igualmente contatos periódicos com unidades do Itamaraty (Departamentos e Divisões), bem como com a Controladoria-Geral da União (CGU).

Na cooperação do Brasil para o exterior, os recursos orçamentários da Agência têm sido empregados principalmente em projetos nas áreas de saúde, educação, agricultura, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento social, meio ambiente, trabalho e emprego, administração pública e segurança pública. Na coordenação desses projetos, a ABC trabalhou, em 2017, com 84 instituições executoras parceiras brasileiras.

Merece destaque evento realizado nos dias 25 e 26 de maio de 2017, data em que a ABC organizou uma atividade de celebração dos seus 30 anos de existência. Trata-se da mais antiga agência de cooperação de um país em desenvolvimento. A cerimônia contou com ampla presença e participação dos principais parceiros da ABC na agenda da cooperação internacional, representantes de agências de cooperação e chancelarias dos países da América Latina e Caribe, África e Ásia, da América do Norte e Europa, Organismos Internacionais, assim como das áreas de governo e entidades brasileiras que têm atuado com maior destaque nessa

agenda. No total, foram mais de 400 participantes. A cerimônia foi presidida pelo Ministro das Relações Exteriores e contou com a presença dos chefes da Casa, do Ministro de Estado de Desenvolvimento Social e do Secretário da Previdência Social do Ministério da Fazenda. Além dessas autoridades participaram ex-Diretores da ABC, ex-Secretários-Gerais do MRE e representantes de Assessorias Internacionais dos Ministérios setoriais.

Para a ocasião, foram elaborados diversos materiais de comunicação, como um vídeo institucional; *folders*; publicações. Durante o evento, foram ainda criadas as contas das redes sociais Twitter e Instagram. Ainda relativas aos 30 anos da ABC, vale destacar a criação e realização da exposição fotográfica itinerante “30 anos da cooperação Sul-Sul brasileira”, que foi inaugurada no evento “*Global South-South Development Expo 2017*”, realizado em novembro de 2017, na Turquia, sob liderança do “*United Nations Office for South-South Cooperation (UNOSSC)*”.

A ABC pauta sua atuação pelo “Manual de Gestão da Cooperação Sul-Sul” – documento gerado internamente, de forma participativa – instituído pela Portaria MRE nº 182/2015.

Com a finalidade de consolidar o conhecimento e domínio técnico, de forma horizontal, por parte de todos os seus servidores, a ABC promoveu de agosto a dezembro de 2017, em parceria com a ENAP, a capacitação de sua equipe em gestão de projetos de cooperação Sul-Sul segundo os conceitos e metodologias definidas pelo Manual de Gestão. A capacitação contou com cerca de 90 participantes da Agência, distribuídos em três turmas.

Dentre as atividades de gestão administrativa e orçamentária realizadas em 2017, vale destacar a elaboração das revisões substantivas dos projetos guarda-chuvas BRA/13/008 – “Consolidação da Cooperação Técnica Sul-Sul Brasileira” e BRA/12/002 – “Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro”. Como consequência, eles tiveram extensão de suas vigências até 2023 e 2022, respectivamente, bem como o acréscimo orçamentário de US\$10 milhões e de US\$22,5 milhões, respectivamente.

Em março de 2017, foi concluída a avaliação final do projeto “Desenvolvimento de Capacidades na Gestão da Cooperação Sul-Sul e Trilateral”, de interesse estratégico da ABC, por ter envolvido 145 representantes de mais de 40 países em desenvolvimento em discussão e compartilhamento de práticas no tema. O projeto, realizado pela ABC em conjunto com o UNOSSC e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) de 2013 a 2017, teve como objetivo contribuir para o desenvolvimento de capacidades de países em desenvolvimento, com o propósito de fortalecer os pontos focais de cooperação nos distintos países, aprimorar a qualidade da cooperação e aumentar a capacidade de negociação política da cooperação. Como resultado, o projeto garantiu uma abordagem horizontal, encorajou o intercâmbio e apoio mútuo entre as instituições participantes e contribuiu para a consolidação do entendimento geral sobre a cooperação Sul-Sul. Semelhantemente, a ABC e o UNOSSC assinaram uma carta de intenções, estabelecendo parceria no tema de gestão da cooperação internacional com o intuito de contribuir com o avanço deste tema nos países em desenvolvimento.

Foi constituída em 2016 e efetivamente implantada em 2017, a área de comunicação da ABC com a finalidade de informar e tornar conhecidos os programas e projetos desenvolvidos pela cooperação técnica e humanitária do Brasil, bem como sobre seus impactos. Além de disseminar notícias, fotos, vídeos e materiais institucionais sobre os projetos, o Núcleo de Comunicação é

responsável também por intermediar a relação com a imprensa. Em 2017, foram publicadas 128 notícias no site da ABC, que reportaram tanto informações institucionais como conteúdo sobre os projetos, representativos de todas as áreas da ABC, além de ter sido feita ampla divulgação nas redes sociais Facebook, Instagram e Twitter.

As ações de cooperação técnica brasileira buscam alinhamento com as políticas nacionais de desenvolvimento do país parceiro, bem como visam ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – Agenda 2030. Além das áreas acima mencionadas, a CSS brasileira está voltada a ações em setores como administração financeira e bancária, produção de medicamentos, desenvolvimento urbano e formação profissional, buscando, dentro do solicitado pelos parceiros, a multidimensionalidade de atuação.

As ações de cooperação desenvolvidas pela ABC com os países em desenvolvimento têm um caráter estruturante e visam a garantir sustentabilidade, eficácia, desempenho e eficiência às iniciativas empreendidas, ademais dos impactos advindos para as administrações públicas locais. O fortalecimento de capacidades é o objetivo primordial das ações, e os impactos podem ser observados mediante os resultados positivos produzidos, tais como a elaboração de minutas de leis, o fortalecimento da produção de dados estatísticos destinados à elaboração de políticas públicas; o fortalecimento de instituições e dos quadros técnicos; a estruturação de infraestruturas físicas voltadas à capacitação e formação de mão de obra; a internalização de políticas públicas nas áreas objeto de cooperação; a capacitação da população-alvo e a melhoria direta na qualidade de vida da sociedade.

Em 2017, a ABC coordenou cerca de 610 iniciativas de cooperação técnica. Nas ações bilaterais, foram dispendidos aproximadamente US\$ 7,3 milhões de dólares. Já a cooperação trilateral com países desenvolvidos em benefício de países em desenvolvimento promoveu a realização de 24 projetos. A cooperação trilateral com organismos internacionais tem permitido a expansão da pauta brasileira de cooperação Sul-Sul totalizando, em 2017, 39 projetos em execução, em benefício de 14 países da América Latina e Caribe e 9 países da África, com destaque para Argentina, Colômbia, Costa Rica, Equador Paraguai e Peru na América Latina e Caribe, e Etiópia, Guiné-Bissau, Malawi, Moçambique, Senegal e São Tomé e Príncipe na África. A execução financeira da cooperação trilateral com organismos internacionais foi de cerca de US\$ 10,7 milhões de dólares.

A parceria com organismos internacionais permitiu a construção e a consolidação do conceito da modalidade de cooperação Sul-Sul trilateral, qual seja: “Modalidade de cooperação internacional para o desenvolvimento, de natureza complementar à cooperação Sul-Sul bilateral, com governança compartilhada, com valor agregado e vantagens comparativas identificáveis, que pode assumir diferentes arranjos de implementação envolvendo países em desenvolvimento, países desenvolvidos e/ou organismos internacionais, podendo assumir os seguintes formatos: Sul-Sul-Sul; Sul-Norte-Sul; Sul-O.I.-Sul; Trilateral +1”.

Vale ressaltar que os princípios da cooperação Sul-Sul foram naturalmente considerados na cooperação trilateral, assegurando, desta forma, o compartilhamento do protagonismo de todas as partes envolvidas, a devida apropriação do(s) país(es) parceiro(s), bem como a obtenção de mútuos benefícios entre os países participantes da iniciativa, independentemente da origem dos recursos.

Além da intensa agenda bilateral com grande número de países em desenvolvimento, apenas no campo de trabalho da cooperação técnica e parcerias com países desenvolvidos a ABC conduziu mais de 50 encontros de coordenação, em 2017, com Embaixadas e Agência parceiras. Os esforços para consolidar a mudança de escopo do trabalho com tais parceiros se deu com maior ênfase para a concepção de mecanismos de coordenação de parcerias para o desenvolvimento global (ex.: Reino Unido, Alemanha, EUA e Japão).

Em termos de pauta de trabalho com os países desenvolvidos, registrou-se atuação e desempenho da equipe técnica com a preparação e acompanhamento de 20 processos para formalização de instrumentos legais de projetos e atividades, realização de cerca de 150 missões técnicas de projetos e de participação em eventos internacionais. Houve ainda a recepção e análise de mais de 30 demandas de cooperação, acompanhamento dos compromissos estabelecidos em programas, projetos e atividades de um portfólio de cooperação técnica que incluiu 82 ações bilaterais no Brasil, mais 34 de cooperação trilateral em favor de países em desenvolvimento e 3 de caráter global/regional.

1. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM PAÍSES DA AMÉRICA DO SUL, CENTRAL, CARIBE E LESTE EUROPEU

De janeiro a dezembro de 2017, a ABC, por meio da Coordenação-Geral de América Latina, Caribe e Europa Oriental (CGAE), coordenou 138 ações de cooperação técnica bilateral com 30 países da América Latina e do Caribe, das quais 77 foram concluídas ou estavam em execução até o final de 2017, conforme apresentado na Tabela 1. A atuação da ABC nos países da região, guiada pelas demandas recebidas e em consonância com a política externa do governo brasileiro, busca priorizar os países da América do Sul, bem como aqueles de menor índice de desenvolvimento humano (IDH), com o objetivo de contribuir para a diminuição da desigualdade no continente americano.

Tabela 1. Ações realizadas de janeiro a dezembro de 2017

Ações Realizadas	Total em dezembro de 2017
Número de projetos em execução	77
Número de projetos e atividades isoladas em negociação	44
Número de atividades isoladas executadas	17
Total	138

Com o intuito de otimizar os recursos disponíveis, além de buscar fontes de recurso alternativas para financiamento das iniciativas, os projetos e programas têm sido negociados à luz do compartilhamento dos custos com as demais instituições e governos envolvidos nas ações e da retirada da pauta daquelas iniciativas cujo ritmo de implementação não é considerado satisfatório pelas instituições coordenadoras.

Com a realização, em 2018, do 8º Fórum Mundial da Água no Brasil, em Brasília, a ABC e a Agência Nacional de Águas (ANA) desenvolveram, em 2017, a atividade regional "*Participação de Instituições Relacionadas à Gestão de Recursos Hídricos da América Latina e Caribe em Ações Preparatórias e no 8º Fórum Mundial da Água 2018*". A ação conjunta teve por objetivo fortalecer tecnicamente as instituições participantes, voltadas à gestão dos recursos hídricos em países da América Latina e Caribe, por meio da cooperação técnica. No ano de 2017 foram realizadas oficinas regionais, abrangendo os países da América do Sul, Central e Caribe.

A ABC realizou também cinco reuniões de Grupos de Trabalho de cooperação técnica com os seguintes países: Argentina (intitulada Comissão Mista), Bolívia, Guiana, Paraguai e El Salvador. Esses encontros contribuem para a gestão e planejamento da cooperação Sul-Sul, bem como para o monitoramento e a avaliação dos programas. Os Grupos de Trabalho são amparados por atos internacionais, e os êxitos alcançados por esses instrumentos são reconhecidos pelos países da região, que têm buscado replicar a experiência em suas relações bilaterais com

outros parceiros, bem como incorporar elementos das reflexões promovidas no âmbito desses encontros em suas práticas de gestão da cooperação bilateral.

No âmbito da cooperação em saúde, destaca-se o projeto de **"Fortalecimento da Autoridade Sanitária do Haiti"**, concluído em 2017, desenvolvido em parceria com Cuba. Nessa etapa trilateral, foram mobilizados cerca de US\$ 50 milhões pelo governo brasileiro desde sua assinatura, em 2010.

O projeto **"Reforço da Gestão dos Serviços e do Sistema de Saúde no Haiti"**, financiado com recursos do Fundo para Reconstrução do Haiti (FRH) e orçado em US\$ 20 milhões, foi assinado em 23 de junho de 2017. A iniciativa visa a apoiar a gestão e a manutenção de três hospitais comunitários de referência e do Instituto Haitiano de Reabilitação, construídos no âmbito da cooperação tripartite, e a implementar um plano sustentável de transferência progressiva destes para o governo haitiano, além de fortalecer a gestão e a governança na saúde pública, quanto aos serviços de urgência e emergência.

Destaca-se, ainda, o projeto **"Centro de Formação Profissional"**, com orçamento de US\$ 17 milhões, igualmente financiado com recursos do Fundo para Reconstrução do Haiti (FRH). Trata-se de uma parceria entre a ABC, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o PNUD e o Instituto Nacional para a Formação Profissional do Haiti (INFP), que visa a contribuir para o aumento da qualificação da força de trabalho haitiana, melhorando as chances de emprego dos cidadãos daquele país. É o maior projeto na área de formação profissional já desenvolvido pelo Brasil no exterior.

Outra iniciativa de importância estratégica para o governo brasileiro e para os países da América do Sul é o programa de cooperação em segurança pública na região de fronteira. Em parceria com a Polícia Federal e a Academia Nacional de Polícia - o maior estabelecimento de ensino policial da América Latina -, estão sendo negociados e implementados projetos bilaterais com Bolívia, Paraguai e Peru, assim como uma proposta de cooperação regional. Essas iniciativas deverão ser replicadas em outros países da América do Sul, após a conclusão com êxito das propostas que estão sendo negociadas.

Em relação à cooperação no âmbito da defesa, o Ministério da Defesa transferiu recursos à ABC para apoiar atividades de formação de militares da Bolívia, Paraguai, Suriname e Guiana.

De forma resumida, relaciona-se abaixo as atividades desenvolvidas no âmbito de cada país parceiro na América Latina, Caribe e Leste Europeu, em 2017.



1. Argentina

No contexto das relações bilaterais, cabe destacar a realização da IV Reunião da Comissão Mista de Cooperação Técnica Brasil-Argentina. O encontro reafirmou o compromisso de ambos os países no desenvolvimento da cooperação Sul-Sul. Na ocasião, foram elaborados sete projetos de cooperação, baseados nos objetivos de desenvolvimento

sustentável, nos seguintes eixos prioritários para os países: políticas sociais e populações vulneráveis; meio ambiente e agroindústria. Cabe mencionar que a cooperação com a Argentina tem o custo operacional compartilhado. Pode-se destacar, ainda, a agilidade na execução das iniciativas que, apesar de elaboradas em fins de abril de 2017, já contavam com atividades executadas em quatro projetos ao final daquele ano.



2. Bolívia

Para a renovação da pauta bilateral, foi realizada a II Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Bolívia, de 13 a 17 de fevereiro de 2017, em La Paz, que contou com a negociação e elaboração de nove iniciativas nas áreas de meio ambiente, agricultura familiar, cultura, metrologia e segurança pública. Dessa forma, a pauta bilateral registrou, ao final de 2017, 10 projetos, sendo dois

em execução na área de meio ambiente (recursos hídricos e fauna silvestre), e oito projetos em processo de assinatura, nas áreas de agricultura (agricultura familiar, agropecuária e florestal), cultura (política museológica), metrologia e segurança pública (gestão migratória, luta contra o narcotráfico e tráfico de pessoas).

Foi celebrado ainda, em 2017, o Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre Brasil e Bolívia para implementação do projeto "Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Estado Plurinacional da Bolívia".



3. Colômbia

A cooperação técnica bilateral se caracteriza pela diversidade dos temas tratados e pelo incremento do interesse pela troca de experiências e conhecimentos entre Brasil e Colômbia.

Em 2017, foram assinados quatro projetos elaborados por ocasião da Reunião do Grupo de Trabalho: Projeto de Transferência do Modelo da

Rede Colombiana Contra o Trabalho Infantil e Intercâmbio de Experiências de Diálogo Social no Marco dos Direitos Fundamentais do Trabalho, com o Ministério do Trabalho; Fortalecimento de Capacidades dos Sistemas Nacionais de Áreas Protegidas de Brasil e Colômbia para o manejo efetivo de áreas protegidas com impacto regional, em parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Fortalecimento da capacidade dos bombeiros da Colômbia frente a incêndios florestais, em parceria com o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; e Fortalecimento na formulação e atualização de protocolos de avaliação agrônômica para cultivos de pastos e soja, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Os três últimos já haviam iniciado suas atividades no final de 2017. Cabe mencionar que a

cooperação com a Colômbia tem o custo operacional compartilhado. Vale ainda ressaltar a assinatura e o início da cooperação para Fortalecimento das Capacidades dos Bombeiros de Antioquia.



4. Costa Rica

Em 2017, a ABC manteve estreitos contatos com a Embaixada da Costa Rica em Brasília, a fim de negociar visita técnica da Agência Nacional de Águas à cidade de São José, para elaboração de uma iniciativa em matéria de recursos hídricos. Sobre o mesmo tema, pode-se sublinhar a participação de dois representantes costa-riquenhos na oficina preparatória à realização do 8º Fórum Mundial da Água, ocorrida em Santo Domingo, em novembro de 2017.



5. El Salvador

No âmbito da XI Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-El Salvador, realizada em San Salvador, no período de 3 a 6 de abril de 2017, foram elaborados três novos projetos, sendo dois na área de saúde (doenças crônicas e banco de leite) e um na área de desenvolvimento social (erradicação da pobreza), bem como foi reformulado um projeto na área de agricultura (feijão vermelho).

Esses projetos apoiam a reestruturação de políticas públicas em temas prioritários para o governo salvadorenho e contam com a parceria de instituições brasileiras de excelência, como o Ministério da Saúde e o Ministério do Desenvolvimento Social.

Ao final de 2017, a carteira bilateral contava com nove projetos, sendo seis projetos em execução e três em processo de assinatura.



6. Equador

A pauta de projetos com o Equador se caracteriza pela abrangência de temas como agricultura, saúde, trabalho e emprego, e televisão digital. Cabe sublinhar a conclusão com êxito, em 2017, de três iniciativas da pauta bilateral.

Destaca-se o projeto sobre televisão digital, cujo seminário final foi realizado na cidade de Quito, no período de 16 a 20 de outubro. A abertura do evento contou com a participação do Ministro das Telecomunicações do Equador (MINTEL) e com mais de 120 representantes equatorianos. Na ocasião, foram realizadas também capacitações

em conceitos básicos de televisão digital, sistemas de multiplexação, sistemas de modulação, sistema de transmissão, planejamento e dimensionamento e compartilhamento de canais.

No que se refere à saúde, pode-se ressaltar a atividade realizada em junho de 2017, no âmbito do projeto Fortalecimento e Consolidação das Capacidades Técnicas para a Gestão da Rede Equatoriana de Bancos do Leite Humano (BHL). Como resultado da atividade, técnicos equatorianos foram treinados em gerenciamento de informações, adaptação e implementação do sistema de informação e gerenciamento em todos os BLH no país.

Esteve em curso a preparação, pela ABC e o Ministério das Relações Exteriores e Mobilidade Humana do Equador, da avaliação do programa 2015-2017, a ser realizada em 2018, para conhecer os resultados dos projetos concluídos, bem como novas demandas de cooperação para a próxima reunião do grupo de trabalho, a ter lugar naquele ano.



7. Guatemala

Entre os dias 22 e 26 de agosto de 2016, realizou-se a III Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Guatemala, na cidade da Guatemala. Naquela ocasião, além da avaliação dos projetos que compunham o programa, foram elaborados os novos projetos que integram a pauta de cooperação bilateral com o país.

Ao final de 2017, o programa era composto de cinco projetos em negociação. As iniciativas abrangem as áreas de agricultura, saúde e trabalho.



8. Guiana

A I Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica, para avaliação do programa de cooperação e negociação de novos projetos, ocorreu no período de 5 a 8 de junho de 2017, em Georgetown. Na ocasião, foram elaborados e aprovados três projetos nas áreas de agricultura e meio ambiente.

Ao final de 2017, encontrava-se também em negociação o projeto "**Tecnologias para Combate aos Efeitos da Seca na Região IX da Guiana**", a ser implementado por meio de Termo de Execução Descentralizada pelo 6º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército (6º BEC), com a finalidade de mitigar os efeitos da seca prolongada, por meio da perfuração de poços artesianos nas localidades de Para Bara, Bashaidrum, Achawib, Karaudarnau, Aishalton, Awarewanau, Maruranau e Shea.

Em 22 de dezembro de 2017, foi assinado o Ajuste Complementar para a implementação do projeto "**Tecnologias para Combate aos Efeitos da Seca na Região IX da Guiana**".



9. Haiti

No âmbito da cooperação em saúde, a ABC e o Ministério da Saúde do Brasil encerraram em 2017 o projeto de fortalecimento da Autoridade Sanitária do Haiti, que contou com a parceria de Cuba e o desembolso de cerca de US\$ 50 milhões do governo brasileiro desde sua assinatura, em 2010.

Em continuidade a essa iniciativa, o projeto Reforço da Gestão dos Serviços e do Sistema de Saúde no Haiti, financiado com recursos do Fundo de Reconstrução do Haiti (FRH), orçado em US\$ 20 milhões, foi assinado em 23 de junho de 2017. O projeto visa a apoiar a gestão e a manutenção de três hospitais comunitários de referência e do Instituto Haitiano de Reabilitação, construídos no âmbito da cooperação tripartite, e implementar um plano sustentável de transferência progressiva destes hospitais, além de fortalecer a gestão e a governança na saúde pública ao apoiar a organização dos serviços de urgência e emergência.

Cabe destacar, também, o projeto Centro de Formação Profissional, com orçamento de US\$ 17 milhões, também financiado com recursos do FRH. O projeto é uma parceria entre a ABC, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o PNUD e o Instituto Nacional para a Formação Profissional do Haiti (INFP). A iniciativa, que visa a contribuir para o aumento da qualificação da força de trabalho haitiana melhorando as chances de emprego dos cidadãos daquele país, é o maior projeto na área de formação profissional já desenvolvido pelo Brasil no exterior.

O projeto deverá contemplar a construção de três centros de formação profissional nas localidades de Les Cayes (sul), Fort Liberté (norte) e Saint Marc (planalto central), de forma a beneficiar geograficamente todo o país. Serão oferecidos cursos nas áreas de refrigeração e climatização, mecânica, construção civil, tecnologia da informação e mecânica de automóveis.

Ademais, em missão de prospecção realizada em outubro de 2017, a ABC elaborou, em conjunto com entidades parceiras haitianas, três minutas de projetos de cooperação técnica, em temas de gestão prisional, metrologia e recursos hídricos.



10. Honduras

Os resultados da cooperação bilateral com Honduras, em 2017, remontam à VI Reunião de Cooperação Técnica Brasil-Honduras, realizada no período de 14 a 18 de novembro de 2016, em Tegucigalpa. Na ocasião, Foi avaliado projeto em matéria de saúde mental que permitiu a capacitação de 60 técnicos e a elaboração do diagnóstico sobre doença mental de Honduras. A iniciativa teve grande êxito,

o que acarretou a elaboração de um novo projeto no tema. Com relação ao banco de leite, foram doados os equipamentos pelo governo brasileiro para a implantação de dois novos

bancos de leite, atendendo a 30 mil mulheres lactantes e beneficiando 733 recém-nascidos. Em decorrência do êxito do projeto, também foi elaborada uma nova iniciativa para dar continuidade à implantação de mais três bancos de leite. Na área de desenvolvimento social, referente ao projeto "**Fortalecimento Institucional do Programa de Asignación Familiar (PRAF) com base nas experiências operacionais do Programa Bolsa Família do Brasil**", o MDS capacitou 10 técnicos da Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social (SEDIS) para operar o sistema de registro único de beneficiários. Com relação ao projeto "**Programa de Alimentação Nutricional Cozinha Brasil-Honduras**", após a doação da cozinha semifixa pelo governo brasileiro, 5.000 mães formaram os comitês de alimentação escolar de 32 municípios, capacitados com a utilização de metodologia do programa.

Ao final de 2017, o Programa Brasil-Honduras contava com seis projetos em execução e três em processo de assinatura.

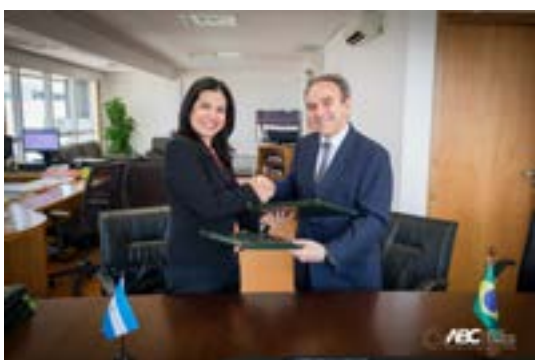


11. México

A cooperação técnica entre Brasil e México é caracterizada por seu equilíbrio e horizontalidade, sendo que ambos países oferecem e recebem cooperação técnica, e pela diversidade dos temas tratados, que abarcam agricultura, trabalho e emprego, meio ambiente, pecuária e saúde.

Pode-se destacar a realização, em fevereiro de 2016, da III Comissão Binacional Brasil-México, com a presença dos chanceleres dos dois países, ocasião em que foram discutidos temas da agenda bilateral. No âmbito do mencionado encontro, o Diretor da ABC copresidiu a Subcomissão de Cooperação Técnica e Científica e a VI Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica, por meio da qual foi pactuado o programa de cooperação do biênio 2016-2018 nas áreas de agricultura, trabalho e emprego, meio ambiente, recursos hídricos e saúde.

Ao final de 2017, o programa bilateral totalizava onze projetos, sendo três em negociação, três em execução e cinco concluídos.



12. Nicarágua

No final do ano de 2017, o programa era composto por sete projetos em execução e dois em processo de assinatura. As principais áreas de cooperação entre os dois países eram saúde, meio ambiente, habitação e energia.

Mereceu destaque o projeto "**Apoio ao Desenvolvimento de Gestão e Sistema de Informação de Recursos Hídricos na Nicarágua**", que permitiu discussões técnicas entre a Autoridade Nacional de Águas (ANA Nicarágua) e a Agência Nacional de Águas do Brasil. A ANA Nicarágua

manifestou o interesse em aprofundar temas como reuso de água subterrânea, sistemas de informação de águas subterrâneas, gestão de águas subterrâneas, fluxos ambientais, metodologias para o cálculo de balanço hídrico e gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, ampliando assim o alcance inicialmente previsto para o projeto. Até o final daquele ano, a ANA Brasil estava verificando a possibilidade de inserção desses temas em agendas futuras, envolvendo a participação de superintendências internas da ANA, do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e do Sistema de Informação sobre Águas da Nicarágua (SiAGUA).



13. Paraguai

Foi realizada em Brasília, no dia 26 de maio de 2017, com a presença da Diretora de Cooperação Internacional da Chancelaria paraguaia, Ministra Cynthia Filártiga, reunião preparatória para a definição dos eixos programáticos para os projetos que foram negociados na I Reunião do Grupo de Trabalho Brasil-Paraguai, que ocorreu no período de 25 a 29 de setembro de 2017, em Assunção. A

reunião teve como objetivo o relançamento do programa de cooperação bilateral. Na ocasião, foram alcançados os objetivos de negociar seis novos projetos nas áreas de agricultura, metrologia, silvicultura e segurança fronteiriça, com vistas à ampliação e diversificação da agenda bilateral de cooperação. As delegações paraguaia e brasileira foram presididas, respectivamente, pelo Vice-Ministro das Relações Exteriores, Embaixador José Antonio dos Santos, e pelo Subsecretário-Geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Santiago Irazabal Mourão.

A delegação brasileira foi constituída por representantes da Polícia Federal, do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) e da Universidade Federal de Viçosa (UFV), e pela parte paraguaia participaram o Ministerio del Interior, representado pela Policia Nacional Paraguuaia, o Instituto Florestal Nacional (INFONA), o Instituto Nacional de Tecnología, Normalización y Metrología (INTM), a Secretaría del Ambiente (SEAM), o Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social e o Ministerio de Agricultura y Ganadería (MAG).



14. Peru

Merece destaque a realização do II Encontro de Bancos de Leite Humano Brasil-Peru. O evento, realizado em abril de 2017, reuniu mais de 150 profissionais da área da saúde de todos os territórios peruanos com o objetivo de trocar experiências na matéria e discutir o fortalecimento e a ampliação da Rede de Bancos de Leite local.

Quanto à cooperação em matéria agrícola, cabe ressaltar a realização de capacitação em

produção in vitro de espécies florestais madeireiras e não madeireiras no âmbito do projeto **"Fortalecimento de capacidades locais para o manejo e aproveitamento sustentável de espécies madeireiras e não madeireiras de florestas comunitárias nas bacias do Yavarí e do Purús"**.

Sobre recursos hídricos, sublinha-se a realização de atividade que consistiu em avaliar a rede hidrológica peruana.



15. República Dominicana

É importante mencionar a segunda fase do projeto de implementação da Rede de Bancos de Leite Humano, que na primeira fase, encerrada em julho de 2014, implantou o primeiro Banco de Leite Humano da República Dominicana. No campo dos sistemas de saúde pública, o Banco de Leite Humano é uma estratégia de segurança alimentar e nutricional no atendimento neonatal, voltada para atingir os

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com ênfase na redução da mortalidade infantil.

O projeto possibilitou o desenvolvimento de um processo contínuo de assistência técnica para a organização e o funcionamento do BLH, transformando-o em um Centro de Referência no país, ou seja, este modelo será reproduzido para outros hospitais, possibilitando, no futuro, a criação de uma Rede de Bancos de Leite. Durante o período de execução foram registrados: a capacitação de 39 técnicos dominicanos, 2.042 atendimentos a recém-nascidos, 12.016 atendimentos individuais a crianças, 1.758 mães cadastradas como doadoras individuais e 896 recém-nascidos internados em unidades de terapia intensiva neonatal e semi-intensiva. Nesta segunda fase, será beneficiado o Hospital Materno Infantil San Lorenzo de Los Mina. Ao final de 2017, o projeto estava em processo de assinatura.

Destaca-se também o grande êxito do projeto **"Cultivando Água Boa"**, que foi renovado por solicitação do governo dominicano.

O Programa Bilateral de Cooperação com a República Dominicana encerrou o ano de 2017 com nove projetos em execução e um em processo de assinatura nas áreas de meio ambiente, saúde, direitos humanos, segurança, educação e previdência social.



16. Suriname

O programa era composto, em 2017, por seis projetos em execução, que abrangem as áreas de agricultura, mineração, administração pública (finanças) e saúde, além de cinco projetos em negociação, nas áreas de saúde, agricultura, geologia e meio ambiente, resultantes de uma missão multidisciplinar a Paramaribo, realizada entre 7 e 10 de julho de 2015. Destacam-se os setores da saúde, que contava

com quatro iniciativas nos temas de prevenção e tratamento a HIV-AIDS, malária, doença de chagas e leishmaniose; e de agricultura, sendo dois projetos executados em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Embrapa, além de iniciativa em negociação na área de produção de cacau, com o apoio da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

Merece destaque ainda a proposta de cooperação na área de gestão dos recursos hídricos, em parceria com a ANA, que se insere no contexto do esforço conjunto entre a ABC e a ANA para a implementação de um programa de cooperação técnica para o fortalecimento da gestão da água nos países da América do Sul. Cumpre ressaltar também o projeto na área de geologia, em parceria com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM), que busca contribuir para a iniciativa do Governo surinamês de elaboração de um novo mapa geológico do Suriname, tema considerado de importância estratégica para o país.



17. Uruguai

A ABC, em parceria com a ANA e a Direção Nacional de Água e Saneamento (DINAGUA), executam dois projetos na área de recursos hídricos nas bacias hidrográficas transfronteiriças do Rio Quaraí e da Lagoa Mirim, que visam à caracterização da disponibilidade hídrica, o monitoramento hidrológico conjunto e a prevenção de eventos críticos de enchentes e secas.

O primeiro projeto, "**Modernização da Rede Hidrometeorológica Transfronteiriça**", assinado em 2013, permitiu estruturar, com equipamentos doados ao governo uruguaio, uma rede de monitoramento hidrometeorológico compartilhada e modernizada. Após o envio dos equipamentos e algumas capacitações, verificou-se a necessidade de se ter uma "sala de situação" onde os técnicos uruguaios pudessem operar os conhecimentos de variáveis hidrometeorológicas de qualidade da água, tratamento de dados e procedimentos de seu armazenamento, bem como de se estabelecer base de dados e manuseio de sistemas de informação.

Além disso, em 2014 foi assinado o projeto "**Programa de Monitoramento de Recursos Hídricos nas Bacias Hidrográficas Transfronteiriças da Lagoa Mirim e Quaraí – Implantação da Sala de Situação**", ainda em execução ao final de 2017, que tem por objetivo apoiar as ações do programa de monitoramento compartilhado das bacias hidrográficas, gerando acesso a informações de interesse mútuo para a gestão de risco de secas e inundações.

Cooperação com Leste Europeu

O Programa Brasileiro de Cooperação com o Leste Europeu foi desenvolvido com o objetivo de incentivar a dinamização das relações do Brasil com os países daquela região. Entre 2010 e 2013, as ações de cooperação concentraram-se em cinco países: Albânia, Armênia, Azerbaijão, Geórgia e Ucrânia.

Até o final de 2017, não havia dispositivo jurídico para reger as atividades de cooperação (Acordo Básico de Cooperação Técnica) com a maioria dos países do Leste Europeu, com exceção da Rússia, cujo Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entrou em vigor em 1999; da Geórgia, cujo Acordo Básico de Cooperação Técnica entrou em vigor em julho de 2017; e da Armênia, cujo Acordo Básico de Cooperação Técnica foi assinado em 2016 e encontra-se, ao final de 2017, em trâmite para aprovação no Congresso Nacional. Como parte dos esforços de estreitar laços com a região, tramitam processos para formalização de acordos com os demais países mencionados.

Na ausência de dispositivo jurídico internacional que ampare a implementação de programas de maior escopo, as ações de cooperação são estruturadas por meio de atividades que, embora apresentem formalização jurídica mais simples, respondem de forma estruturada às problemáticas apresentadas pelos países parceiros.

I. Albânia

O texto da proposta do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e Governo da República da Albânia encontra-se em análise pelo governo albanês.

II. Armênia

Foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, por ocasião da visita do presidente armênio ao Brasil, em 2016.

III. Azerbaijão

O texto da minuta do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e Governo da República do Azerbaijão encontra-se em análise no governo azeri.

IV. Georgia

Em 26 de agosto de 2011, foi celebrado o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Geórgia. O ato internacional entrou em vigor em julho de 2017.

V. Ucrânia

Nova minuta do Acordo Básico de Cooperação Técnica estava sendo analisada pelos setores competentes do Itamaraty ao final de 2017, a fim de ser apresentada ao governo ucraniano para aprovação.

Atividade Regional

Ações Preparatórias ao 8º Fórum Mundial da Água

O Fórum Mundial da Água contribui para o diálogo do processo decisório sobre a água em nível global, visando ao uso racional e sustentável desse recurso. Por sua abrangência política, técnica e institucional, o Fórum tem como uma de suas características principais a participação aberta e democrática de um amplo conjunto de atores de diferentes setores, traduzindo-se em um evento de grande relevância na agenda internacional. Um breve histórico das edições anteriores mostra um crescente interesse dos países e uma participação e envolvimento cada vez maior de autoridades governamentais, técnicos, empresas, setor privado, setor acadêmico, usuários e da sociedade civil nas discussões e nos comprometimentos de todos com os resultados e expectativas dos futuros eventos. Desde a primeira edição em Marrakesh, 1997, até a sétima na Coréia do Sul, em 2015, o porte e a importância do Fórum Mundial da Água o transformaram no maior acontecimento do planeta sobre o tema água.



A realização do 8º Fórum Mundial da Água no Brasil em 2018, na cidade de Brasília, será a primeira edição do fórum no hemisfério Sul e isto significa um reconhecimento ao fortalecimento e participação de países em desenvolvimento em discussões de âmbito global, notadamente no que se refere ao uso dos recursos hídricos. Atualmente, os aspectos geopolíticos do planeta apontam para uma interdependência entre as nações e a constatação da necessidade de criar um mundo de oportunidades e responsabilidades compartilhadas. O histórico fluxo de cooperação Norte-Sul tem sido revisto e é cada vez maior o potencial de países e instituições do hemisfério Sul, o que se traduz no incremento da importância da cooperação Sul-Sul, no crescente fortalecimento institucional desses países e em uma nova forma de cooperação mútua.

Assim, a ABC e a ANA desenvolveram a Atividade Regional "**Participação de Instituições Relacionadas à Gestão de Recursos Hídricos da América Latina e Caribe em Ações Preparatórias e no 8º Fórum Mundial da Água 2018**", com o objetivo de fortalecer o cenário institucional e técnico de instituições voltadas à gestão dos recursos hídricos em países da América Latina e Caribe, por meio de cooperação técnica e intercâmbio institucional que contribua para sua participação nas ações preparatórias e no próprio 8º Fórum Mundial da Água em 2018.

Para tanto, foram realizadas quatro oficinas regionais, cujos resultados são descritos a seguir:

1) Países da América do Sul

Foi realizada em Montevideu, no período de 16 a 18 de agosto de 2017, a oficina "**Agenda para o Desenvolvimento da Gestão da Água nos Países da América do Sul e o 8º Fórum Mundial da**

Água de 2018". A oficina contou com a presença de 26 participantes dos países da América do Sul. A definição das ações prioritárias comuns pelos países participantes resultou nas seguintes prioridades:

- a) Melhorar o conhecimento dos recursos hídricos;
- b) Prevenir e reduzir os riscos de catástrofes no âmbito da gestão integrada dos recursos hídricos, levando em consideração a mudança climática;
- c) Implementar estratégias de melhoria da qualidade da água para o desenvolvimento sustentável;
- d) Avançar como região a gestão compartilhada e participativa de recursos de água transfronteiriça;
- e) Fortalecer as capacidades institucionais para a gestão integrada de recursos hídricos.

O encerramento dos trabalhos da oficina ocorreu na sexta-feira, dia 18 de agosto, com a apresentação de sugestões para a articulação dos Diretores de Águas da América do Sul e a avaliação do evento.

2 e 3) Países do Caribe e da América Central

Realizaram-se, nos dias 07 a 10 de novembro de 2017, em São Domingos, República Dominicana, as oficinas "**Agenda para o Desenvolvimento da Gestão da Água e o 8º Fórum Mundial da Água de 2018**" para os países do Caribe e da América Central, respectivamente. As oficinas foram coordenadas pela ABC, com o apoio do Ministério de Economia, Planejamento e Desenvolvimento (MEPyD), e contaram com a participação de cerca de 60 pessoas, entre gestores, especialistas e diplomatas responsáveis pelo tema dos recursos hídricos dos países do Caribe e da América Central. Participaram da primeira oficina representantes de Barbados, Granada, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, República Dominicana e Brasil. A oficina da América Central contou com representantes da Costa Rica, Honduras, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá e Brasil, além de técnicos da República Dominicana na condição de observadores.

Ao final do primeiro dia, deu-se início à definição das ações prioritárias comuns para o Caribe, trabalho que continuou durante todo o segundo dia do evento e resultou nas seguintes prioridades:

- i) Construir uma estrutura de gestão das águas, que inclua práticas inovadoras de governança entre as autoridades responsáveis, diferentes níveis de governo e atores envolvidos;
- ii) Desenvolver a capacidade de resiliência frente às mudanças climáticas nos setores de águas e saneamento;
- iii) Criar um fundo acessível e sustentável para apoiar o desenvolvimento da gestão integrada de recursos hídricos;
- vi) Reduzir impactos de águas residuais nos ambientes marinhos e costeiros;

v) Fortalecer mecanismos de gestão de águas entre Haiti e República Dominicana.

O encerramento dos trabalhos da primeira oficina ocorreu na quarta-feira, dia 08 de novembro.

A reunião dos representantes das instituições de recursos hídricos da América Central ocorreu nos dias 9 e 10 de novembro e permitiu estabelecer 24 atividades que contribuem para o cumprimento de três ações que foram consideradas prioritárias:

- i) Fortalecer as capacidades, mediante a gestão do conhecimento, para a gestão integrada dos recursos hídricos;
- ii) Fortalecer a governança e os marcos legais para a gestão integrada dos recursos hídricos;
- iii) Desenvolver e implementar mecanismos de financiamento que atendam ao uso e proteção dos recursos hídricos.

Como resultado dos debates realizados, foram gerados dois documentos, um para o Caribe e outro para a América Central, com a proposta de uma agenda de ações prioritárias e atividades comuns a serem implementadas pelos próprios países.

4) Segunda reunião dos países da América do Sul

Foi realizada em Brasília, no período de 13 a 14 de dezembro de 2017, a segunda Agenda para o Desenvolvimento da Gestão Hídrica para a América do Sul. Participaram desta reunião 26 técnicos e diplomatas ligados à gestão de águas da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname e Uruguai. A reunião teve por objetivos consolidar a versão final da "**Agenda para o Desenvolvimento da Gestão da Água na América do Sul**" e, com base nas diretrizes e ações listadas, avançar o debate sobre estratégias de cooperação Sul-Sul na região e discutir ações estratégicas para divulgar e fortalecer a "Agenda" no âmbito do 8º Fórum Mundial da Água.

2. COOPERAÇÃO TÉCNICA BILATERAL DESENVOLVIDA COM PAÍSES DA ÁFRICA DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (PALOP) E TIMOR-LESTE

O Brasil mantém Acordos de Cooperação Técnica em vigor com todos os países de língua oficial portuguesa. A facilidade de comunicação, em razão da língua comum e da proximidade cultural, justifica o papel que representam esses países no programa de cooperação técnica bilateral brasileiro.

Ademais das iniciativas multilaterais, com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e as trilaterais com países e organismos internacionais, a pauta de cooperação bilateral com os PALOP e Timor-Leste mostra a relevância e prioridade atribuídas pela cooperação brasileira Sul-Sul à relação com esses países, foram 512 ações executadas, no período de 1998 a 2017 (Tabela 1), sob a coordenação da ABC, em parceria com instituições brasileiras reconhecidas internacionalmente como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o SENAI, universidades federais e estaduais, os ministérios da Saúde, Educação, Trabalho, a Caixa Econômica Federal, o Banco Central do Brasil, o Instituto Nacional do Câncer, entre outras, nas mais diversas áreas do desenvolvimento.

Tabela 1. N° de projetos com os PALOP e Timor-Leste e valores executados (em U\$S) no período de 1998 a 2017

Países	Número de Ações	Valores Executados pela ABC
Angola	78	5,8 milhões
Cabo Verde	90	5 milhões
Guiné-Bissau	62	7,6 milhões
Guiné Equatorial	03	0,1 milhões
Moçambique	141	15,6 milhões
São Tomé e Príncipe	97	10,8 milhões
Timor-Leste	75	10,8 milhões
Total	546	55,7 milhões

Cabe destacar que as ações de cooperação Sul-Sul (CSS) brasileiras buscam alinhamento com as políticas nacionais de desenvolvimento dos países parceiros, bem como visam ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis – Agenda 2030. Nesse contexto, a CSS brasileira está voltada a ações nas áreas de educação, saúde e agricultura. No entanto, também se estende a áreas como administração financeira e bancária, produção de medicamentos, desenvolvimento urbano, formação profissional, buscando, dentro do solicitado pelos parceiros, a multidimensionalidade de atuação.

A experiência brasileira é um referencial para os países cooperantes, que se justifica em razão das diversas realidades que apresentam essa diversidade, característica da sociedade brasileira, o que facilita o estabelecimento de um diálogo próximo às realidades dos diferentes países africanos.

Tabela 2. Situação em 2017 dos programas de cooperação com os PALOP-TL

Situação	P	AI	ABC (US\$)	Contrapartes	Total (US\$)	EXC ABC 2017	EXC ABC Total	SALDO (\$)*
Angola	5	1	1.681.900,00	255.810,00	437.710,00	19.525,60	19.525,60	153.100,00
Cabo Verde	9	2	1.357.942,14	2.282.055,92	3.639.998,06	129.535,64	990.968,36	121.848,78
Guiné-Bissau	8	2	1.875.558,80	336.320,00	2.211.878,80	399.897,83	903.901,11	711.921,18
Guiné Equatorial	1	0	163.507,00	1.801.700,00	1.965.207,00	0	0	0
Moçambique	20	4	8.588.803,29	47.443.564,09	56.032.367,38	223.156,20	4.930.698,37	3.856.551,57
São Tomé e Príncipe	11	3	5.506.246,39	1.558.492,19	7.064.738,58	261.841,95	1.594.215,32	599.109,32
Timor-Leste	5	0	1.089.146,64	1.723.569,20	2.739.715,84	119.137,88	682.342,41	117.571,34
Regional	0	5	721.262,81	0,00	813.946,18	194.651,22	292.164,50	429.098,31
Total	59	17	20.984.367,07	55.401.511,40	74.905.561,84	1.347.746,32	8.509.914,56	5.989.200,50

* Saldo comprometido nos projetos de cooperação, desconsideradas iniciativas em negociação e concluídas.

Foram comprometidos US\$ 74 milhões nas 76 ações de cooperação técnica bilateral em andamento em 2017, com os seis países africanos de língua oficial portuguesa e Timor-Leste, incluindo-se os aportes das instituições nacionais e estrangeiras envolvidas, sob a coordenação da ABC. Dessas ações, oito foram concluídas, 23 estão em execução, 21 estão em negociação e sete são demandas recentes. Essas ações mobilizaram um orçamento da Agência de cerca de US\$ 20 milhões, dos quais US\$ 8,5 milhões já foram executados. No ano de 2017, foi executado pela ABC, no âmbito desses programas, cerca de US\$ 1,3 milhão.

Em termos financeiros, a contrapartida brasileira aos projetos desenvolvidos com os PALOP e Timor-Leste ainda é fundamental para o seguimento de iniciativas de maior vulto, uma vez que

a dependência de muitos deles dos recursos oriundos da ajuda internacional para proverem as necessidades básicas da população ainda é uma realidade. No entanto, considerando-se o princípio da corresponsabilidade, passa-se a contar, ainda em pequena escala, com a participação financeira de alguns dos países em ações de cooperação, como é o caso de Timor-Leste, Guiné Equatorial e Angola. Mesmo em se tratando de Moçambique, em alguns casos, em temas como formação profissional, contou-se com a participação financeira do país.

Em 2017, vários projetos iniciados nos últimos anos foram concluídos. Nesse contexto, novas demandas foram consideradas, com vistas a renovar os programas de cooperação bilateral. Cabe citar as novas ações de cooperação prospectadas com Angola, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde.

Tabela 3. Ações realizadas em 2017 por país

Países	PROJETOS EM EXECUÇÃO	PROJETOS CONCLUÍDOS	PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO	ATIVIDADES ISOLADAS	DEMANDAS APRESENTADAS	Total
Angola	1	0	2	1	2	6
Cabo Verde	4	1	4	2	0	11
Guiné-Bissau	3	1	1	2	3	10
Guiné Equatorial	0	0	1	0	0	1
Moçambique	10	3	5	4	2	24
São Tomé e Príncipe	3	1	7	3	0	14
Timor-Leste	2	2	1	0	0	5
Regional	0	0	0	5	0	5
Total	23	8	21	17	7	76



Angola

Em 2017, a pauta de cooperação com o país é prioritariamente focada no setor de saúde, a saber: (i) um projeto em execução, recém-assinado, intitulado "*Projeto piloto de implantação e implementação de Banco de Leite Humano em Angola*"; (ii) um projeto em negociação na área de combate ao câncer, intitulado "*Apoio à implementação e à gestão de medidas para a prevenção e o controle do*

câncer no Instituto Angolano de Controlo do Câncer (IACC)", cuja minuta está sendo finalizada

e será validada em missão a ser realizada em Angola pela ABC e Ministério da Saúde do Brasil, em 2018; e (iii) um projeto em negociação referente à segunda fase da iniciativa em anemia falciforme, para o qual foi proposta missão de prospecção para 2018.



Cabo Verde

As iniciativas em execução são: (i) *“Apoio à promoção do artesanato local e à reciclagem de lixo na cidade da Praia – Cabo Verde”*; (ii) *“Reforço Institucional do Banco de Cabo Verde – Fase 2”*; (iii) *“Fortalecimento da Atenção Primária a Saúde de Cabo Verde – Fase 2”*; e (iv) *“Escola de Todos – Fase II”*. Em 2017 foi concluído um projeto: (i) *“Qualidade da Educação Superior - criação de um Sistema de Avaliação em Cabo Verde”*; e duas

atividades isoladas: (i) Prospecção para estabelecimento de projeto de cooperação técnica para o reforço das capacidades da ARFA em matéria de segurança alimentar e (ii) Prospecção para estabelecimento de nova fase do projeto *“Banco de Leite Humano em Cabo Verde”*.

Prevê-se a assinatura em 2018 de três novos projetos: (i) *“Consolidação da ARFA como agente regulador dos setores farmacêutico e alimentar visando o fortalecimento de sua capacidade institucional – Fase 3”*; (ii) *“Apoio técnico para a promoção da segurança alimentar através da regulação do abastecimento dos produtos alimentares de primeira necessidade em Cabo Verde”*; e (iii) *“Apoio Técnico para implantação de Banco de Leite Humano em Cabo Verde – Fase 2”*.



Guiné-Bissau

A cooperação técnica Sul-Sul bilateral desenvolvida com a Guiné-Bissau conta com uma pauta de três projetos em execução, a saber: (i) *“V”*, desenvolvido em parceria com a EMBRAPA (Implantação e implementação da unidade de Processamento do Pedúnculo do Caju e Outras Frutas Tropicais na Guiné-Bissau); (ii) *“Projeto na área de diagnóstico laboratorial do HIV/AIDS e outras doenças sexualmente*

transmissíveis”, desenvolvido em parceria com o Ministério da Saúde (Apoio na Área de Diagnóstico Laboratorial do HIV e Outras Doenças Infecciosas em Guiné-Bissau); e (iii) *“Projeto na área de formação profissional”*, desenvolvido em parceria com o SENAI (Centro de Formação Profissional Brasil – Guiné-Bissau – Fase III – Consolidação e Transferência de Gestão).



Guiné Equatorial

Em 2017, a minuta do projeto "*Fortalecimento Institucional e Operacional do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil da Guiné Equatorial*" foi finalizada pela parte brasileira e será validada junto à contraparte equato-guineense durante missão técnica do Governo brasileiro àquele país, em março de 2018. Ademais, a referida missão também terá como objetivo a realização do primeiro eixo do projeto, referente ao

seminário de intercâmbio de experiências entre os dois países. Em 2018, pretende-se iniciar a execução do projeto em defesa civil.



Moçambique

Além dos projetos trilaterais com organismos internacionais e com países desenvolvidos (só com estes são 16), o programa de cooperação bilateral com Moçambique contou, de janeiro a dezembro de 2017, com a execução de 13 projetos de cooperação e de 3 ações simplificadas. Destacam-se no período, o projeto que viabiliza a implantação da unidade de banco de leite humano no Hospital Central

de Maputo e a finalização das atividades dos projetos (i) modernização da previdência social de Moçambique, (ii) inspeção do trabalho e, (iii) fortalecimento das ações de combate ao câncer. Destaca-se igualmente a Ação Simplificada que viabilizou a prospecção do projeto em negociação na área de segurança alimentar e nutricional e realizou a primeira etapa de capacitação dos formadores moçambicanos naquela área. As próximas etapas serão contempladas no projeto que está sendo desenhado pelas partes. Outra Ação de destaque foi o treinamento de 10 agentes moçambicanos em segurança presidencial e 06 agentes condutores de veículos de autoridades. Os agentes moçambicanos foram treinados pela equipe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Os treinamentos terão continuidade e estão previstos para ocorrer em 2018 e 2019.



São Tomé e Príncipe

Com relação às ações desenvolvidas durante o ano, foi realizada missão de avaliação final do projeto "Desenvolvimento Urbano", em parceria com a CAIXA, restando pendente a entrega das unidades habitacionais construídas a partir da transferência de tecnologia de solo-cimento, transmitida pela parte brasileira. No âmbito do

projeto "**Tuberculose**", iniciou-se a compra dos equipamentos e dos insumos para o Laboratório Nacional de Referência. Estava em curso a chegada de alguns equipamentos que deverão ser instalados com o suporte técnico da empresa de construção para as devidas adequações no espaço e, apenas após a instalação desses equipamentos, a empresa de construção entregará a obra finalizada. Está previsto que a inauguração do laboratório seja realizada no final de janeiro de 2018.

O programa atual é composto por três projetos em execução, sete projetos em negociação, um projeto e duas atividades isoladas concluídas. Prevê-se para o próximo ano o início de pelo menos três novos projetos, entre eles a nova fase do projeto do Centro de Formação Profissional Brasil – São Tomé e Príncipe, que, de forma inovadora entre os projetos desenvolvidos com o SENAI, contará com a oferta de dois cursos de nível superior. Prevê-se também a assinatura do projeto "**Desenvolvimento de Gestores do Governo da Região Autônoma do Príncipe**" com a participação da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP; e o projeto "**Sistema nacional de avaliação do ensino superior em São Tomé e Príncipe**", que conta com a parceria do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.



Timor-Leste

A carteira de projetos de cooperação técnica em 2017 foi composta por cinco iniciativas bilaterais, sendo duas em execução, uma em negociação e duas concluídas durante o ano. Dentre as iniciativas em curso, encontram-se os projetos "**Apoio ao Fortalecimento do Setor da Justiça de Timor-Leste - Sétima Etapa**", implementado pela Defensoria Pública da União (DPU) e Defensoria Pública do Rio Grande do Sul;

e "**Apoio ao Fortalecimento do Serviço de Inteligência de Timor-Leste – Fase II**", implementado pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Em negociação, encontra-se o projeto "**Apoio ao Fortalecimento do Parlamento Nacional de Timor-Leste**", cujo objetivo é aumentar a eficiência e a transparência da produção de leis pelo Parlamento Nacional timorense. Dentre as iniciativas concluídas em 2017, encontram-se os projetos "**Apoio à Implementação de Sistema Nacional de Arquivos Nacional de Timor-Leste**", implementado pelo Arquivo Nacional do Brasil, e o "**Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Pública de Timor-Leste: Consolidação do uso do Português na Gestão Estatal**".

3. COOPERAÇÃO TÉCNICA NAS ÁREAS DE DEFESA E DIPLOMACIA

AÇÕES NA ÁREA DE DEFESA

Com o objetivo de formalizar e dinamizar a parceria entre a Agência Brasileira de Cooperação e o Ministério da Defesa, foi assinado em 04 de maio de 2010 o Acordo de Cooperação Técnica na Área da Defesa. O referido instrumento fortaleceu a capacidade de coordenação da ABC no que tange à análise, aprovação e execução de projetos na área de defesa militar, estabelecendo, sobretudo, as incumbências de cada parte.

No âmbito do referido Acordo, o Ministério da Defesa do Brasil, juntamente com a ABC, oferece diversos cursos na área, com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais, ampliar a cooperação técnica e incrementar o intercâmbio com países vizinhos e parceiros do continente africano.

Os treinamentos são destinados a oficiais e suboficiais das três forças: Exército, Marinha e Aeronáutica, com o intuito de transmitir a militares estrangeiros conhecimentos específicos da experiência militar brasileira, fato de suma importância para estreitar ainda mais os laços de união entre o Brasil e esses países, importantes aliados da política externa brasileira.

Em 2017 foram firmadas duas ações simplificadas de cooperação em defesa envolvendo países africanos e latino-americanos. As referidas ações viabilizaram a oferta de cursos nas escolas das Forças Armadas brasileiras para militares da Bolívia (01), Paraguai (01), Suriname (06), Guiana (01), Cabo Verde (02), Guiné-Bissau (04), Moçambique (03), São Tomé e Príncipe (02), Senegal (11), Timor-Leste (02), totalizando 33 militares capacitados no Brasil, durante o ano. Prevê-se para 2018 a capacitação de cerca de 43 militares, a saber: Bolívia (01), Paraguai (01), Suriname (02), Guiana (03), Cabo Verde (07), Guiné Guiné-Bissau (04), Moçambique (05), Namíbia (01), São Tomé e Príncipe (07), Senegal (10), Angola (02).

AÇÕES EM DIPLOMACIA

Em parceria com o Instituto Rio Branco (IRBr), a ABC oferece, desde o ano de 2008, o programa de capacitação para diplomatas estrangeiros, especialmente àqueles dos Estados membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). O programa dá continuidade à modalidade de cooperação que beneficiou, prioritariamente, durante cerca de três décadas, profissionais dos países africanos de língua portuguesa. De 1976 a 2005, o IRBr formou 4 profissionais de Angola, 15 de Cabo Verde, 10 da Guiné-Bissau, 2 de Moçambique e 6 de São Tomé e Príncipe. No ano de 2017, participaram do treinamento diplomatas originários da Palestina, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Mongólia. Em 2018, prevê-se a capacitação de diplomatas de Guiné-Bissau, Moçambique, Timor-Leste e Cazaquistão.



4. COOPERAÇÃO TÉCNICA COM A COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)



A área da ABC voltada à coordenação das ações de cooperação técnica relativa à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) passou a ser melhor estruturada com a criação, pelo Decreto nº 9.110, de 27 de julho de 2017, de coordenação-geral específica. Esta passou a desenvolver, formalmente, atividades voltadas não somente para viabilizar e acompanhar as ações de cooperação técnica propriamente ditas, mas também a coordenar e assessorar, no nível federal, as relações de cooperação que diversos órgãos mantêm com a CPLP.

Nesse sentido, as atividades da Coordenação-Geral de Cooperação Técnica com a CPLP (CGCCPLP) em 2017 podem ser divididas nas seguintes linhas de ação: 1) orientação às instituições nacionais sobre as diretrizes e mecanismos que embasam a cooperação técnica com a CPLP; 2) gestão de carteiras de projetos de cooperação técnica com a CPLP; 3) participação em reuniões internacionais envolvendo o tema da cooperação internacional no âmbito comunitário; 4) participação e promoção de reuniões de coordenação setoriais; 5) aprimoramento dos processos de gestão e governança da cooperação na CPLP, incluindo-se nessa seara o fortalecimento dos Pontos Focais de Cooperação da comunidade; e 6) atuação como Ponto Focal de Cooperação do Brasil junto à CPLP.

Em relação à primeira linha de ação, a CGCCPLP atuou na orientação de instituições brasileiras, tanto governamentais, como da Sociedade Civil, em relação às possibilidades de engajamento nas ações de cooperação com a CPLP, buscando identificar nichos de atuação e intensificar a implementação das ações constantes dos Planos Estratégicos de Cooperação Setoriais. Além disso, também foram prospectadas novas fontes de financiamento e mecanismos de parcerias com organismos internacionais, a exemplo do Memorando de Entendimento firmado entre a CPLP e a ONU Mulheres. Assim sendo, de modo a assegurar a coerência das articulações, a CGCCPLP estabeleceu contatos sistemáticos com unidades do Itamaraty que dialogam com os temas em pauta na CPLP, em especial com a Divisão de CPLP (DCPLP) e com a Missão do Brasil junto à CPLP.

A segunda linha de ação abarcou a coordenação dos projetos financiados com recursos brasileiros aportados ao Fundo Especial da CPLP, bem como a execução de atividades isoladas financiadas e executadas diretamente pela ABC. No primeiro rol de projetos foram coordenados os seguintes projetos: **"Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe"**; **"Capoeira: formação técnico-profissional e cidadania"**; **"Rede de Instituições Públicas de Educação Superior (RIPES)"**; **"Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-governamentais para a Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência nos Países**





da CPLP"; e "Apoio à Gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos nos Países da CPLP".

As ações de cooperação implementadas diretamente pela CGCCPLP, em 2017, foram: *"Participação de instituições relacionadas à gestão de recursos hídricos nos estados membros da CPLP em ações preparatórias e no 8º Fórum Mundial da Água de 2018 — CPLP Rumo a Brasília"*; *"Aprimoramento dos mecanismos de gestão dos projetos de cooperação implementados em parceria com a CPLP"*;

"Participação da CPLP no Seminário-Oficina sobre a Febre Amarela e outras Arboviroses"; e *"Apoio à realização da II Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CONSAN-CPLP"*.

Com relação à participação em reuniões internacionais envolvendo o tema da cooperação internacional no âmbito comunitário e a participação e promoção de reuniões de coordenação setoriais, a CGCPLP se envolveu ativamente em 61 reuniões. No nível ministerial podem ser citadas as seguintes reuniões: II Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional; IX Reunião dos Ministros do Turismo; XXII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, que reuniu os chanceleres da CPLP; IV Reunião de Ministros da Saúde; V Reunião de Ministras da Igualdade de Gênero; e II Reunião de Ministros de Energia.



Uma expressiva gama de ações contribuiu para o aprimoramento dos processos de gestão e governança da cooperação na CPLP e também para o fortalecimento dos Pontos Focais de Cooperação da comunidade. Nesse sentido, a CGCCPLP, em articulação com o Secretariado Executivo da CPLP, promoveu a continuidade do processo de reflexão sobre a efetividade das atribuições dos Pontos Focais de Cooperação (PFC), em outubro de 2016, durante a XXXIII Reunião de Pontos Focais de Cooperação, realizada no contexto da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, decorrida em Brasília. Em 2017 foi realizada, no âmbito da XXXIV Reunião de Pontos Focais de Cooperação, mais uma atividade, desta vez focada na relação dos PFC com interlocutores governamentais e não governamentais. Os exercícios culminaram na decisão de elaboração do Manual de Governança e Gestão da Cooperação na CPLP que será concluído em 2018.



A ABC por meio da CGCCPLP atua como Ponto Focal de Cooperação do Brasil junto à CPLP. Nesse sentido, durante a presidência pro tempore da Comunidade assumida pelo Brasil (novembro de 2016 a julho de 2018), o Brasil passou a coordenar todos os órgãos da CPLP, incluindo-se a Reunião de Pontos Focais de Cooperação. Em 2017 o Brasil apoiou a organização e coordenou a realização de duas reuniões, a XXXIV e a XXXV Reuniões de Pontos Focais de Cooperação, realizadas em Lisboa (março/2017) e Brasília (julho/2017), respectivamente.



Face ao desafio imposto, ao assumir a Presidência da CPLP, o Brasil tem tido a oportunidade de maior colaboração no sentido de dinamizar o funcionamento do órgão e contribuir para o aprimoramento de seus processos. Além de atuar para a reflexão acerca da necessidade de aprimoramento dos documentos programáticos e normativos afetos à cooperação, a ABC tem buscado ampliar o trabalho de mobilização das instituições nacionais, visando a engajá-las nas ações de cooperação, bem como identificar novas fontes de financiamento que respaldem a desejável ampliação da pauta de projetos comunitários vis-à-vis os

desafios impostos aos Estados Membros pela nova agenda de desenvolvimento, a Agenda 2030.

O Plano de Ação previsto para 2017 foi parcialmente concluído. A CGCCPLP teve como atribuição colaborar para a consecução do Objetivo Vinculado ao Programa "Política Externa" de número 1141 - Consolidar o papel do Brasil como ator global, reforçando relações estratégicas em todos os continentes e para a Meta ou Iniciativa do Plano Plurianual 2016-2019 (PPA) de número 04NI - Fortalecer e ampliar mecanismos e ações de diálogo político e cooperação com os países de língua portuguesa, na esfera bilateral e no âmbito da CPLP.

Das ações ou atividades previstas para a Unidade foram alcançados os seguintes indicadores:

1 – Coordenar as ações do projeto da Rede de Instituições Públicas (RIPES), implementado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB): foram realizadas ações de assessoramento à Instituição Executora do projeto, de forma a se garantir a sua continuidade à luz das deliberações dos Pontos Focais; a realização da II Reunião Técnica dos Pontos Focais da Rede, realizada em março de 2017; bem como a elaboração de relatórios de progresso e de prestação de contas.



As demais atividades planejadas não foram implementadas, em função das mudanças estratégicas necessárias à condução do projeto, derivadas das decisões dos Pontos Focais de Cooperação e da RIPES que indicaram a necessidade de elaboração e proposição de uma nova fase do projeto, a ser iniciada em 2018.



2 – Coordenar as ações do projeto "**Apoio à gestão e Monitoramento de Recursos Hídricos**": apesar do projeto não ter sido efetivamente iniciado, a ABC apoiou a realização de duas reuniões, ocorridas em julho (Lisboa) e em dezembro (Brasília), que culminaram com a atualização da iniciativa, à luz das prioridades atuais dos Estados membros em termos de capacitação em matéria de recursos hídricos.

3 – Coordenar as ações do projeto "**Participação de instituições relacionadas à gestão de recursos hídricos nos estados membros da CPLP em ações preparatórias e no 8º**

Fórum Mundial da Água de 2018": em relação a essas atividades, todos os pontos previstos foram realizados com sucesso e resultaram em expressiva participação dos Estados membros da CPLP no 8º Fórum Mundial da Água, realizado em Brasília, em março de 2018. Ademais, resultantes desse diálogo foram elaboradas duas declarações adotadas por ocasião do referido fórum: a Declaração da CPLP em matéria de Recursos Hídricos e a Declaração das Autoridades Responsáveis por Recursos Hídricos dos Países da CPLP. Documentos estes que nortearão as ações de cooperação para os anos vindouros.

4 – Coordenar as ações do projeto "**Fortalecimento da capacidade política e institucional de agentes governamentais e não governamentais para promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência**". Não obstante os vários esforços ensejados com a colaboração das Embaixadas do Brasil em Luanda, Bissau e Díli, em função das dificuldades logísticas e também da situação político-institucional, não foi possível avançar com as atividades previstas para 2017 que compreendiam missões de prospecção e capacitações para agentes governamentais e não-governamentais que lidam com o tema. As ações foram reprogramadas para 2018.

5 – Implementar plano de monitoramento dos projetos - 5 Missões de acompanhamento dos projetos realizadas (Recursos Hídricos, 8º Fórum de Águas, RIPES, Direitos da Pessoa com Deficiência e Artesanato). Esta atividade foi parcialmente concluída. Foram realizadas ações de monitoramento das atividades empreendidas em prol da participação dos Estados Membros da CPLP no 8º Fórum Mundial da Água, por meio da participação em dois eventos realizados em 2017. No que concerne ao projeto RIPES, a ABC esteve presente na II Reunião dos Pontos Focais da RIPES, realizada em março de 2017. Com relação ao projeto de Artesanato, o Instituto Mazal, instituição Executora do projeto, realizou missão a São Tomé e Príncipe, em abril de 2017, com o intuito de verificar a situação da produção de peças artesanais e o funcionamento da Cooperativa Uê Tela.



6 – Ampliar a coordenação com as instituições nacionais cooperantes no âmbito do Programa de Cooperação Brasil-CPLP - 10 reuniões realizadas (Ciência e Tecnologia Educação, Trabalho, Previdência, Saúde, Esporte, Gênero, Mares, Meio Ambiente e Cultura). Esta meta foi plenamente alcançada. Embora não tenham sido realizadas articulações com o Ministério de Esporte e com a Marinha, o número de reuniões ultrapassou o previsto, com a realização de reuniões com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, com o Ministério das Minas e Energia, com o Ministério do Turismo, dentre outras.

7 – Coordenar a realização de Reuniões dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP (RPFC). XXXIV e XXXV RPFC realizadas. Meta plenamente cumprida. As Reuniões previstas foram realizadas em março e em julho de 2017, em Lisboa e Brasília, respectivamente.



8 - Fortalecer o Programa de Cooperação Brasil-CPLP. A previsão de metas incluía a proposição de dois projetos, a realização de dois eventos para a "**Reflexão sobre a Efetividade das Atribuições dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP**" em março e junho de 2017 e a



elaboração de forma coletiva, aprovação e disponibilização do Manual de Governança e Gestão da RPF. As metas previstas foram parcialmente concluídas. Foram propostas e implementadas duas novas Atividades Isoladas que apoiaram a realização da Reunião Extraordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP e a participação de alguns Estados membros no curso realizado pela Fiocruz, cujo tema versou sobre Febre Amarela e outras Arboviroses. No que concerne à realização de dois eventos para a "**Reflexão sobre a Efetividade das Atribuições dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP**", foi promovido

somente um evento, em março de 2017, em Lisboa. O segundo não foi realizado em função da indisponibilidade dos Pontos Focais de Cooperação da CPLP para reunirem-se no segundo semestre de 2017. Em relação à meta referente à conclusão da elaboração e disponibilização do Manual de Governança e Gestão da RPF, a minuta do manual foi disponibilizada. No entanto, a conclusão do processo de elaboração e aprovação, com a consequente disponibilização, foi postergada em função da não realização do segundo evento com os Pontos Focais de Cooperação, anteriormente previsto.

9 – A atividade "**Coordenar as ações de conclusão do projeto Artesanato**", cuja meta era a realização de reunião com o Secretariado Executivo da CPLP (SECPLP) para fechamento da prestação de contas do projeto, foi plenamente executada. Em abril de 2017 foi realizada missão da CGCCPLP, da CGAO e do Instituto Mazal a Lisboa com o intuito de dirimir as incertezas relacionadas a adiantamentos realizados no âmbito do projeto e que ainda encontravam-se em aberto. Com o apoio de empresa de auditoria externa, contratada pelo SECPLP, o contexto dos adiantamentos foi esclarecido. Aguarda-se a conclusão do processo para finalização da prestação de contas e proposição da fase de consolidação do projeto.

Havia também a previsão de realização de missão a São Tomé e Príncipe para Pesquisa de Avaliação de Resultados Atuais. Essa meta foi devidamente cumprida com a realização de missão do Instituto Mazal a São Tomé e Príncipe, concretizada em abril de 2017.

10 - No que concerne à coordenação das ações do projeto "**Capoeira**", havia a previsão de serem realizadas as seguintes metas: identificação, junto aos PFC de Angola e Guiné-Bissau, de instituições âncora e contrapartidas para implementação do projeto; e implementação do projeto nos referidos países, caso as condições se mostrassem favoráveis. Por ocasião da XXXIV Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, o tema foi objeto de discussão. Em função dos recursos modestos disponíveis para a implementação do projeto, Angola abriu mão do pleito em favor de Guiné-Bissau. No segundo semestre de 2017, o Ministério da Educação, Ensino Superior e Investigação Científica encaminhou correspondência ao Secretariado Executivo da CPLP por meio do qual indicou a Escola Nacional de Educação e Desportos como futura parceira do projeto. A ABC realizou consultas e prospecções para identificação de instituição parceira nacional, de forma a viabilizar a cooperação pleiteada.



5. COOPERAÇÃO TÉCNICA BILATERAL DESENVOLVIDA COM PAÍSES DA ÁFRICA, DO ORIENTE MÉDIO, DA ÁSIA E OCEANIA

Nos últimos anos, o Brasil vem desenvolvendo ações em parceria com mais da metade das nações do continente africano e, também, em menor escala, com países da Ásia, Oceania e Oriente Médio. Em 2017, houve significativas demandas por retomada de projetos e novos pedidos de cooperação, o que poderá se refletir sobre a programação de 2018.

O presente resumo de atividades de cooperação técnica Sul-Sul desenvolvidas durante o ano de 2017 no âmbito dos programas, projetos, subprojetos e atividades simplificadas desenvolvidas com a África francófona e lusófona, além da Ásia e Oceania, retrata o trabalho gerencial e técnico da equipe da ABC. Os recursos financeiros para tais atividades são provenientes de dois projetos guarda-chuvas, ambos mantidos em cooperação com o PNUD: "Consolidação da Cooperação Técnica Sul-Sul Brasileira" e "Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul". No âmbito do primeiro, com recursos originários do orçamento da União, são executadas iniciativas de todas as áreas, com exceção dos projetos no âmbito da cotonicultura, que utilizam fundos do segundo projeto guarda-chuva.

Dentre as áreas mais demandadas de cooperação técnica bilateral Sul-Sul provenientes dos países de competência da Coordenação-Geral de Cooperação Técnica - África, Ásia e Oceania (CGAA) estão as de agricultura, pecuária, saúde, educação e formação profissional. Para a implementação dessas iniciativas, são firmadas estratégias conjuntas entre as instituições brasileiras de excelência nesses setores com suas congêneres estrangeiras.

Em agricultura: o interesse concentra-se no fortalecimento do nível de segurança alimentar nos países parceiros; no âmbito da extensão rural: produção em pequena escala de frutas, legumes, tubérculos e cereais, processamento agroindustrial de frutas e pescado, pesca e aquicultura; em políticas públicas: transferência de tecnologias para a produção de algodão, produção de sementes de qualidade, agricultura de conservação e de sistemas sustentáveis para os núcleos familiares, melhoramento da produção de cana-de-açúcar, produção de eucalipto, proteção e exploração sustentável de florestas, melhoramento e conservação de solos, cooperativismo agrícola e doenças animais.

Na pecuária: destaca-se a bovinocultura de leite, em função de muitos países importarem quase toda a quantidade de leite consumida nacionalmente.

No âmbito da saúde: cabe mencionar projetos na área de HIV/Aids, anemia falciforme, assistência materno-infantil, vigilância epidemiológica, transplantes e tratamento de doenças cardíológicas.

Na área de educação e formação profissional: destacam-se os projetos de capacitação de artesãos na produção de gemas e joias, fortalecimento das capacidades de professores de escolas agrícolas, nas áreas de agroecologia e cooperativismo, promoção ao emprego e à exportação.

Ressaltam-se, como principal frente da cooperação com países africanos, os avanços do programa brasileiro de apoio à iniciativa do algodão, cuja gênese remonta ao contencioso entre Brasil e EUA na OMC, sobre o algodão.

Hoje, além dos programas trilaterais com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), o Programa Mundial de Alimentos (PMA) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que serão discutidos mais adiante, o Brasil conta com cinco iniciativas regionais em cotonicultura, em parceria com a Embrapa e Universidade Federal de Lavras (UFLA), relativas a países do continente africano, denominadas: Cotton-4 + Togo (Benim, Burkina Faso, Chade, Mali e Togo), Cotton Shire-Zambeze (Malawi e Moçambique), Cotton Victoria (Burundi, Quênia e Tanzânia) e Curso de aperfeiçoamento de técnicos africanos (Benin, Burkina Faso, Burundi, Cameroun, Chade, Côte d'Ivoire, Malawi, Mali, Quênia, Senegal, Tanzânia, Togo, Zimbábue), além de um projeto de coordenação regional dessas iniciativas. São 15 os países da África que se beneficiam da cooperação técnica Sul-Sul no setor algodoeiro. Centenas de técnicos (pesquisadores, extensionistas e produtores) africanos já tiveram a oportunidade de receber capacitação no Brasil e em seus países, em diferentes temas relacionados ao cultivo de algodão.

Em 2017, houve 50 iniciativas de cooperação coordenadas pela ABC, em 28 países africanos, 13 asiáticos, um da Oceania e oito do Oriente Médio, entre projetos em negociação e em execução, além de acordos de cooperação técnica firmados. A ABC tem trabalhado com dezenas de instituições executoras ou implementadoras brasileiras e estrangeiras.

As 28 nações africanas que integram a lista de parceria para a cooperação com o Brasil são: África do Sul, Argélia, Benim, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Cameroun, Chade, Comores, Côte d'Ivoire, Egito, Etiópia, Lesoto, Malawi, Mali, Marrocos, Mauritânia, Moçambique, Quênia, República Democrática do Congo, Senegal, Seicheles, Sudão, Tanzânia, Togo, Tunísia, Zâmbia e Zimbábue.

Na Ásia, a ampliação da cooperação técnica brasileira ainda depende de arranjos conclusivos nas negociações de acordos de cooperação técnica com Paquistão, Vietnã, Cazaquistão, Butão, Indonésia, Malásia, Mongólia, Índia, Camboja, Laos, Sri Lanka, Tadjiquistão e Tailândia. Em 2017, esteve na pauta de ações com o Afeganistão o fortalecimento da extensão rural; com Myanmar, o fortalecimento da produção de soros antiofídicos; com o Butão, atividade na área esportiva e com a Tailândia, o controle da mosca-da-fruta.

Na Oceania, no ano de 2017, não houve execução de atividades de cooperação técnica, não obstante haver perspectiva de iniciar projeto com Fiji, em 2018, na área de cultivo de abacaxi.

No Oriente Médio, no período, foram mantidas negociações de cooperação técnica entre o Brasil e países da região, especialmente no que tange a negociações para elaboração de acordos de cooperação técnica com os seguintes países: Omã, Iraque, Arábia Saudita, Kuwait, Catar, Emirados Árabes e Jordânia. Com a Palestina há tratativas de projetos bilaterais na área de saúde.

Apresentam-se abaixo a lista dos países com os quais houve dispêndios de recursos financeiros, e os respectivos projetos executados, bem como seus títulos:

1) **BRA/13/008** – Consolidação da Cooperação Técnica Sul-Sul Brasileira

País	Subprojeto	Título do subprojeto
Argélia	BRA 13/008-S180	Transferência de conhecimento para produção de gemas lapidadas, joias e artesanato mineral
Benim	BRA/13/008 -S138	Fortalecimento Institucional da Educação Profissional e Tecnológica do Benin nas Áreas de Agroecologia e Cooperativismo
Botsuana	BRA/13/008 -S023	Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural em Botsuana
Burkina Faso	BRA/13/008 -S136	Fortalecimento da Pecuária Leiteira em Burquina Faso
Butão	BRA/13/008 -A168	Missão para Participação de Técnicos Butaneses na 8ª Edição do Fórum Mundial da Água, no Brasil
Côte d'Ivoire	BRA/13/008 -S024	Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura na Costa do Marfim
Etiópia	BRA/13/008 -S016	Fortalecimento da Capacidade Técnica Etíope na Exploração e Manejo Sustentável de Florestas
Senegal	BRA/13/008 -A124	Elaboração da Fase II do Projeto "Apoio ao Desenvolvimento de Projeto PAIS no Senegal"
Sudão	BRA/13/008 -A116	Missão de Validação do Projeto de Apoio ao Setor Suco energético do Sudão
	BRA/13/008 -S288	Melhoria da Produção de Cana-de-Açúcar no Sudão
Tailândia	BRA/13/008 -A120	Missão de Treinamento na área de Mosca da Fruta e outras pragas.
Togo	BRA/13/008 -S143	Apoio Institucional ao ITRA
Tunísia	BRA/13/008 -S244	Desenvolvimento e Valorização das Plantações de Eucalipto na Tunísia

2) **BRA/12/002** - Apoio ao Desenvolvimento do Setor Algodoeiro por meio da Cooperação Sul-Sul

País	Subprojeto	Título do subprojeto
Projetos de coordenação	BRA/12/002 -S004	Coordenação de CTPD
	BRA/12/002 -S001	Apoio a Coordenação de Projetos e Atividades de Cooperação Técnica na Área de Algodão
Regional – África (Benim, Burundi, Burkina Faso, Cameroun, Côte d'Ivoire, Moçambique, Burquina Faso, Chade Malau, Mali, Quênia, Senegal, Tanzânia, Togo, Zimbábue)	BRA/12/002 -S003	Projeto Regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze: Cotton Shire Zambeze
	BRA/12/002 -S005	Fortalecimento Tecnológico e Difusão de Boas Práticas Agrícolas para o Algodão em Países do Cotton-4 e no Togo: Cotton-4+Togo
	BRA/12/002 -S006	Projeto Regional para o Aperfeiçoamento de Técnicos Africanos em Cotonicultura
	BRA/12/002 -S007	Projeto Regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro na Bacia do Lago Victoria: Projeto Cotton-Victoria

A execução financeira da ABC por meio dos projetos na África e Ásia (exceto dos países de língua portuguesa) foi de cerca de 3,5 milhões de dólares em 2017, nos dois projetos guarda-chuvas, conforme demonstrado abaixo:

BRA/12/002		USD
Países	Ações	Execução em 2017
Regional - África	6	3.052.253,09
Total:	6	3.052.253,09

BRA/12/003		USD
Países	Ações	Execução em 2017
Argélia	2	81.147,82
Benin	1	54.553,64
Botsuana	1	20.246,65
Burquina Faso	1	51.015,30
Butão	1	47.561,85
Côte d'Ivoire	1	7.495,22
Etiópia	1	31.083,75
Senegal	1	15.839,01
Sudão	2	24.762,06
Tailândia	1	5.560,83
Togo	1	6.199,13
Tunísia	1	27.826,77
Total:	13	373.292,03

6. COOPERAÇÃO SUL-SUL TRILATERAL COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Com vistas a potencializar a cooperação Sul-Sul bilateral, a partir de 2008, foram estabelecidos programas de parcerias de cooperação técnica com organismos internacionais, de maneira estruturada.

Em 2016, a Coordenação Geral de cooperação Trilateral com Organismos Internacionais (CGTRI) foi oficialmente inserida na estrutura da ABC, à partir da revisão do RISE, conforme Decreto 8.817 de 21/7/2016, modificado pelo Decreto 9.110 de 27/7/2017. A Coordenação tem como atribuição coordenar, identificar, negociar, executar, acompanhar e avaliar as iniciativas de cooperação técnica Sul-Sul trilaterais estabelecidas entre o Governo brasileiro e organismos internacionais.

A parceria com organismos internacionais permitiu a construção e a consolidação do conceito da modalidade de cooperação Sul-Sul trilateral, qual seja: “Modalidade de cooperação internacional para o desenvolvimento, de natureza complementar à cooperação Sul-Sul bilateral, com governança compartilhada, com valor agregado e vantagens comparativas identificáveis, que pode assumir diferentes arranjos de implementação envolvendo países em desenvolvimento, países desenvolvidos e/ou organismos internacionais, podendo assumir os seguintes formatos: Sul-Sul-Sul; Sul-Norte-Sul; Sul-O.I.-Sul; Trilateral +1”.

Vale ressaltar que os princípios da cooperação Sul-Sul foram naturalmente considerados na cooperação trilateral, assegurando, desta forma, o compartilhamento do protagonismo de todas as partes envolvidas, a devida apropriação do(s) país(es) parceiro(s), bem como a obtenção de mútuos benefícios entre os países parceiros da iniciativa, independentemente da origem dos recursos.

A implementação da cooperação Sul-Sul trilateral com organismos internacionais é constituída pela seguinte tipologia de projetos com base no escopo geográfico de atuação:

- (i) **Projetos Globais** – projetos que podem contemplar mais de uma região geográfica, com vistas a viabilizar trocas de experiências entre países em desenvolvimento, de diversas regiões e áreas temáticas. No escopo desse tipo de projeto, podem ser previstas iniciativas específicas para determinado país;
- (ii) **Projetos Regionais** – projetos com atuação restrita a determinadas áreas geográficas (América Latina ou África) ou a um grupo de países previamente determinados, com o objetivo de compartilhar políticas públicas brasileiras e propiciar o intercâmbio de conhecimento, inclusive no âmbito de organismos regionais. Além de atividades de caráter regional, tais como seminários, esse tipo de projeto pode conter adicionalmente ações pontuais em países de determinada região ou, ainda, pode prever a elaboração de projetos específicos para país de determinada região geográfica, visando ao fortalecimento de capacidades de acordo com as realidades locais;
- (iii) **Projetos-país** – projetos elaborados com atividades de fortalecimento de capacidades a serem realizadas tão somente no País cooperante.

Além dos projetos acima citados, ações de caráter pontual, tais como visitas de estudo e seminários, são desenvolvidas para atender a demandas específicas relacionadas ao conhecimento de determinadas políticas e programas brasileiros.

A associação do Brasil com organismos internacionais tem permitido a expansão da pauta brasileira de Cooperação Sul-Sul, totalizando em 2017, **39 projetos em execução**, em benefício de **14 países da América Latina e Caribe e 9 países da África**, com destaque para Argentina, Colômbia, Paraguai, Peru, Equador e Costa Rica na América Latina e Caribe, e Etiópia, Guiné-Bissau, Malawi, Moçambique, Senegal e São Tomé e Príncipe na África, conforme detalhado no **quadro 1** abaixo.

Ao longo do ano de 2017, foram iniciadas negociações de quatro novos projetos que preveem o compartilhamento de boas práticas brasileiras nos países da América Latina e Caribe e em 10 países da África como destacado no **quadro 2**.

Em 2017, as ações de cooperação técnica Sul-Sul trilaterais com organismos internacionais na América Latina, Caribe e África compreenderam parcerias com os seguintes organismos: Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação (FAO), Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU-MULHERES), Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), Programa Mundial de Alimentação (PMA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) (atualmente sendo conduzida bilateralmente), nas áreas de: segurança pública, desenvolvimento comunitário e educação integral, alimentação escolar, erradicação do trabalho infantil, trabalho decente, agricultura, agricultura familiar, recursos hídricos e segurança alimentar e nutricional. O conjunto das ações acima citadas mobilizou aproximadamente US\$ 128 milhões entre 2009 e 2017, sendo US\$ 93 milhões disponibilizados pelo Governo brasileiro e US\$ 35 milhões por outras fontes.

A carteira de projetos vigentes em 31/12/2017 totaliza US\$ 84.894.002,00. No ano de 2017 foi executado o montante de US\$ 10.647.649,00, dos quais aproximadamente US\$ 1 milhão foi proveniente do orçamento da ABC, US\$ 6,6 milhões de outros órgãos setoriais do Governo brasileiro e, por fim, US\$ 3 milhões de fontes diversas, conforme descrito no quadro 3. Resta saldo de US\$ 35.936.233,00 com execução planejada para o quadriênio 2018 – 2021.

Além das atividades desenvolvidas ao abrigo dos 46 projetos acima indicados, cabe destacar que a ABC tem trabalhado na elaboração de uma Estratégia de CSS brasileira na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tendo em conta os importantes resultados alcançados na área





de SAN até o momento, bem como os desafios internos e externos da cooperação brasileira nessa área, especialmente no que diz respeito à eficaz coordenação das iniciativas e à identificação de sinergias entre elas. A Estratégia de CSS brasileira na área de SAN deverá fornecer orientações claras sobre: objetivos e resultados principais; eixos de ação; modalidades de implementação e governança, a partir da análise de contexto e da disponibilidade e interesse das Instituições Brasileiras Cooperantes (IBCs); a divisão de papéis e responsabilidades entre as diferentes IBCs e os Organismos Internacionais parceiros, considerando suas vantagens comparativas; mecanismos para a mobilização de parcerias; e canais e mecanismos para comunicação interna e externa. A Estratégia deverá permitir ganhos significativos em termos de aumento da relevância, coerência, eficácia, eficiência e visibilidade das ações de CSS.

Nesse sentido, a ABC realizou, em agosto de 2017, duas oficinas visando a colher os elementos principais para a elaboração da referida Estratégia. As duas oficinas contaram com a participação da Divisão de Temas Sociais (DTS) do MRE

e das principais IBCs envolvidas nas iniciativas de CSS na área de SAN, a saber, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) do Ministério da Educação, Secretaria Especial para a Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Agrário (SEAD), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Saúde (MS), Ministério de Ciência, Tecnologia, Informação e Comunicação (MCTIC), Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Pelos Organismos Internacionais parceiros do Governo brasileiro na área de SAN, participaram: FAO, PMA (por meio do Centro de Excelência), UNICEF, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

As duas oficinas tiveram como objetivos específicos:

1. Construir um consenso entre a ABC, as IBCs e os OIs sobre a necessidade de elaborar uma Estratégia conjunta de CSS na área de SAN;
2. Alinhar o entendimento sobre os principais desafios, prioridades, recursos (técnicos, humanos e financeiros) e critérios operacionais da CSS na área de SAN; e
3. Estabelecer um grupo de trabalho composto de representantes das IBCs, dos OIs e da ABC para finalizar a elaboração da Estratégia.

Há expectativa de finalizar a elaboração da Estratégia de CSS na área de SAN em 2018. A Estratégia deverá orientar o planejamento das atividades futuras da CGTri em parceria com os OIs na área de SAN.

Ressalta-se, ademais, a assinatura de Memorando de Entendimento (MdE) com o Banco Mundial

para a promoção da cooperação Sul-Sul em Moçambique, na área de gestão sustentável de recursos naturais, além de Carta de Intenções com o FIDA para igualmente promover a cooperação Sul-Sul trilateral.

Quadro 1
PROJETOS EM EXECUÇÃO EM 2017
Valores em US\$

REGIÃO	Nº DE PAÍSES	PAÍSES	Nº DE PROJETOS	VALOR EXECUTADO	VALOR TOTAL DOS PROJETOS
ALC	15	Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela	20	5.169.590	46.052.900
ÁFRICA	9	Cabo Verde, Etiópia, Guiné-Bissau, Malawi, Mali, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Senegal e Tanzânia	9	1.721.833	13.204.816
GLOBAIS	11	Argentina*, Burundi, Guiné-Bissau*, Malawi, Mali, Moçambique*, Paraguai*, Peru*, Tanzânia, Togo e Zimbábue	10	3.738.728	25.636.286
TOTAL	35**		39	10.647.649	84.894.002

Nota:

*Países cooperantes que participam tanto em projetos regionais como em projetos globais.

**Número total de países considerando países cooperantes que participam tanto em projetos regionais como em projetos globais.

Quadro 2
PROJETOS EM NEGOCIAÇÃO EM 2017
Valor em US\$

REGIÃO	OI	Nº DE PAÍSES	PAÍSES	Nº DE PROJETOS	VALOR
ALC	FAO	1	Colômbia e ALC	2	400.000
ÁFRICA	FAO	10	PAÍSES COMIFAC (Burundi, Cameroun, Chade, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Rep. Centro Africana, Rep. Democrática do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe)	1	23.000.003
GLOBAL	PMA	7	ALC e África. Países: Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Benin, Moçambique, Quênia e Tanzânia	1	9.000.000
TOTAL		18		4	32.400.003

Quadro 3
PROJETOS EM EXECUÇÃO
FONTE DE RECURSOS
Valores em US\$

REGIÃO	FONTE DOS RECURSOS	IDENTIFICAÇÃO	VALOR EXECUTADO	VALOR TOTAL POR REGIÃO
ALC	ABC	ABC	31.634	5.169.590
	ÓRGÃOS SETORIAIS BRASILEIROS	SEAD - FNDE - MDS - MMA - ANA - IPHAN - SAE - MTb	3.192.216	
	OUTRAS FONTES	USDOL - IBA	1.945.740	
ÁFRICA	ABC	ABC	591.117	1.721.833
	ÓRGÃOS SETORIAIS BRASILEIROS	FNDE - SEAD - MTb	904.155	
	OUTRAS FONTES	DFID	141	
GLOBAIS	ABC	ABC	365.604	3.738.728
	ÓRGÃOS SETORIAIS BRASILEIROS	MTb - MDS - MMA - FNDE	2.338.693	
	OUTRAS FONTES	IBA	981.929	
TOTAL				10.647.649

1. Cooperação Técnica com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

O Programa trilateral de cooperação técnica Sul-Sul entre o Brasil e a FAO, iniciado em 2008, é atualmente composto por 13 projetos em execução com orçamento total de US\$ 58.549.902,00, sendo 07 projetos financiados integralmente pelo Governo brasileiro, totalizando US\$ 44.149.902,00 e 06 projetos financiados pelo Instituto Brasileiro de Algodão (IBA) no valor US\$ 14,4 milhões.



Em 2017, 03 projetos de cooperação, sendo 01 em benefício da América Latina e Caribe e 02 em benefício da África, tiveram sua vigência estendida no mês de dezembro, sem aporte adicional de recursos, para execução das atividades planejadas, quais sejam: (i) "**Fortalecimento de Espaços de Diálogo entre FAO, Governos e Sociedade Civil: Novos Mecanismos de Construção de Políticas Públicas, apoio à Agricultura Familiar e à Segurança Alimentar e Nutricional**" foi prorrogado até junho de 2018; (ii) "**Compartilhamento de experiências e diálogo de políticas públicas para a Agricultura Familiar na África**", foi prorrogado até dezembro de 2018; e (iii) – "**Apoio para as Estratégias Nacionais e Sub-regionais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de Superação da Pobreza em países da América Latina e do Caribe**" foi prorrogado até junho de 2018.

Ademais, 04 novos documentos de projeto foram firmados ao abrigo do Programa trilateral de cooperação técnica Sul-Sul entre o Brasil e a FAO, a saber: (i) "**Estruturação da Rede Latino-americana de políticas públicas para o desenvolvimento regional (Rede)**", com montante de US\$ 643.542,61, oriundos do Ministério da Integração Nacional, (ii) "**Fortalecimento da Agricultura Familiar e Assentados Reforma Agrária na Região: caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**", com montante de US\$ 3.400.000,00, oriundos da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, (iii) "**Consolidação de Programas de Alimentação Escolar vinculados à compra da agricultura familiar na América Latina e Caribe**", com montante de US\$ 621.118,00, oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e (iv) "**Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome 2025 (ALSCH 2025) – Fase II**", com montante de US\$ 2.454.074,00 (saldo), oriundos da ABC. Em setembro de 2017 o documento de projeto "**Iniciativa América Latina e Caribe Sem Fome 2025**" foi adequado às normas e procedimentos da cooperação Sul-Sul Trilateral, passando a integrar a carteira de projetos em execução da CGTRI. Por sua vez, foi encerrado 01 projeto financiado pelo Governo Angolano, no valor de US\$ 2.195.940,00, que tinha o objetivo de aumentar as capacidades de pesquisa e inovação dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária angolanos e, dessa forma, contribuir para a segurança alimentar e o desenvolvimento da agricultura em Angola.



Em 2017, cabe destacar ainda a participação da ABC na 40ª Conferência da FAO, realizada em Roma, no período de 3 a 8 de julho de 2017, com o objetivo de acompanhar as discussões dos Estados Membros dessa Organização sobre o planejamento

e respectivo orçamento, para o biênio 2018-2019, que prevê o fortalecimento da Cooperação Sul-Sul como um de seus principais objetivos. À margem da Conferência, a ABC manteve encontros com os pontos focais da FAO e das demais agências romanas (PMA e FIDA) para a CSS com o Governo brasileiro com vistas a identificar mecanismos para melhorar a coordenação e a transparência das iniciativas conjuntas, bem como definir metas para o planejamento do segundo semestre de 2017.

Ademais, a ABC integrou a delegação brasileira que participou da 44ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar (CSA), realizada em Roma, de 9 a 13 de outubro de 2017. Cabe ressaltar que o CSA é a principal plataforma internacional e intergovernamental com mandato em SAN.

Além de participar das discussões sobre a análise do estado da SAN no mundo e sobre as recomendações para melhorar a situação de maneira a atingir as metas da Agenda 2030, a ABC colaborou na organização e realização de dois eventos paralelos brasileiros, a saber, "Melhorar a nutrição infantil: estratégias para controle e prevenção da obesidade" e "Sistema de Governança para a Segurança Alimentar e Nutricional". Os referidos eventos contaram com apresentações de representantes do MS, do MDS, do FNDE e do CONSEA.

Em relação à gestão da iniciativa, com vistas a acompanhar e a analisar os resultados alcançados pelos projetos regionais, bem como discutir o conjunto da pauta de cooperação trilateral, é realizada reunião do Comitê Consultivo do Programa, que conta com a presença de todas as IBCs envolvidas nas iniciativas com a FAO. Atualmente, as seguintes instituições atuam nos projetos de cooperação: FNDE/MEC, SEAD, MDS, MMA, MI (Ministério da Integração), EMBRAPA, SENAES/MTE, ABRAPA e ASBRAER. Existe a expectativa de realizar-se a referida reunião ainda no primeiro semestre de 2018.



Quadro 4
Cooperação Técnica Brasil-FAO Sul-Sul Trilateral
Situação em 2017

Situação	Nº de projetos		Valor executado
(em US\$)	1	81.147,82	
Em execução	13		5.965.340
Assinados	04		-
Concluídos	02		-

2. Cooperação Técnica com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)

A Parceria Brasil-UNFPA em iniciativas de CSST iniciou-se em 2002 com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento dos países da América Latina e Caribe, e de Língua Portuguesa na África, Timor-Leste, em especial nas áreas de população e desenvolvimento, saúde reprodutiva e AIDS.



Essa parceria é regada pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica com as Nações Unidas e outras agências (1964); e o Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo Brasileiro e o UNFPA (1988); e implementada através dos eixos definidos nos Programas de País do UNFPA para o Brasil.

No âmbito do ciclo programático atualmente em vigor (6º ciclo, de 2017 a 2021), houve ênfase em duas ações, uma na área de censo populacional e uma na área de promoção da igualdade de gênero, a saber: i) assinatura do projeto "**Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica de Dados na África**", no âmbito do programa Brasil-FNUAP; e ii) execução do Componente 3 (Aumento da Capacidade dos Países de Baixa Renda Africanos para Promover a Igualdade de Gênero e o Empoderamento de Mulheres e Meninas Inspirados em Experiências Brasileiras Relevantes) do Projeto "**Brasil e África: Lutar contra a Pobreza e Empoderar Mulheres via Cooperação Sul-Sul**".

Para implementação de novas atividades, a serem negociadas em 2018, foi realizada, em outubro de 2017, nova transferência de recursos para o Programa mediante a assinatura do 3º aditivo ao Instrumento de Cooperação entre Brasil e UNFPA. Com vigência até 2021, o novo aporte de R\$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais) oriundos dos recursos da ABC, será destinado a executar ações vinculadas ao projeto "**Centros de Referência em Censos com Coleta Eletrônica de Dados na África**" e a novas atividades relacionadas ao Programa de País para o Brasil, ainda a serem definidas no âmbito do comitê técnico da parceria. Com o referido aporte, o orçamento total das iniciativas de cooperação trilateral com o FNUAP somaram, em 2017, US\$ 1.777.559, sendo US\$ 594.898 financiados pela ABC e US\$ 1.182.661 financiados pelo *Department for International Development* (DFID) do Reino Unido.

Quadro 5
Cooperação Técnica Brasil-FNUAP - Cooperação Sul-Sul Trilateral
Situação em 2017

Situação	Nº de projetos	Valor executado (em US\$)
Em execução	02 Projetos*	523.786,76

* 1 Projeto Global e 1 Projeto PNUD/DFID

3. Cooperação Técnica com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo de cooperação técnica especializado em agricultura do Sistema Interamericano. Iniciou-se discussão entre a ABC e o IICA sobre os instrumentos de execução e a metodologia a serem utilizados na implementação do Memorando de Entendimento assinado em 2015 entre as duas instituições com o objetivo de promover a cooperação Sul-Sul trilateral nos países em desenvolvimento na América Latina e Caribe.

4. Cooperação Técnica com a Organização Internacional do Trabalho (OIT)

O modelo de parceria trilateral adotado com a OIT é o chamado “execução descentralizada”, em que o Escritório da OIT em Brasília é responsável pela execução administrativo-financeira dos projetos e a ABC é responsável por coordenar, supervisionar, acompanhar e participar de missões de prospecção e execução, bem como da avaliação das atividades.



No referido arranjo, cabe também à ABC analisar propostas de novos projetos e programas e negociar documentos políticos e do marco jurídico que embasa a parceria. Outro aspecto importante é a função central exercida pela ABC na articulação dos trabalhos de todas as instituições envolvidas: mais de uma dezena de instituições brasileiras responsáveis pela implementação técnica das iniciativas, tais como Ministério do Previdência Social (MPS), Ministério do Trabalho (MTE), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério da Saúde (MS), Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), Receita Federal, Ministério Público do Trabalho (MPT), Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), Marinha do Brasil, centrais sindicais e organizações de representação de empregadores, etc.; as instituições cooperantes dos países parceiros, as diferentes unidades da OIT envolvidas (Sede/Genebra, Escritório em Brasília), Embaixadas e instituições de países desenvolvidos potenciais ou atuais parceiros do programa trilateral, como por exemplo o *United States Department of State* (USDOS), *United States Department of Labor* (USDOL), Embaixada da Alemanha, etc.; e as Embaixadas brasileiras nos países (estas últimas constituem pontos-focais chave na realização de missões de prospecção e execução dos projetos, bem como para os fluxos de comunicação entre a multiplicidade de atores).

A ABC também está encarregada de produzir material informativo sobre esta cooperação trilateral (artigos de jornal, apresentações em fóruns internacionais, etc.), além de contribuir pro ativamente para com o aprimoramento metodológico da gestão, da coordenação e da avaliação.

No marco da parceria trilateral, foram firmados quatro subprogramas temáticos nas áreas de combate e eliminação ao trabalho infantil e seguridade social (2009), capacitação de sindicatos e trabalhos forçados e empregos verdes (2010). Sob o amparo dos dois primeiros, foram executados 12 projetos de cooperação técnica Sul-Sul trilateral em favor dos países em desenvolvimento da América Latina e Caribe e África.

Atualmente, encontram-se em execução 06 projetos de cooperação trilateral com a OIT, com recursos totais no valor de US\$ 14.597.543, em benefício dos países em desenvolvimento da América Latina e Caribe e da África, no marco do subprograma de combate ao trabalho infantil e sua eliminação.

Quadro 6
Cooperação Técnica Brasil-OIT – Cooperação Sul-Sul Trilateral
Situação em 2017

Situação	Nº de projetos	Valor executado (em US\$)
Em execução	02 Projetos*	523.786,76

5. Cooperação Técnica com a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI)

A cooperação trilateral Brasil-OMPI baseia-se nos seguintes instrumentos: Memorando de Entendimento entre o Governo brasileiro e a OMPI para a Promoção da Cooperação Sul-Sul; Programa Executivo entre a OMPI e o Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul; e Programa de Parceria OMPI/Brasil para a Promoção da Cooperação Sul-Sul.

Em 2016 deu-se seguimento à implementação do projeto de cooperação técnica trilateral Sul-Sul assinado entre o Brasil e a OMPI, tendo o INPI como instituição executora brasileira. Ressalta-se a realização do IX Encontro Acadêmico de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (ENAPID), realizado em Florianópolis, que contou com a participação de 15 representantes dos países da América Latina. Conforme manifestado pelo INPI em 2016, o projeto finalizou suas atividades no final do mesmo ano. Em 2017, foi enviado o relatório final detalhado.

Quadro 7
Cooperação Técnica Brasil-OMPI – Cooperação Sul-Sul trilateral
Situação em 2017

Situação	Nº de projetos	Valor executado (em US\$)
Concluído	01	-



6. Cooperação Técnica com o Centro de Assentamentos Humanos das Nações Unidas (ONU-HABITAT)

Foi assinado, em 20 de junho de 2012, Memorando de Entendimento entre o Governo brasileiro e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) com vistas ao estabelecimento das bases para a promoção de cooperação técnica trilateral Sul-Sul, durante reunião realizada à margem da Conferência Rio +20.

O MdE tem como objetivo estabelecer modalidades gerais de parceria em terceiros países por meio de cooperação técnica, com vistas ao fortalecimento de capacidades dos países selecionados para elaborar e implementar programas que promovam o desenvolvimento urbano sustentável na América Latina e Caribe.

7. Cooperação Técnica com a Entidade da ONU para a Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres (ONU-MULHERES)

Em decorrência da visita da Diretora da ONU Mulheres ao Brasil (2011) negociou-se um Programa Executivo para a promoção da Cooperação Sul-Sul na área de igualdade de gênero. Tais documentos foram assinados em 19 de junho de 2012, por ocasião da Conferência Rio +20. Após a assinatura dos referidos documentos, a ONU Mulheres, em parceria com a ABC, iniciou um trabalho de prospecção de demandas para elaboração de projetos.



Em 2017, considerando a importância transversal e setorial que o combate à inequidade e desigualdade de gênero tem adquirido nas agendas de política interna e externa, a Agência decidiu priorizar recursos para o referido programa e as negociações foram retomadas. Nesse sentido, prevê-se, para 2018, a assinatura de um novo documento de programa, ao amparo do programa executivo assinado em 2012, que terá como marco o ODS 5 "**Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**".

Ademais, cabe ressaltar que em 2017 foram realizadas as últimas atividades previstas no componente 3 do Projeto, financiado com recursos do DFID, "**Brasil e África: Lutar contra a Pobreza e Empoderar as Mulheres via Cooperação Sul-Sul**", implementadas em parceria com o UNFPA.

8. Cooperação Técnica com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)



Em 2011 iniciou-se negociação entre o Governo brasileiro e a OTCA com vistas a estabelecer Programa de Cooperação Sul-Sul Trilateral em benefício dos países membros da OTCA (Equador, Colômbia, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname e Venezuela).

Em 2012 foram assinados 02 projetos de cooperação Sul-Sul trilateral, financiados integralmente pelo Governo brasileiro. O fortalecimento institucional das instituições gestoras de recursos hídricos dos países membros da OTCA é um dos focos da cooperação trilateral, contando com apoio da ANA, desde 2012, reiterado pela segunda fase do "*Projeto Amazonas*", iniciada em julho de 2017.

Adicionalmente, está sendo elaborada nova proposta de projeto sobre florestas e mudanças climáticas a ser apresentada no decurso de 2018 para avaliação do Fundo Amazônia/BNDES.

Quadro 8
Cooperação Técnica Brasil-OTCA – Cooperação Sul-Sul Trilateral
Situação em 2017

Situação	Nº de projetos	Valor executado (em US\$)
Em execução	03	36.363,47

9. Cooperação Sul-Sul Trilateral com o Programa Mundial de Alimentos (PMA)

O governo brasileiro estabeleceu parceria com o Programa Mundial de Alimentos com o objetivo de apoiar os esforços do referido organismo para expandir e reforçar os Programas de Alimentação Escolar ou desenhar e implementar Programas Nacionais de Alimentação Escolar (PNAEs) de qualidade, a partir de boas práticas desenvolvidas pelo FNDE por meio do desenvolvimento de capacidades em países em desenvolvimento, atendendo a demanda recebida dos países parceiros.



Em maio de 2008, foi assinada Carta sobre os Termos e Condições para o uso do Fundo Fiduciário do governo brasileiro no apoio às atividades de desenvolvimento de capacidade do PMA no âmbito dos programas de alimentação escolar.



Em 2010, o governo brasileiro estabeleceu parceria com o PMA com o objetivo de apoiar os diversos governos dos países em desenvolvimento no desenho e implementação de uma nova geração de programas sustentáveis em alimentação escolar, com vistas a, ademais, melhorar a capacidade dos governos na implementação sustentável e sólida que promova nutrição e segurança alimentar para as populações vulneráveis, a partir de boas práticas desenvolvidas pelo FNDE, por meio do estabelecimento de um centro de excelência de alimentação escolar. A partir da inauguração do Centro de Excelência contra a Fome – Desenvolvimento de Capacidades em Alimentação

Escolar e Segurança Alimentar e Nutricional, em novembro de 2011, iniciou-se a execução do Plano de Trabalho negociado entre a ABC e o PMA com vistas a implementar as ações de Cooperação Sul-Sul trilateral em benefício dos países em desenvolvimento, em particular países da África.

Os recursos previstos para implementação da referida parceria são oriundos do governo brasileiro (FNDE, ABC e IBA) e somam atualmente aproximadamente US\$ 21 milhões. O incremento do aporte deve-se a novo documento de projeto para escoamento dos subprodutos do algodão aprovado durante o 11º Congresso Brasileiro do Algodão, em agosto de 2017.

No quadro do programa de cooperação Sul-Sul trilateral, foram inicialmente identificados 18 países prioritários, dos quais 14 africanos: Côte d'Ivoire, Gana, Guiné-Bissau, Malawi, Mali, Moçambique, Níger, Quênia, Ruanda, Senegal, Tanzânia, Togo, Zâmbia e Zimbábue, além do Timor-Leste, Bangladesh, Laos e Haiti. Entretanto, novos países foram considerados após aprovação do Comitê Diretivo. Atualmente, o referido programa de execução atua em 23 países, com a inclusão de Benin, Burundi, Guiné, Etiópia e Gâmbia. Além dos países prioritários, o Governo brasileiro apoia, tecnicamente, em parceria com o Centro de Excelência contra a Fome do PMA, outros países interessados no compartilhamento das políticas brasileiras em alimentação escolar. Entre 2012 e 2017, os 23 países prioritários realizaram missões ao Brasil, com vistas a conhecer o programa nacional de alimentação escolar desenvolvido pelo país.

Um resultado importante da parceria com o PMA que merece destaque é a resolução da União Africana, no âmbito da 26ª Cúpula dos Chefes de Estado da União Africana, em 2016, de promover a "alimentação escolar por meio da compra de alimentos produzidos localmente" como estratégia para o continente africano, com o objetivo de estimular a geração de renda e o empreendedorismo nas comunidades locais. Esse processo se refletiu na Estratégia Continental de Educação para a África 2016-2025 – CESA 16-25, a qual estabeleceu a conexão entre capital humano e revolução educacional, exigida no escopo do plano de ação para o desenvolvimento sustentável da Agenda 2063, adotado pela União Africana.

Em dezembro de 2017, 02 projetos de cooperação firmados ao abrigo do Programa de Execução Brasil/PMA tiveram sua vigência estendida, com aporte adicional de recursos, sendo eles: i) "**Cooperação Sul-Sul para o Fortalecimento e**





Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em Países em Desenvolvimento", até dezembro de 2018, com aporte adicional no valor de USD 122.000,00 e ii) "*Cooperação Sul-Sul Humanitária para o Fortalecimento de Capacidades Nacionais em Segurança Alimentar e Nutricional*", até dezembro de 2019, com aporte adicional no valor de USD 461.170, ambos recursos oriundos da ABC.

Por fim, espera-se intensificação da parceria em 2018, mediante início da execução do projeto "*Alternativas de escoamento dos subprodutos do algodão e culturas acessórias na África*". A iniciativa, vigente de 1º de outubro de 2017 a 30 de setembro de 2021, deverá complementar as iniciativas em curso em prol do setor algodoeiro na África (Promoção do Trabalho Decente, Cotton 4+Togo, Cotton Shire Zambeze, Cotton Victoria) contemplando 4 países produtores de algodão e tem orçamento de R\$ 7.345.862,00.

Quadro 9
Cooperação Técnica Brasil-PMA Cooperação Sul-Sul Trilateral
Situação em 2017

Situação	Nº de projetos	Valor executado (em US\$)
Em execução	07*	1.096.228,49

*1 Projeto Global e 06 Projetos regionais

10. Cooperação Técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

O principal documento que baliza a parceria estabelecida entre o Governo brasileiro e o PNUD na promoção da cooperação Sul-Sul trilateral é o "*Country Programme Document-CPD*", preparado com base nas prioridades nacionais identificadas pelo Brasil durante a preparação do Marco de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF). O CPD foi aprovado pela Junta Executiva do PNUD em sua II Sessão Regular de 2011. O CPD 2012-2015 se assenta nos resultados alcançados até o momento e se concentra em fornecer apoio em áreas como: o alcance dos ODS; o reforço das capacidades nacionais para um maior alcance das políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável; maior apoio às políticas públicas visando a reduzir a vulnerabilidade à violência e cooperação Sul-Sul centrada no apoio às iniciativas brasileiras de cooperação por intermédio da partilha de conhecimento e replicação de experiências bem sucedidas.

Atualmente, a pauta de cooperação Sul-Sul trilateral com o PNUD é composta por um projeto

na área de alimentação escolar, o qual conta com a participação do FNDE. Em 2017, o projeto desenvolveu atividades de capacitação de caráter regional na América Latina e Caribe, além de atividades de fortalecimento em benefício de Moçambique. Ademais, encontra-se em negociação um projeto para melhoria da transparência, segurança e eficiência do sistema de registro de agrodefensivos de qualidade para o manejo sustentável de pragas no setor algodoeiro da América Latina e Caribe.

Quadro 10
Cooperação Técnica Brasil - PNUD – Cooperação Sul-Sul Trilateral
Situação em 2017

Situação	Nº de projetos	Valor executado (em US\$)
Em execução	07*	1.096.228,49



11. Cooperação Técnica com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)

Foi assinado, em 28 de maio de 2010 no Rio de Janeiro, por ocasião da Conferência Aliança de Civilizações das Nações Unidas, Memorando de Entendimento entre o governo brasileiro e a UNESCO com o objetivo de estabelecer uma parceria para a promoção da cooperação Sul-Sul trilateral nos países em desenvolvimento nas áreas de educação, ciências naturais, ciências sociais e humanas, cultura, comunicação e informação. O programa de parceria abrange as seguintes modalidades de cooperação nas áreas acima mencionadas:

- a. Assistência técnica para o fortalecimento das capacidades institucionais;
- b. Cursos de formação no Brasil ou no(s) país(es) beneficiário(s);
- c. Desenvolvimento de missões técnicas;
- d. Assistência para a concepção, execução, monitoramento e avaliação de projetos;
- e. Cessão de especialistas brasileiros exclusivamente para o desempenho de tarefas em campo;
- f. Qualquer outra modalidade futura a ser acordada pela ABC e pela UNESCO.

Com vistas a viabilizar a implementação de iniciativas de cooperação no marco da parceria trilateral Brasil - UNESCO, foi igualmente assinado, em 19 de dezembro de 2013, Programa Executivo para o biênio 2014-2015, com um orçamento total de US\$ 194.134,65. O Programa foi revisado em dezembro de 2014, conforme orientação do Comitê Diretivo do Programa, a fim de estender a vigência até o final de 2016, incluir novas atividades e garantir um aporte adicional de recursos no valor de US\$ 160.000,00. Em 2017, com vistas a garantir a conclusão das atividades, o programa foi novamente estendido até junho de 2018.



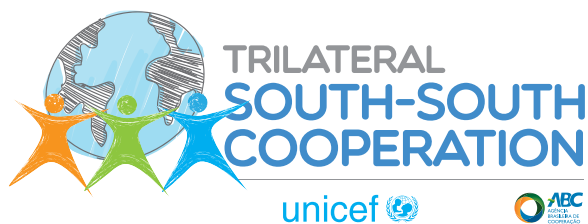
Ao longo de 2017, além das atividades previstas no Programa Executivo acima, foram executados, de acordo com seus respectivos planos de trabalho, os projetos: i) *“Jovens Lideranças para a multiplicação de boas práticas socioeducativas”* (Guiné-Bissau); ii) *“Cooperação Sul-Sul para o fortalecimento da gestão integrada e do uso sustentável dos recursos hídricos no contexto dos países da América Latina e Caribe, e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa”* (CPLP); e iii) *“Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos no MERCOSUL: fortalecimento institucional para a sua definição e desenvolvimento”*, financiado pelo IPHAN.



Quadro 11
Cooperação Técnica Brasil - UNESCO – Cooperação Sul-Sul Trilateral
Situação em 2017

Situação	Nº de projetos	Valor executado (em US\$)
Em execução	04	882.133,39

12. Cooperação Técnica com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)



Em 26 de dezembro de 2013, o governo do Brasil e o UNICEF assinaram Termo de Cooperação com o objetivo de promover a cooperação Sul-Sul trilateral em países em desenvolvimento através do compartilhamento de experiências brasileiras bem sucedidas na área de políticas públicas em prol de crianças e adolescentes. O primeiro repasse de recursos foi realizado em 2014 e conta com um saldo atual de US\$ 20.000,00. Em 19 de outubro de 2016 foi assinada a primeira revisão do referido Termo de Cooperação com vistas a estender sua vigência até outubro de 2019 e aportar novos recursos, no valor de US\$ 206.000,00. A segunda revisão do documento de cooperação foi assinada em dezembro de 2017, com aporte adicional de recursos, oriundos da ABC, no valor de US\$ 200.000,00 perfazendo o valor total de US\$ 426.000,00 de orçamento disponível.

No início do ano de 2017, o UNICEF elaborou, com os seus parceiros estratégicos, o novo Programa de País 2017 – 2021 que impactou na redução da equipe do seu escritório em Brasília. Com a chegada da nova equipe de cooperação Sul-Sul, em agosto de 2017, foram realizadas duas reuniões de coordenação entre a ABC e o UNICEF para a revisão do Plano de trabalho, bem como reuniões presenciais e por meio de videoconferências com os representantes dos países parceiros e as instituições brasileiras cooperantes para a organização de novas missões técnicas e de prospecção aos países parceiros.

No âmbito da iniciativa, ao longo de 2017, foram realizadas duas missões técnicas à Etiópia, no âmbito do Projeto "**Fortalecimento dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgoto Sanitário da Etiópia**" e uma missão de prospecção a São Tomé e Príncipe (STP) com o objetivo de construir conjuntamente proposta de projeto de cooperação Sul-Sul trilateral Brasil – UNICEF – STP na área de proteção social à criança, com a participação do Ministério de Emprego e Assuntos Sociais, do Ministério de Direitos Humanos e do Ministério do Desenvolvimento Social.

Ademais, no que tange à cooperação Sul-Sul trilateral com o UNICEF, cabe destaque à participação do Organismo Internacional no evento paralelo (side event) organizado pela ABC, em dezembro de 2017 na Turquia, em parceria com o UNICEF, o Centro de Excelência Contra a Fome do PMA e a FAO intitulado "**Brazil – UN Trilateral South-South Cooperation innovative practice: a systemic approach for achieving inclusive sustainable development**", cujo objetivo foi apresentar o marco teórico e a metodologia de implementação da Cooperação Sul-Sul trilateral brasileira com Organismos Internacionais, destacando as vantagens comparativas dessas parcerias para o Brasil e para os Organismos Internacionais envolvidos. Durante o evento, o UNICEF esteve representado por funcionários dos escritórios em Brasília e Nova York.

Atualmente, encontram-se em negociação projetos de cooperação Sul-Sul trilateral com os seguintes países: Jamaica, Argentina, São Tomé e Príncipe, bem como Colômbia e Peru (na tríplice fronteira com o Brasil).

Quadro 12
Cooperação Técnica Brasil - UNICEF – Cooperação Sul-Sul Trilateral
Situação em 2017

Situação	Nº de projetos	Valor executado (em US\$)
Em execução	02	35.953,07



13. Cooperação Técnica com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)

Em dezembro de 2009, foi assinado o Programa Executivo entre o Governo brasileiro e o UNODC, visando a constituir o marco jurídico para a implementação da cooperação técnica Sul-Sul à Guiné-Bissau na área de segurança pública.

Ao amparo do mencionado Programa Executivo, foi igualmente assinado naquele ano, entre o Governo brasileiro, o UNODC e o Governo bissau-guineense, documento de projeto, com o objetivo de se estabelecer um centro de formação para as forças de segurança da Guiné-Bissau, atendendo dessa maneira às recomendações constantes no documento de estratégia – Reestruturação e Modernização do Sector da Defesa Nacional – elaborado pela Guiné-Bissau com o apoio da União Europeia.

Devido a dificuldades administrativas em dar continuidade à parceria trilateral com o UNODC, a segunda fase do projeto foi elaborada na modalidade bilateral, em março de 2015, com a participação de representantes da ABC, do Departamento de Polícia Federal (DPF) e das instituições guineenses.

A segunda fase do projeto (2015-2017) prevê a continuidade das ações de cooperação relacionadas aos três eixos de atuação do projeto Fase I, a saber: i) dotar o Centro de infraestrutura adequada; ii) dotar o Centro de corpo de gestores e docentes; iii) implementar programa de capacitação das forças de segurança de Guiné-Bissau, com um orçamento total de U\$ 1.464.598,00 e vigência prevista até abril de 2017.

Respondendo a uma demanda da Procuradoria Geral da República da Guiné-Bissau, foi realizada, como atividade complementar ao projeto “*Centro de Formação das Forças de Segurança da Guiné-Bissau*”, em julho de 2015, missão de prospecção naquele país com o objetivo de conhecer as necessidades do Ministério Público de Guiné-Bissau nas áreas de capacitação demandadas. A delegação brasileira foi composta por representante da ABC, bem

como representantes da Secretaria de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal.

Após a realização da missão, constatou-se que haveria a possibilidade de implementar uma iniciativa de cooperação técnica entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público da Guiné-Bissau. A referida iniciativa teria como objetivo a realização de cursos de capacitação nas áreas de: (i) combate à corrupção e lavagem de dinheiro; (ii) combate ao tráfico de drogas e de pessoas; (iii) combate ao terrorismo e técnicas de investigação; e (iv) tutela coletiva com ênfase na área ambiental. As atividades de formação seriam realizadas em 4 (quatro) módulos presenciais, todos em Guiné-Bissau, ministrados por membros e técnicos do Ministério Público Federal (MPF), com duração de 2 a 3 semanas.

A iniciativa teve início com a realização de dois módulos de capacitação elaborados entre o Brasil e a Guiné-Bissau, em agosto e novembro de 2016, e contou com o apoio do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) por meio do financiamento de passagens e diárias para os magistrados brasileiros.

Em novembro de 2016, após a identificação de recursos para financiar a iniciativa, foi assinado o Documento de Projeto que previa a realização de dois módulos de capacitação em 2017, bem como a construção de manuais práticos a serem elaborados pelos capacitados em 2018.

Quadro 13
Cooperação Técnica Brasil-UNODC – Cooperação Sul-Sul Trilateral*
Situação em 2017

Situação	Nº de projetos	Valor executado (em US\$)
Em execução	02	320.714,87

* atividades executadas por instrumento bilateral

14. Outras Iniciativas

14.1. Banco Mundial

Em 11 de maio de 2017 foi assinado Memorando de Entendimento (MdE) entre o governo brasileiro, o Governo de Moçambique e o Banco Mundial para a promoção da Cooperação Técnica Sul-Sul Trilateral na área de Meio Ambiente, Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Rural.

Com base no referido documento, que fornece o quadro legal e define o escopo de atuação para a cooperação entre Brasil, Moçambique e Banco Mundial, as partes acordaram que a primeira iniciativa a ser realizada será um projeto na área de redução de emissões de gases de

efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação de florestas (REDD+).

A iniciativa deverá contar com o apoio técnico do Ministério do Meio Ambiente (MMA), instituição responsável pela coordenação da agenda REDD+ no Brasil, e com recursos financeiros do Banco Mundial em Moçambique, no valor total de US\$ 100.000,00. Sendo assim, o Plano de Ação para a implementação do MdE será condicionado pelo montante a ser disponibilizado pelo Banco Mundial e pela disponibilidade de recursos humanos do MMA para assegurar o devido acompanhamento técnico da iniciativa.

Há expectativa de se realizar missão de prospecção a Moçambique no primeiro trimestre de 2018, com base no Termo de Referência para a missão elaborado e aprovado pelas partes no final de 2017. O Memorando de Entendimento ensejou o estabelecimento, pela primeira vez, de uma parceria entre o governo brasileiro e o Banco para a promoção da cooperação Sul-Sul trilateral.

14.2. Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola - FIDA

Em 20 de novembro de 2017, foi assinada Carta de Intenções entre o Governo brasileiro, por meio da ABC, e o FIDA sobre cooperação Sul-Sul trilateral com o objetivo de promover ações conjuntas para ajudar na melhoria do bem-estar da população de baixa renda nos países em desenvolvimento.

No escopo de atuação definido na referida Carta, Brasil e FIDA pretendem utilizar a cooperação Sul-Sul trilateral como veículo para o aperfeiçoamento da produção agrícola, bem como da produtividade, do desenvolvimento de capacidades, do valor agregado e do acesso aos mercados, segurança alimentar e renda da população mais carente nos países em desenvolvimento.

Há expectativas de identificar iniciativas a serem implementadas conjuntamente pelo Brasil e o FIDA ao abrigo da Carta de Intenções, visando a complementar e potencializar as ações realizadas pelo governo brasileiro em parceria com as demais agências romanas (FAO e PMA) na área de desenvolvimento rural.

14.3. Programa de Cooperação Sul-Sul na área de Mudanças do Clima

A ABC e o MMA iniciaram, no segundo semestre de 2016, a elaboração de Programa de Cooperação Sul-Sul na área de mudanças do Clima que visa a organizar as iniciativas da cooperação brasileira nessa área por meio da identificação das principais políticas e programas públicos exitosos, o conjunto de instituições governamentais envolvidas e



suas respectivas atribuições, os possíveis países parceiros (detentores de florestas tropicais) e critérios de priorização, e fontes de financiamento. Ademais, o programa define os objetivos e as linhas principais de ação da cooperação brasileira na área, que deverão orientar a elaboração de iniciativas específicas de tipo bilateral, trilateral e em bloco, de maneira a dar concretude aos compromissos internacionais assumidos pelo governo brasileiro no âmbito da Conferência das Partes sobre o Clima (COP 21) de Paris e a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC).

7. COOPERAÇÃO TÉCNICA MULTILATERAL

As atividades da Coordenação-Geral de Cooperação Técnica Multilateral (CGCMULT) da ABC em 2017 podem ser divididas nas seguintes linhas de ação: orientação às instituições nacionais sobre as diretrizes, práticas e oportunidades de cooperação técnica com organismos internacionais; gestão de carteiras de projetos de cooperação técnica com organismos internacionais; participação em reuniões internacionais envolvendo o tema da cooperação internacional para o desenvolvimento; contribuição técnica para iniciativas de fortalecimento institucional da ABC; e modernização de processos internos de trabalho da Coordenação-Geral.

Sobre o primeiro aspecto, a ABC atuou na orientação de aproximadamente uma centena de instituições brasileiras sobre o uso mais eficiente e eficaz da cooperação técnica com organismos internacionais, à luz das diretrizes governamentais e da legislação em vigor. A prestação de orientações e a articulação, pela ABC, entre as áreas e temas de interesse e de prioridade por parte de órgãos setoriais do Governo Federal brasileiro com o potencial de cooperação disponível em organismos internacional deu margem à realização de um grande número de reuniões de trabalho entre a ABC e ministérios setoriais no decorrer de 2017. Nesse contexto, com vistas a implementar um exercício mais eficaz de suas atribuições, a CGCMULT manteve igualmente contatos periódicos com unidades do Itamaraty (Departamentos e Divisões), bem como com a Controladoria-Geral da União (CGU).

A propósito da gestão de carteiras de projetos, verificou-se, em 2017, leve aumento no volume de execução física dos projetos de cooperação técnica da modalidade "do exterior para o Brasil", mantidos junto a organismos internacionais. No segundo semestre, especialmente, foi possível verificar aceleração na tramitação de novos projetos e de revisões.

Embora as estatísticas apontem para a redução do volume de desembolsos nos projetos multilaterais, a ABC tem recebido demonstrações frequentes do interesse de órgãos públicos federais, estaduais e municipais de seguir contando com a parceria de organismos internacionais para ações de cooperação técnica. Ademais, a evolução das relações de cooperação entre o setor público brasileiro, a sociedade civil organizada e o setor produtivo privado em temas como o desenvolvimento sustentável, as políticas sociais inclusivas e a promoção dos direitos humanos, tem contado com a colaboração substantiva de organismos internacionais em termos de projetos voltados ao desenvolvimento de novas capacidades nacionais nos referidos espaços.

A cooperação técnica com organismos internacionais tem sido instrumental para apoiar programas inovadores do Governo brasileiro. Abrange mais de 30 organismos e organizações internacionais, incluindo as de âmbito regional (América Latina e Caribe), bem como as relações de cooperação com a União Europeia. Os principais temas cobertos por essas parcerias incluem o fortalecimento do planejamento e da gestão pública, projetos inovadores de desenvolvimento social, geração de emprego e de renda em áreas urbanas e rurais, proteção do meio ambiente, direitos humanos, saúde, educação, patrimônio histórico, segurança pública e promoção de investimentos, nos três níveis federativos.

Em 2017, 247 projetos estavam em execução na área multilateral (cooperação do exterior para

o Brasil), atendendo a instituições públicas dos níveis federal, estadual e municipal, além da sociedade civil. Nesse exercício, desembolsos realizados no âmbito da cooperação recebida multilateral superaram a cifra de US\$ 150 milhões.

A ABC participou, em 2017, de diversas reuniões de foros deliberativos de organismos internacionais regionais e multilaterais, bem como preparou análises e subsídios para a participação de delegações brasileiras em reuniões internacionais que discutiram o tema da cooperação para o desenvolvimento, incluindo:

- Grupo de Trabalho de Cooperação Internacional da CELAC;
- Simpósio do Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento do ECOSOC sobre Cooperação Sul-Sul;
- Reunião dos Responsáveis por Cooperação Internacional da SEGIB;
- Presidência Pro-Tempore do Grupo de Coordenação Internacional do MERCOSUL;
- Juntas Executivas do PNUD, FNUAP e UNOPS;
- Reunião de Alto Nível do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE.

No âmbito dessas reuniões internacionais, a ABC atuou no sentido de enfatizar temas de interesse do governo brasileiro no campo da cooperação internacional, dentre eles, o da quantificação e avaliação da cooperação Sul-Sul, o fortalecimento dos pontos focais governamentais de cooperação internacional dos países em desenvolvimento e a proposição de medidas para a reforma do *“United Nations Development System”*. A ABC apoiou a Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas na negociação dos documentos definidores dos procedimentos preparatórios para a futura II Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul (Buenos Aires, Argentina, março de 2019). A ABC elaborou análises iniciais sobre o processo em curso de reforma do *“United Nations Development System”*. A seguir apresentam-se resumos da atuação da ABC em foros regionais e multilaterais.



Nações Unidas

No âmbito das Nações Unidas, o Diretor da ABC participou do Simpósio de Alto Nível do Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento do ECOSOC (Buenos Aires, 6-8 de setembro de 2017). O evento proporcionou oportunidade para intervenções do Brasil sobre o tema da quantificação da Cooperação Sul-Sul, com menção à contribuição da ABC para esse debate, a partir de uma proposta de plataforma de registro de modalidades de CSS adaptável às práticas de cada país e que considere aspectos quantitativos e qualitativos. Durante o Simpósio de

Buenos Aires, o Brasil destacou três pontos: (i) a importância da criação de órgãos de gestão da cooperação internacional em países em desenvolvimento; (ii) a evolução do conceito de mensuração da cooperação Sul-Sul, que busca considerar aspectos quantitativos e também

qualitativos, como também incorporar os princípios dessa modalidade em seus processos avaliativos; (iii) a diversidade da contribuição da cooperação Sul-Sul para a Agenda 2030, via múltiplas modalidades. Destacou-se que a CSS não deve ser entendida exclusivamente como uma fonte adicional de recursos financeiros.



CELAC

Em 2017 realizou-se a IV Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Internacional (GTCI) da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos-CELAC (Santo Domingo, República Dominicana, 12 e 13 de janeiro de 2017). A primeira sessão dedicou-se à discussão dos desafios comuns para a construção de uma política de cooperação internacional no âmbito da CELAC. O segundo item da agenda abordou o uso da proposta do Equador de um sistema intitulado "Ferramenta informática para o

registro de Capacidades e Fortalezas da América Latina e Caribe" para servir de "Plataforma de Cooperação Sul-Sul como mecanismo para facilitar os compromissos do GTCI". A terceira sessão da IV Reunião do GTCI/CELAC dedicou-se ao financiamento para o desenvolvimento dos países de renda média e seu processo de graduação. A delegação brasileira argumentou a favor do intercâmbio de experiências entre os pontos focais governamentais da região na questão do acesso a fontes internacionais de financiamento. A quarta sessão dedicou-se às ações de cooperação entre os países da Comunidade e o Haiti. A quinta sessão tratou do resumo dos entendimentos mantidos.

Entre os dias 14 e 15 de novembro de 2017 realizou-se em São Salvador, El Salvador, a V Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Internacional (GTCI) da CELAC. A respeito da política de cooperação da CELAC, a delegação brasileira expressou sua visão de que o documento em questão poderia servir de referência para o desenvolvimento das iniciativas de cooperação no continente, porém sem constituir-se em marco vinculante. Foi expressa posição contrária ao estabelecimento de uma instância supranacional como supervisora das agendas de cooperação dos países membros. A delegação brasileira reafirmou suas restrições à proposta de elevação do status do GTCI da CELAC, formato apresentado. Foram expressas preocupações quanto à incompatibilidade da proposta com a estrutura institucional atual da CELAC e quanto a eventuais compromissos financeiros oriundos de tal decisão.



SEGIB

De 30 de maio a 1º de junho de 2017 teve lugar na Cidade do México a Reunião sobre Valoração da Cooperação Sul-Sul, organizada pelo Programa Iberoamericano de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) da Secretaria-Geral Iberoamericana (SEGIB). Na sessão sobre metodologias de quantificação da cooperação Sul-Sul, o representante da ABC fez breve exposição sobre a gênese e evolução do relatório "COBRADI" publicado

pelo IPEA em parceria com a ABC. Destacou-se a amplitude das modalidades de cooperação abrangidas no relatório brasileiro, o número de instituições do Governo Federal que fornecem dados, a busca por uma regulamentação do processo de elaboração do relatório e, ainda, a discussão entre a ABC e o IPEA sobre inovações metodológicas. Durante o evento observou-se convergência de visão da maioria das delegações presentes com a do Brasil no tema da quantificação da cooperação Sul-Sul. Percebeu-se a apropriação, por diversas delegações, do entendimento de que o tema da quantificação não envolve apenas aspectos estatísticos, mas também políticos. Verificou-se abertura para a consideração de outras modalidades de parceria entre países em desenvolvimento como CSS, além da cooperação técnica. Aprovou-se a realização de estudo para avaliar como outras modalidades de intercâmbio poderão ser quantificadas como cooperação Sul-Sul. Outro avanço importante e que se alinha com a visão brasileira foi o consenso obtido quanto à pertinência de concepção de uma base conceitual e metodológica comum para a valoração da CSS.

Visões do Brasil sobre o tema da quantificação foram compartilhadas por outras delegações na reunião da SEGLB, inter alia, o princípio de que a quantificação deve ser realizada em "mão dupla", com dados dos dois ou mais países parceiros; a valoração deve ir além da monetarização dos insumos; a mensuração tem duas dimensões (subsídio para gestão e controle e demonstração da materialidade da cooperação Sul-Sul); a relação direta entre insumos e benefícios/ganhos imediatos; e o uso de indicadores para verificação desses benefícios/ganhos.

Entre os dias 21 e 23 de junho de 2017 realizou-se em Buenos Aires, Argentina, o Seminário internacional "Ibero-América e o Plano de Ação de Buenos Aires. Reflexões para o PABA+40", organizado pelo PIFCSS. O evento permitiu ressaltar a necessidade de garantir-se a visibilidade dos países em desenvolvimento quando de operações trilaterais com organismos internacionais; o potencial de financiamento adicional para a cooperação Sul-Sul proporcionado por parcerias trilaterais com países desenvolvidos; a importância de os países em desenvolvimento adiantarem-se na proposição de ideias, temas e prioridades para dar os contornos da Conferência PABA+40; a cautela a ser adotada para que o Plano de Ação de Buenos Aires (1978) receba atualizações mas não uma releitura e a necessidade de avanços na geração de dados sobre a cooperação Sul-Sul e menções à sua dimensão política. A delegação brasileira defendeu que o documento de síntese priorize aspectos políticos, com ênfase na afirmação de que a CSS estabeleceu um novo paradigma na cooperação internacional, bem como que essa modalidade de intercâmbio requer o estabelecimento de uma narrativa positiva.



MERCOSUL

No segundo semestre de 2017, o Brasil exerceu a Presidência Pro-Tempore do Bloco (PPTB). Neste período, foram realizadas duas edições da Reunião do Grupo de Cooperação Internacional (GCI), oportunidade em que foi aprovada a estratégia de cooperação do MERCOSUL, bem como três novos projetos de cooperação. A partir do funcionamento da Unidade de Cooperação Técnica Internacional (UTCI), no âmbito da Secretaria do MERCOSUL a participação brasileira na coordenação do Bloco passou a ter caráter estratégico.

Durante a PPTB avançou-se igualmente nos estudos encomendados à UTCl. As solicitações pretendem ampliar a capacidade do MERCOSUL de gerar soluções endógenas e promovê-las no âmbito da cooperação técnica. Neste sentido, a ABC propôs que fossem identificadas áreas temáticas para a implementação de cooperação técnica horizontal intra-bloco.



UNASUL

O Brasil participou das reuniões do Grupo de Altas Autoridades de Cooperação Sul-Sul (GAACSS), o qual dispõe sobre o regulamento e a aplicação do Fundo de Iniciativas Comuns (FIC). Durante 2017 discutiu-se a aprovação dos documentos constitutivos do Grupo. A ABC apresentou observações à Coordenação-Geral de Mecanismos Regionais (CGMR) sobre a criação e implementação do Estatuto de Funcionamento do GAACSS.



CEPAL

Em 11 de janeiro de 2017, representante da ABC, na condição de delegado do Brasil, participou da Quinta Reunião da Mesa Diretora do Comitê de Cooperação Sul-Sul da CEPAL. O Brasil é membro da Mesa Diretora. A reunião permitiu alinhar o apoio da CEPAL para a elaboração de documentos técnicos vinculados à política de cooperação Sul-Sul da CEPAL. Definiu-se que a CEPAL deverá elaborar dois relatórios, um sobre a cooperação Sul-Sul no continente e o segundo a respeito das três linhas

de ação no campo da cooperação internacional definidas pelos países-membros. Também foi previsto que a CEPAL venha a apoiar a formulação de Nota da Presidência do Comitê aos países membros.



OCDE

A CGCMULT atuou como ponto focal da ABC para a implementação de atividades do Programa de Trabalho Brasil-OCDE 2016-2017 relacionadas ao tema da cooperação internacional. Em 2017 foram concluídas todas as atividades da alçada da ABC no referido documento. Ainda sobre a OCDE, a ABC implementou um grupo de atividades do caderno de adesão ("**acquis**") associado à proposta de adesão brasileira à referida organização, sob supervisão geral da Subsecretaria-Geral

de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores. A ABC organizou diversas reuniões, consultas, informações e demais providências vinculadas a esse processo junto a órgãos da administração pública federal brasileira.



Assuntos internos da ABC

No tema dos métodos de trabalho, cabe registrar a publicação da 4ª Edição das “Diretrizes Gerais para a Cooperação Multilateral e Bilateral”. Em paralelo à versão externa do documento de diretrizes, a ABC aprovou, em junho de 2017, a 15ª versão interna do mesmo documento (mais ampla em capítulos), que é utilizada pelo corpo técnico de servidores da Agência. No primeiro trimestre de 2017, foi elaborado o texto base da contribuição da ABC ao Relatório Voluntário do Brasil sobre a implementação da Agenda 2030, especificamente sobre o Objetivo 17: **“Fortalecer os meios de**

implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável”.

No que diz respeito ao tema da mensuração de fluxos de cooperação Sul-Sul, a proposta de criação de uma plataforma de quantificação de insumos e de indicadores de fluxos de cooperação e de intercâmbio entre países em desenvolvimento elaborada pela ABC em dezembro de 2015 foi objeto de novas iniciativas de divulgação em 2017. Um avanço importante nessa matéria envolveu a realização de evento regional do Programa de Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul da SEGIB, que aprovou a realização de estudos para a ampliação do conceito de quantificação aplicado nos relatórios de cooperação Sul-Sul da referida organização.

A ABC colaborou com o IPEA na consolidação do texto do Relatório COBRADI 2014-2016. Também em 2017 discutiu-se com o IPEA um plano de trabalho no tema da cooperação internacional, ao amparo do Memorando de Entendimento firmado entre o referido Instituto e o Ministério das Relações Exteriores. A ABC e o IPEA participaram de eventos técnicos na sede da OCDE em Paris, no âmbito do Programa de Trabalho Brasil-OCDE 2016-2017. A ABC iniciou ainda discussões com o IPEA sobre harmonização de bancos de dados da Agência e do COBRADI, bem como a incorporação de dados de mensuração qualitativa da cooperação Sul-Sul no referido levantamento.

Entre os dias 16 e 18 de janeiro de 2017, foi realizada a primeira parte do evento intitulado **“Diálogos sobre Avaliação da Cooperação Sul-Sul”**, sob organização do **BRICS Policy Center**. O encontro congregou representantes de 12 países (Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, México, República Dominicana, Índia, Singapura, Tailândia, Laos, Camboja e Moçambique), além de órgãos públicos e organizações da sociedade civil. Em uma das sessões, representante da ABC integrou mesa de palestrantes no tema “O papel da cooperação Sul-Sul no alcance dos ODS” e realizou duas apresentações: **“Exploring quantification models: What concepts and parameters should be considered? What are the difficulties and advantages?”**; e **“Plataforma de Quantificação de Fluxos de Cooperação e Intercâmbio entre Países em Desenvolvimento”**. Em 2017 integrantes da CGCMULT proferiram palestras em eventos sobre cooperação internacional organizados pelo Estado do Rio de Janeiro, governo do Distrito Federal e governo do Estado de São Paulo.

Quadro 1
Cooperação Técnica Multilateral (Cooperação Recebida) - Documentos tramitados e aprovados

Projetos e Revisões aprovados em 2017			
	Projetos	Revisões	Total 2017
Documentos	51	131	182

Quadro 2
Distribuição de projetos por Fonte Externa em 2017
(Projetos em execução em 31/12/2017 e projetos concluídos durante 2017)

Organismo Internacional	Nº	%
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	78	31,57
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura	59	23,88
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento	35	14,17
IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura	17	6,88
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	13	5,26
OEI - Organização dos Est. Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura	12	4,85
FNUAP - Fundo de População das Nações Unidas	5	2,02
UNOPS - Escritório das Nações Unidas para Serviços a Projetos	4	1,61
FLACSO - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais	4	1,61
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	4	1,61
OIT - Organização Internacional do Trabalho	3	1,20
OIMT – Organização Internacional da Madeira Tropical	2	0,80
OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde	2	0,80
UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenv. Industrial	2	0,80
União Europeia	1	0,42
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe	1	0,42
OACI - Organização de Aviação Civil Internacional	1	0,42
OMM - Organização Meteorológica Mundial	1	0,42
ONU Mulheres	1	0,42
OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica	1	0,42
UIT - União Internacional de Telecomunicações	1	0,42
TOTAL	247	100%

Quadro 3
Cooperação Técnica Multilateral - Carteira de Projetos por Setor de Atuação

Cooperação Multilateral - Projetos em execução ao final de 2017	
Setor	%
Meio Ambiente	21,70%
Educação	14,04%
Administração Pública	13,19%
Desenvolvimento Social	12,77%
Agricultura	5,11%
Saúde	5,11%
Planejamento	3,83%
Cultura	3,40%
Justiça	3,40%
Cidades	2,55%
Transportes	2,55%
Esporte	2,13%
Ciência e Tecnologia	1,70%
Trabalho e Emprego	1,70%
Comunicações	1,28%
Minas e Energia	1,28%
Pesca	1,28%
Segurança Pública	1,28%
Indústria e Comércio	0,85%
Cooperação Técnica	0,43%
Pecuária	0,43%
TOTAL	100%

Quadro 4
Ações Relacionadas à Cooperação Técnica Multilateral Recebida: 2017

Ações Relacionadas à Cooperação Técnica Multilateral	Ano 2017
Ofícios enviados	1531
Relatórios recebidos	130
Notas Técnicas elaboradas e aprovadas pela Coordenação-Geral	81
Reuniões/Missões de Monitoramento (inclui Tripartites)	133
Reuniões de orientação para instituições nacionais	163
Telegramas expedidos para Missões, Delegações e Embaixadas	74
Conferências, Seminários, Palestras	17
Circulares Telegráficas e GMDs	02
Reuniões Multilaterais e Intergovernamentais (no exterior)	13
Reuniões com missões estrangeiras	10
Reunião de coordenação com organismos internacionais	50
Plano de Trabalho (para o exercício seguinte)	01
TOTAL	2205

Quadro 5
Indicadores de Desempenho – CGCMULT 2017

Indicadores de Desempenho - 2017		
Nº de Notas Técnicas:	Nº de Novos Projetos + Nº de Revisões Substantivas	Nº de Notas Técnicas / Nº de Novos Projetos + Revisões Substantivas
81	81	100%
Nº de Visitas Técnicas: (Acompanhamento)	Nº de Projetos em Execução(*)	Nº de Visitas Técnicas (Acompanhamento) / Nº de Projetos em Execução
133	247	53,84%
Nº de Relatórios de Progresso recebidos na ABC:	Nº de Projetos em Execução(*)	Nº de Relatórios de Progresso recebidos na ABC / Nº de Projetos em Execução
130	247	52,63%
Nº de Relatórios de Progresso pendentes:	Nº de Projetos em Execução(*)	Nº de Relatórios de Progresso pendentes / Nº de Projetos em Execução
117	247	47,36%

Quadro 6
Cooperação Técnica Multilateral – Recursos orçados para 2017

Origem dos recursos	Valor em US\$
Recursos nacionais	136.029.212
Recursos de fontes externas	50.609.632
Total	186.638.844

Quadro 7
Cooperação Técnica Multilateral - Estimativa de desembolsos em 2017

Origem dos recursos	Valor em US\$
Recursos nacionais	78.077.158
Recursos de fontes externas	72.708.605
Total	150.785.763

8. COOPERAÇÃO TÉCNICA E PARCERIAS COM PAÍSES DESENVOLVIDOS

De acordo com o Regimento Interno do Ministério das Relações Exteriores (MRE), compete à Coordenação-Geral de Cooperação Técnica e Parcerias com Países Desenvolvidos (CGTP) da ABC definir mecanismos e instrumentos de coordenação conjunta e coordenar ações, programas, projetos, atividades e planos de trabalho de cooperação técnica implementados com governos de países desenvolvidos em todas as dimensões de parceria, no Brasil e no exterior, para o desenvolvimento local, nacional, regional, de interesse brasileiro ou em favor de terceiros países e, nessa matéria:

I – Atuar na promoção dos princípios e das modalidades de cooperação técnica adotados pelo Brasil para harmonização de marcos programáticos e definição de estratégias de parcerias com países desenvolvidos;

II – Orientar órgãos públicos e instituições nacionais, em nível federal, estadual e municipal, sobre os procedimentos relacionados à elaboração, tramitação, aprovação e execução de ações, programas, projetos, atividades e planos de trabalho de cooperação técnica realizados em parceria com governos de países desenvolvidos;

III – Analisar propostas de ações, programas, projetos, atividades e planos de trabalho sob o ponto de vista dos requerimentos técnicos da ABC e das normas internas aplicáveis à cooperação técnica, no Brasil e no exterior, em parceria com governos de países desenvolvidos;

IV – Acompanhar o desenvolvimento de ações, programas, projetos, atividades e planos de trabalho sob o aspecto técnico e, para esse fim, realizar visitas técnicas às instituições implementadoras, no Brasil e no exterior, e participar de missões e reuniões de planejamento, acompanhamento e avaliação no âmbito de ações, programas, projetos, atividades e planos de trabalho de cooperação técnica coordenados pela ABC, realizados em parceria com governos de países desenvolvidos;

V – Preparar subsídios para Consultas Políticas, Comissões Mistas e demais reuniões de âmbito bilateral com governos de países desenvolvidos em temas associados à cooperação técnica internacional que se verificam em todas as dimensões de parceria, no Brasil e no exterior, para o desenvolvimento local, nacional, regional, de interesse brasileiro ou em favor de terceiros países;

VI – Participar de reuniões, seminários e outros eventos, no Brasil ou no exterior, sobre temas relacionados à cooperação técnica bilateral, trilateral, regional ou em dimensão global realizada em parceria com governos de países desenvolvidos;

VII – Definir com governos de países desenvolvidos os instrumentos de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de ações, programas, projetos, atividades e planos de trabalho de cooperação técnica realizada em parceria com governos de países desenvolvidos;

VIII – Coordenar a elaboração de Marcos Programáticos e outros instrumentos de planejamento de programas de cooperação técnica que se verificam em todas as dimensões de parceria, no Brasil e no exterior, para o desenvolvimento local, nacional, regional, de interesse brasileiro ou em favor de terceiros países em parceria com governos de países desenvolvidos;

IX – Atuar em ações de articulação da ABC com outros órgãos da administração pública para discussão sobre prioridades a serem refletidas nos programas de cooperação técnica de interesse do Brasil junto a governos de países desenvolvidos; e

X – Identificar e propor à Coordenação-Geral de Planejamento e Comunicação (CGP) atividades de aprimoramento de servidores, elaboração e/ou atualização de manuais de trabalho e de sistemas de informação.

Abrangência do trabalho da CGTP – Brasil e Países Desenvolvidos



Abrangência do trabalho da CGTP – Brasil e Países Desenvolvidos



Planejamento da CGTP em 2017

A CGTP foi estabelecida em agosto de 2016 para substituir a área de cooperação técnica recebida bilateral da ABC. Para cumprir com as novas atribuições de modo estruturado e alinhado às diretrizes centrais definidas pelo Ministério das Relações Exteriores, a ABC elaborou para a nova Coordenadoria-Geral um Plano de Trabalho inovador para o ano de 2017. O instrumento rompeu o paradigma da gestão orientada ao acompanhamento de projetos e fontes de cooperação e estabeleceu enfoque nas dinâmicas de negociação e na proposição prática de mecanismos de coordenação de parcerias, entre o Brasil e países desenvolvidos. Esse novo conceito teve como fundamento a integração da visão política, das estratégias de engajamento e dos processos operativos em todas as possíveis dimensões de cooperação técnica acordadas no âmbito dessas relações, com foco na melhor qualidade dos processos e seus resultados.

Para operacionalizar o Plano de Trabalho 2017 (PTA 2017), foi concebida uma atividade isolada de apoio à coordenação, denominada "Apoio à Coordenação de Mecanismos de Parceria e Programas de Cooperação Técnica Internacional entre o Brasil e Países Desenvolvidos", cujos elementos foram assim determinados:

1. Estruturar e executar mecanismos e instrumentos de coordenação conjunta da Cooperação Técnica entre o Brasil e Países Desenvolvidos. (3 resultados e 5 indicadores definidos)
2. Promover, coordenar e acompanhar as parcerias e os programas de cooperação técnicas entre Brasil e os países desenvolvidos. (10 resultados e 10 indicadores definidos)
3. Negociar novas Parcerias de cooperação técnica entre Brasil e países desenvolvidos (2 resultados e 2 indicadores definidos)
4. Negociar e coordenar estratégias setoriais de cooperação técnica com países em desenvolvimento na América Latina e África, em parceria com países desenvolvidos. (1 resultado e 2 indicadores definidos)
5. Promover e fortalecer mecanismos e instrumentos de cooperação técnica internacional. (6 resultados e 7 indicadores definidos)

Dentre as principais responsabilidades identificadas para execução do PTA 2017, houve a definição de prioridades conforme o objetivo vinculado ao programa de política externa (1150), como segue: Estruturar e consolidar a cooperação internacional, em suas diversas modalidades, por meio da coordenação entre órgãos do Governo Federal, da interlocução com entes federativos e do diálogo com a sociedade civil, com vistas a promover o desenvolvimento sustentável e ampliar a inserção internacional do Brasil; e à meta ou iniciativa do Plano Plurianual (PPA 04PN): Elaborar proposta de marco legal e regulatório para a Cooperação Internacional. No quadro mais geral de contribuições para o alcance de metas da Agenda 2030, o Plano de Trabalho identifica os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) impactados em cada linha de ação.

Esta atividade de apoio à coordenação, teve como justificativa a necessidade de reforçar as capacidades internas e dotar a CGTP de instrumentos ágeis para atuar nos vários aspectos de coordenação e gestão de programas de cooperação técnica internacional que resultariam da nova abordagem nas parcerias do Brasil com países desenvolvidos. Em vista da definição de novas atividades e resultados previstos para a CGTP, este mecanismo possibilitou meios para a realização de tarefas previstas no PTA 2017 para a coordenadoria, além de corroborar para um controle geral da execução de todos os programas sob a responsabilidade da área. São objetos de atenção os programas e ações executadas tanto em território nacional como em países parceiros da América do Sul, Central e do Norte, África, Ásia, Europa e Oceania.

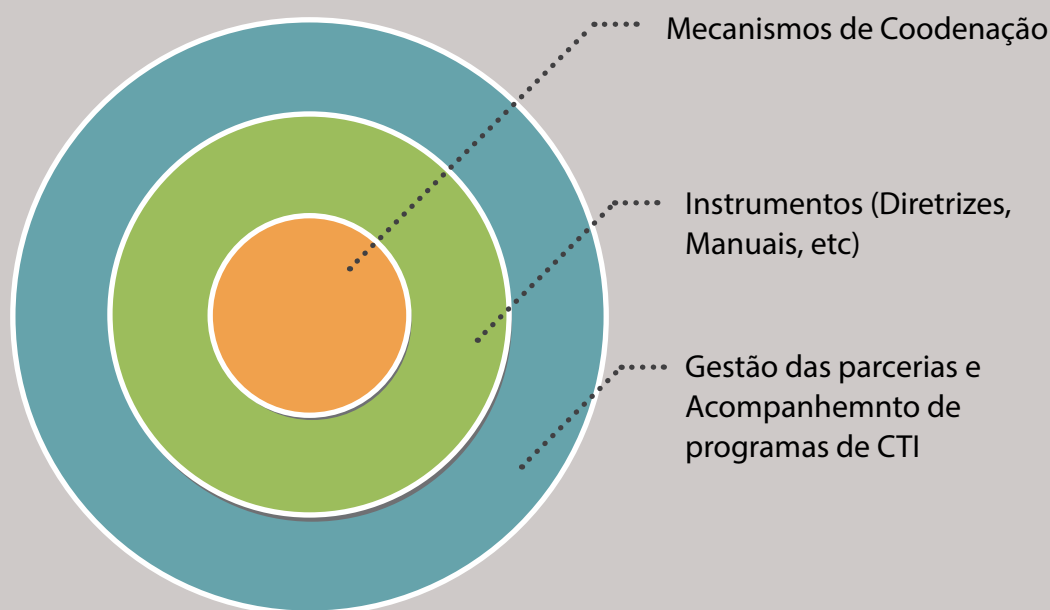
Assim, a atuação da CGTP passou a produzir efeitos correlatos em duas vertentes:



Houve coordenação entre vários setores da ABC que possuem coincidente responsabilidade geográfica ou de atuação em temas comuns, no sentido de buscar coesão, evitar sobreposição de esforços e promover o compartilhamento de ações que poderiam ter complementaridade. Manteve-se o intercâmbio de informações e a combinação de esforços em casos de interesses complementares de países ou instituições parceiras. Foi concluído um trabalho muito importante de edição e publicação do documento de "Diretrizes Gerais para a Concepção, Coordenação e Supervisão de Iniciativas de Cooperação Técnica Trilateral", em maio de 2017, para orientar o trabalho da Agência na cooperação trilateral tanto com organismos internacionais quanto com países desenvolvidos.

Com a CGPC houve estreitamento da agenda de trabalho com foco no desenvolvimento institucional de pontos focais nacionais, no exercício pioneiro de coordenação dentro do país para proposta de elaboração de estratégia setorial com países em desenvolvimento (caso de Moçambique), na participação conjunta em reuniões e seminários internacionais sobre temas de desenvolvimento internacional e para ampliação de ações de comunicação, composição e divulgação de notícias sobre os trabalhos da área.

Visão integrada das três dimensões do trabalho da CGTP no PTA 2017:



Para a implementação do PTA 2017, a equipe da CGTP desempenhou diferentes atividades internas e de coordenação com parceiros, no âmbito das atribuições previstas para a área. As ações de caráter técnico e a atuação de supervisão e coordenação estratégica podem ser assim representadas:

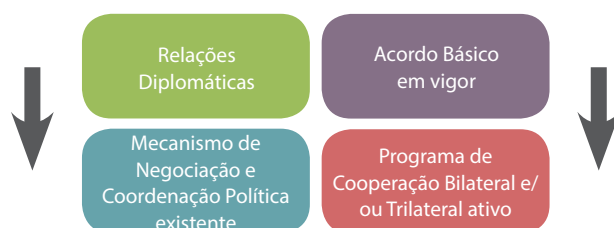
Negociações e diálogo político sobre cooperação técnica internacional – Suporte à tomada de decisão superior; elaboração de subsídios e proposição de medidas para instâncias políticas; participação em eventos no Brasil e no exterior sobre cooperação internacional; discussão sobre diretrizes para a harmonização de instrumentos e processos de cooperação internacional.

Coordenação de programas de cooperação técnica com países desenvolvidos – Preparação e acompanhamento de processos de consulta jurídica para formalização de instrumentos legais de projetos e atividades; gestão do ciclo de projetos nas modalidades bilateral, trilateral e global; acompanhamento dos compromissos estabelecidos em programas, projetos e atividades de cooperação técnica.

Articulação e interação com instituições nacionais e estrangeiras – Levantamento de temas de interesse do governo brasileiro para cooperação técnica internacional; identificação de instituições nacionais com expertise em temas demandados por países parceiros; diálogo sobre capacidades, fragilidades e posicionamento das instituições brasileiras nos arranjos de cooperação técnica internacional; prestação de orientações e apoio sobre procedimentos técnicos da cooperação internacional, nas distintas modalidades.

Os países que são acompanhados pela CGTP nos temas de cooperação técnica internacional podem ser identificados de acordo com os seguintes critérios:

- (1) Países desenvolvidos, membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- (2) Países em desenvolvimento que participam de iniciativas ou apresentam demandas de cooperação técnica trilateral, especificamente no contexto de parcerias do Brasil com países desenvolvidos.



Tendo por base a primeira categoria de países acima, a existência de mecanismo de negociação ou de coordenação política bilateral, com determinado país desenvolvido, exige que a CGTP providencie regularmente minutas de informações sobre o tema de cooperação técnica para as áreas políticas pertinentes do MRE. Para o devido acompanhamento de parceria respaldada em Acordo básico ou instrumento bilateral equivalente faz-se necessário o desenvolvimento de ações de coordenação do fluxo de cooperação técnica, seja eventual ou programático e

permanente, nas modalidades bilateral, trilateral, regional e global. No seguimento de ações de interesse brasileiro, de cooperação recebida de países desenvolvidos, a ABC mantém coordenação permanente com as demais áreas pertinentes do MRE, como as de cooperação financeira (DCFT), educacional (DCE) e científico-tecnológica (DCTEC).

De outro lado, os países em desenvolvimento que figuram como parte nas ações de cooperação trilateral também são objeto de análise e levantamento de informações para o bom acompanhamento das respectivas iniciativas e para apresentação do ponto de situação pela ABC à chefia do MRE e áreas políticas encarregadas.

Quadro de Países

(1) Países desenvolvidos com programas ativos em 2017

Alemanha	Relações Diplomáticas	Mecanismo de Negociação e Coordenação Política existente	Bilateral Trilateral Regional Global
	Acordo Básico em vigor	Programa de Cooperação Bilateral e/ou Trilateral ativo	
Espanha	Relações Diplomáticas	Mecanismo de Negociação e Coordenação Política existente	Bilateral Trilateral Regional
	Acordo Básico em vigor	Programa de Cooperação Bilateral e/ou Trilateral ativo	
Estados Unidos	Relações Diplomáticas	Mecanismo de Negociação e Coordenação Política existente	Bilateral Trilateral
	Acordo Básico em vigor	Programa de Cooperação Bilateral e/ou Trilateral ativo	
França	Relações Diplomáticas	Mecanismo de Negociação e Coordenação Política existente	Bilateral
	Acordo Básico em vigor	Programa de Cooperação Bilateral e/ou Trilateral ativo	
Itália	Relações Diplomáticas	Mecanismo de Negociação e Coordenação Política existente	Bilateral Trilateral
	Acordo Básico em vigor	Programa de Cooperação Bilateral e/ou Trilateral ativo	

Japão	Relações Diplomáticas	Mecanismo de Negociação e Coordenação Política existente	Bilateral Trilateral
	Acordo Básico em vigor	Programa de Cooperação Bilateral e/ ou Trilateral ativo	
Nova Zelândia	Relações Diplomáticas	Mecanismo de Negociação e Coordenação Política existente	Trilateral (experiência piloto)
Portugal	Relações Diplomáticas	Mecanismo de Negociação e Coordenação Política existente	Bilateral Trilateral
	Acordo Básico em vigor	Programa de Cooperação Bilateral e/ ou Trilateral ativo	
Reino Unido	Relações Diplomáticas	Mecanismo de Negociação e Coordenação Política existente	Bilateral Trilateral Regional Global
	Acordo Básico em vigor	Programa de Cooperação Bilateral e/ ou Trilateral ativo	
Singapura	Relações Diplomáticas	Mecanismo de Negociação e Coordenação Política existente	Bilateral (capacitação)
		Programa de Cooperação Bilateral e/ ou Trilateral ativo	
Suíça	Relações Diplomáticas	Mecanismo de Negociação e Coordenação Política existente	Trilateral
	Acordo Básico em vigor	Programa de Cooperação Bilateral e/ ou Trilateral ativo	

(2) Países em desenvolvimento, parceiros em ações trilaterais/regionais em 2017

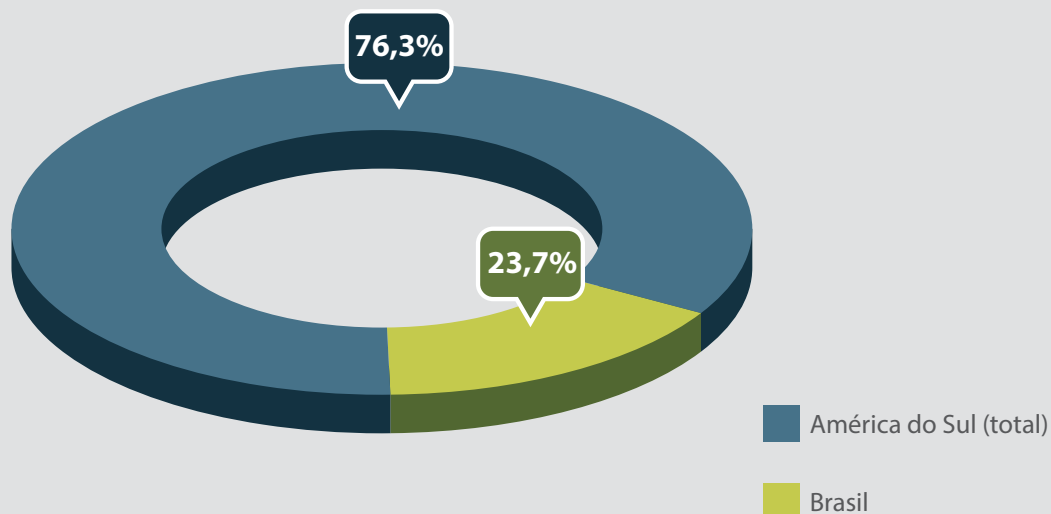
Angola, Benim, Bolívia, Cabo Verde, Chile, El Salvador, Equador, Gana, Guatemala, Guiné-Bissau, Haiti, Honduras, Moçambique, Nicarágua, Palestina, Paraguai, Peru, São Tomé e Príncipe, Suriname e Uruguai.

O fluxo de cooperação técnica de países membros do DAC/OCDE para o Brasil em 2016 representou um total anual de US\$ 181,46 milhões, segundo dados consolidados pela OCDE. Esse montante reflete redução de 15,33% na comparação da média das contribuições declaradas para cooperação técnica no período de 2009-2015, cujo valor foi de US\$ 214,33 milhões/ano.

O Brasil permaneceu, em 2017, como principal destino da cooperação técnica recebida de países desenvolvidos na América Latina. O portfólio de projetos negociados e coordenados pela ABC está inserido nesse conjunto. Porém, outras ações como apoio a entes não-governamentais, atividades diretas e cobertura de custos administrativos, não são acompanhadas pela ABC e podem superar, em alguns casos, 95% do montante total.

Cooperação Técnica Bilateral Países DAC/OCDE para a América do Sul (2016)

- US\$ 763,57 milhões -



Principais resultados do trabalho em 2017

A) Concepção de parcerias para o desenvolvimento global

A percepção do aumento do número e das modalidades de iniciativas de cooperação técnica internacional financiadas por países desenvolvidos, ditas regionais e globais, impulsionou a ABC a propor, em 2017, novo posicionamento da cooperação brasileira na relação com tradicionais parceiros.

A ausência de mecanismo qualificado de diálogo e negociação de programas e fundos globais dava margem, em grande medida, ao envolvimento de instituições e profissionais brasileiros em atividades "extra bilaterais" que não haviam sido articuladas ou aprovadas pelo governo brasileiro. Por outro lado, a própria evolução positiva das relações no campo da cooperação trilateral permitia reconhecer a oportunidade de definição de um novo nível de engajamento entre o Brasil e parceiros tradicionais. Nesse contexto foram iniciados diálogos ou retomados processos de negociação com o Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha, Japão, Espanha, França, Itália e Suíça.

Com o objetivo de apresentar a nova concepção de parcerias e obter contribuições, a CGTP promoveu, sob a liderança do Diretor da ABC, uma reunião de coordenação com todos os departamentos políticos do MRE encarregados dos países mencionados, no dia 23/03/2017, em Brasília.

Reino Unido: O "Memorando de Entendimento entre o Brasil e o Reino Unido sobre a Parceria para o Desenvolvimento Mundial (Global)", assinado em 21 de junho de 2011, foi o primeiro instrumento nessa configuração. A primeira reunião do mecanismo de coordenação entre a ABC e o DFID ocorreu em Brasília, em abril de 2015. 'Desde então, a ABC vem trabalhando no sentido de estabelecer uma coordenação mais afinada e propor procedimentos mais claros para o cumprimento dos objetivos do Mde. No início de 2017, o trabalho de articulação interna entre a ABC e áreas políticas e setoriais do MRE, bem como o envolvimento de ministérios setoriais, foram decisivos para a construção de uma agenda consistente e a preparação de um formato de diálogo amplo, com a parte britânica. Como resultado, foi realizada missão a Londres, em outubro de 2017. A missão, chefiada pelo Diretor da ABC, cumpriu extenso programa de trabalho, que incluiu a II reunião do mecanismo de coordenação da referida parceria, na sede do Ministério para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID), encontro sobre os investimentos do Reino Unido no Brasil, na sede do `Foreign and Commonwealth Office` (FCO), reuniões setoriais específicas com equipes britânicas e visita à sede do `International Development Studies` (IDS) sediado na Universidade de Sussex, em Brighton, onde o Diretor da ABC proferiu palestra sobre a cooperação internacional brasileira. Um aspecto do trabalho foi o de garantir que o desenho do marco programático da parceria Brasil-Reino Unido seja realizado com pleno alinhamento de diretrizes e prioridades no campo da cooperação, considerando novas oportunidades em escala regional e global, além das iniciativas trilaterais que tradicionalmente vêm sendo negociadas. O seguimento inclui a realização de estudos conjuntos dos setores prioritários e definição das modalidades para o próximo ciclo (2018-2021) de cooperação a serem dimensionados com fundos e aportes técnicos do Reino Unido e do Brasil.

Estados Unidos: Com os Estados Unidos, a proposta de ampliar o escopo da parceria foi apresentada em Washington, durante missão da Diretora-Adjunta da ABC com o Coordenador-Geral da CGTP, nos dias 16 a 19 de maio de 2017. No contexto da missão, a ABC participou do "*Emerging Partnerships for Development Forum*", promovido pela USAID. À margem do Foro, foi realizada reunião bilateral com a diretora do Bureau de América Latina e Caribe da USAID, acompanhada do diretor do Centro para Integração da Agência, além de assessores. Por parte do Departamento de Estado, participou o Diretor do Escritório para o Brasil e cone sul. As partes trocaram reflexões sobre a proposta de engajamento mais estratégico, considerando a experiência acumulada de cooperação trilateral, com vistas ao aproveitamento de mecanismos e fundos setoriais de caráter global, financiados pelos EUA. Foram discutidas possibilidades de realização de diálogo mais frequente entre Brasília e Washington, sem substituir os atuais fluxos de comunicação e coordenação entre a ABC e a USAID Brasil. A proposta buscava agregar visão conjunta, para fins de planejamento estratégico e identificação de eventuais iniciativas de âmbito regional e global, em acréscimo ao modelo específico de projetos trilaterais.

Alemanha: No caso da Alemanha, ocorreram oportunidades de intercambiar ideias sobre a nova concepção de parceria ao longo de 2017, entre a ABC e representantes do Ministério Federal para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ). Houve abertura para troca de informações sobre os mecanismos de cooperação que potencialmente poderiam ser utilizados em uma nova etapa da parceria com enfoque regional e global. Finalmente, durante a reunião de Negociações Intergovernamentais sobre a cooperação técnica e financeira Brasil-Alemanha, em Brasília, dias 14 e 15/12/2017, foi incluída na pauta breve discussão e o registro da proposta de ser ampliada a discussão sobre os programas de cooperação regionais e globais levados a cabo pelo governo alemão com envolvimento de instituições brasileiras. Houve o reconhecimento de que a falta de uma coordenação nesse sentido poderia prejudicar a identificação dos resultados e potenciais contribuições conjuntas para superação de diversos desafios ao desenvolvimento sustentável que merecem reconhecimento no quadro das relações bilaterais. Como resultado, foi consignado na Ata das Negociações o compromisso de formulação de uma nova estratégia Brasil-Alemanha para a África, tendo em consideração a proposta europeia encabeçada pela Alemanha de um "Marshall Plan" para a África.

Em relação aos outros países referidos, Espanha, Suíça, Portugal e Itália, as tratativas iniciadas em 2017 deverão ter seguimento em 2018.

B) Coordenação dos programas de cooperação técnica bilateral

A coordenação dos programas de cooperação técnica recebida bilateral envolve aspectos únicos de enquadramento legal e organização processual, distintos da cooperação multilateral, sobre os quais a atuação da CGTP emprega importante e crescente esforço. Desde 2012, a ABC vem retomando o espaço de trabalho junto às diferentes agências bilaterais de cooperação e representações dos governos de países desenvolvidos no sentido de estabelecer diretrizes e orientações atualizadas para a realização de iniciativas de cooperação técnica em linha com as prioridades e interesses brasileiros.

Em 2017, a equipe da CGTP manteve rotina de interlocução com diversas áreas técnicas de

órgãos e instituições nacionais envolvidos em dezenas de novas demandas apresentadas ou atividades, projetos e programas em execução realizados com parceiros desenvolvidos.

Em 2017, o portfólio de cooperação técnica com acompanhamento da Coordenação incluiu 82 ações bilaterais. A CGTP vem aprimorando os processos de coordenação para a pauta bilateral. Ao longo do ano, foram realizadas consultas e o levantamento de temas de interesse do governo brasileiro para cooperação técnica internacional, de forma coordenada com a área multilateral e de cooperação financeira. Essa atuação envolveu mais de 40 órgãos e instituições nacionais. Devido à orientação temática prioritária dos parceiros de cooperação recebida bilateral, a pauta ilustra maior quantitativo de ações e propostas nos setores de meio ambiente, energias renováveis e eficiência energética, mudanças do clima, desenvolvimento urbano e produção sustentável.

Permaneceu a Alemanha como o principal país parceiro na cooperação para o Brasil, seguida do Japão, França, Estados Unidos, Reino Unido e Espanha. A ABC tem identificado número expressivo de atividades de cooperação técnica bilateral que não são negociadas no marco de Acordos básicos ou instrumentos intergovernamentais programáticos, com fundos de países desenvolvidos. Em alguns casos, a ABC tem recebido consultas ad-hoc ou informações mais genéricas sobre atividades com instituições federais e ao nível de governos estaduais e municipais. Segue como desafio a busca por uma coordenação efetiva e a devida ação de enquadramento legal para respaldar todas as atividades típicas de cooperação técnica internacional, conduzidas no Brasil por países desenvolvidos.

No esforço de atualizar o passivo de instrumentos legais e documentos de projetos, a ABC empreendeu esforços na preparação e acompanhamento de processos de consulta jurídica para formalização de instrumentos legais de projetos e atividades. Cerca de 20 processos foram preparados e acompanhados, sendo o maior quantitativo referente à cooperação Brasil-Alemanha. Com a assinatura de 07 Ajustes Complementares, a ABC conseguiu reduzir a quase zero as pendências de instrumentos no programa Brasil-Alemanha.

C) Promoção da cooperação internacional descentralizada

Ao longo de 2017, a CGTP manteve diálogo com os principais parceiros desenvolvidos no sentido de identificar possibilidades de abrir linhas de trabalho conjuntas contemplando a cooperação técnica com entes subnacionais. Nesse tema, os parceiros que indicaram possibilidades de atuação conjunta foram Espanha, França, Itália, Alemanha, entre outros. Igualmente, a CGTP participou de reuniões internacionais com países da América Latina, nas quais o tema de cooperação internacional descentralizada foi amplamente discutido. Nesse contexto, propostas de cooperação com o Brasil surgiram da Argentina, Equador, Peru e Uruguai.

Um aspecto de grande relevância para o fortalecimento do programa de cooperação descentralizada é o de estruturação dos pontos focais de relações internacionais e cooperação nos níveis estadual e municipal. A esse respeito, a ABC manteve interlocução crescente com representantes de governos estaduais e municipais, bem como envolveu representações federativas e entidades que congregam os interesses de municípios, prefeituras e administrações estaduais. Uma prioridade foi prover orientações e capacitação nos temas de cooperação técnica

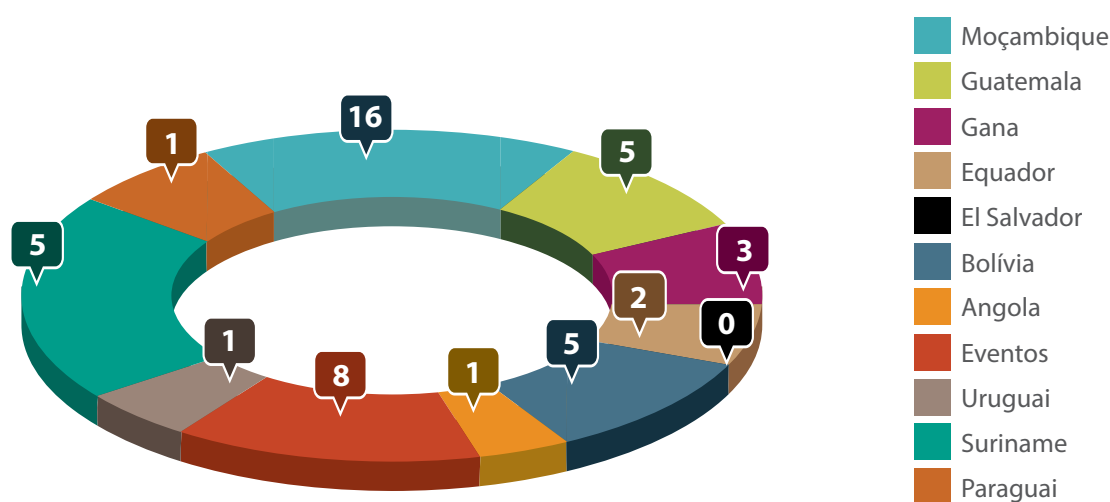
internacional e contribuir para a ampliação da experiência técnica das unidades responsáveis pelas relações internacionais no campo federativo. Nessas ações, foram beneficiados diretamente os governos estaduais de São Paulo, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Piauí, Bahia e o Distrito Federal, e as prefeituras municipais de Curitiba e São Paulo. Outro processo em curso na ABC é o da concepção de proposta para elaboração de um Guia de Cooperação Internacional Descentralizada, em consultas e coordenação com as entidades Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), Fórum RI-27 (Governos de estados) e o Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais (FONARI), além inicialmente de articulação com a então Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República.

D) Coordenação de programas de cooperação técnica trilateral

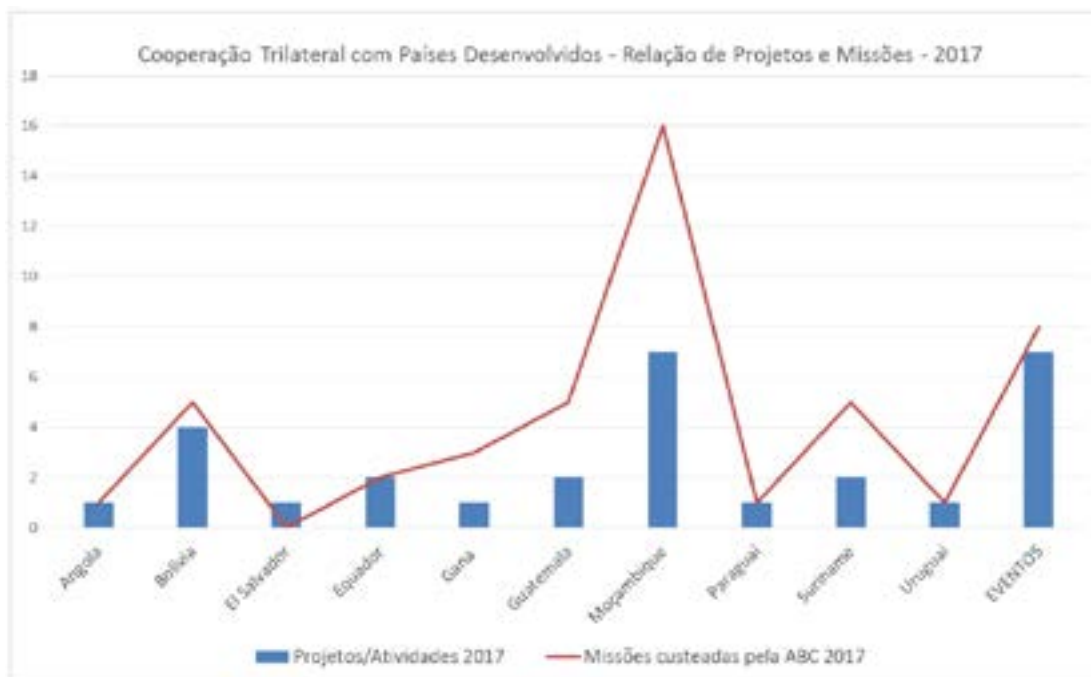
A publicação do documento de “Diretrizes Gerais para a Concepção, Coordenação e Supervisão de Iniciativas de Cooperação Técnica Trilateral” foi resultado da proposição de consolidar a narrativa sobre a experiência e a prática brasileira, nesse campo. Coerentemente, ações foram conduzidas para marcar posição sobre a adoção pelo Brasil do conceito de cooperação trilateral.

Em novembro de 2017, a ABC organizou o primeiro seminário internacional sobre cooperação trilateral em conjunto com a OCDE, como parte do PTA 2017 interno e em atenção ao compromisso de trabalho previsto no Plano de Ação Brasil-OCDE.

Quadro ilustrativo das atividades de cooperação trilateral coordenadas pela CGTP em 2017



Quadro ilustrativo das atividades de cooperação trilateral com países desenvolvidos em 2017



Resumo das Iniciativas trilaterais em favor de países da América Latina, Caribe e África em 2017:

Angola (Saúde e Formação Profissional)

- (Regional/Global) BRA/13/008-S261 – [Programa Brasil-Japão] Curso Internacional de Atenção Humanizada ao Parto e Nascimento - Hospital Sofia Feldman
- (Regional/Global) BRA/013/008-S(novo) – [Programa Brasil-Japão] Formação Profissional – PALOPS – SENAI África

Benim (Patrimônio Cultural)

- BRA/13/008-S027 – [Ação de Cooperação Descentralizada] Resgate e Valorização do Patrimônio Cultural Fronteiriço

Bolívia (Meio Ambiente e Recursos Hídricos)

- (Em elaboração) [Programa Brasil-Alemanha] Inovação de sistemas Forrageiros Resilientes à Seca nos Vales Mesotérmicos de Cochabamba
- BRA/13/008-S223 – [Programa Brasil-Espanha] Apoio ao Fortalecimento Institucional para a Melhora da Prestação de Serviços de Abastecimento de Água Potável, Esgotamento Sanitário e Resíduos Sólidos na Bolívia
- BRA/13/008-S162 – [Programa Brasil-Itália] Programa de Cooperação Trilateral Amazônia Sem Fogo
- (Em elaboração- fase final) Projeto de Eficiência Energética (no setor industrial e Etiquetagem) e Geração Distribuída

Cabo Verde (Formação Profissional)

- (Regional/Global) BRA/013/008-S(novo) – [Programa Brasil-Japão] Formação Profissional – PALOPS – SENAI África

El Salvador (Segurança Pública)

- BRA/013/008-S(novo) [Programa Brasil-Japão] Apoio ao Estabelecimento da filosofia de Polícia Comunitária de El Salvador – FASE II

Equador (Meio Ambiente)

- (Em elaboração) [Programa Brasil-Alemanha] Gestão do Conhecimento na Área de Investigação, Transferência Tecnológica e Inovação em Biodiversidade
- BRA/13/008-S241 - [Programa Brasil-Itália] Programa de redução de incêndios florestais e alternativas ao uso do fogo "Amazônia sem fogo" nas regiões da Serra e Costa do Equador

Gana (Agricultura e Segurança Alimentar)

- BRA/13/008-S284 - [Programa Brasil-Alemanha] Produção de Material Melhorado de Caju e Tecnologias de Processamento de produtos para Gana

Guatemala (Saúde e Segurança Pública)

- BRA/013/008-S(novo) [Programa Brasil-Japão] Apoio ao Fortalecimento de Recursos Humanos para o Melhoramento Contínuo da Qualidade em Gestão Hospitalar – El Quiché – Guatemala.
- BRA/13/008-S253 - [Programa Brasil-Japão] Fortalecimento da Capacitação dos Recursos Humanos Policiais por meio da Disseminação da Filosofia de Polícia Comunitária na Guatemala

Guiné-Bissau (Formação Profissional)

- (Regional/Global) BRA/013/008-S(novo) - [Programa Brasil-Japão] Formação Profissional – PALOPS – SENAI África

Haiti (Agricultura e Segurança Alimentar)

- (Em negociação) Brasil-EUA-Haiti Segurança alimentar (Nova etapa)

Honduras (Agricultura, Segurança Alimentar e Segurança Pública)

- BRA/13/008-S227 - [Programa Brasil-EUA] Energias Renováveis e Segurança Alimentar na Região do Corredor Árido de Honduras, fase I
- (Em negociação) - [Programa Brasil-Japão] Polícia Comunitária sob Coordenação de Governos Locais – Honduras

Moçambique (Agricultura, Segurança Alimentar, Metrologia, Saúde e Formação Profissional)

- BRA/13/008-S232 - [Programa Brasil-Alemanha] Fortalecimento Técnico e Institucional do INNOQ - Fase II
- (Em negociação) Segunda fase do projeto de Segurança Alimentar
- BRA/13/008-A113 - [Coordenação Setorial de Programas Trilaterais] Agrotrimoz - Apoio ao Projeto de Fortalecimento de Estratégias de Integração da Cooperação Técnica em Agricultura e Segurança Alimentar em Moçambique
- BRA/13/008-S263 - [Programa Brasil-Japão] Apoio ao Fortalecimento do Sistema de Resposta ao HIV e SIDA de Moçambique
- BRA/13/008-S233 - [Programa Brasil-Japão] Fortalecimento do Sistema Nacional de Extensão Rural de Moçambique no âmbito do Programa Trilateral Brasil-Japão-Moçambique / PROSAVANA-PEM
- BRA/013/008-S (novo) - Brasil-Portugal-Moçambique – Cafeicultura
- (Regional/Global) BRA/13/008-S261 - [Programa Brasil-Japão] Curso Internacional de Atenção Humanizada ao Parto e Nascimento - Hospital Sofia Feldman
- (Regional/Global) BRA/013/008-S (novo) - [Programa Brasil-Japão] Formação Profissional – PALOPS – SENAI África

Nicarágua (Saneamento)

- BRA/13/008-S184 - [Programa Brasil-Suíça] Implantação de Sistema Condominial de Esgoto em La Dalia e Rancho Grande, na Nicarágua

Palestina (Justiça)

- (Em negociação) Apoio ao programa trilateral Brasil Itália Palestina – justiça eletrônica.

Paraguai (Meio Ambiente)

- (Em elaboração) Projeto de cooperação técnica trilateral na área de desertificação e mudanças climáticas entre os Governos do Brasil-Espanha-Paraguai

Peru (Formação Profissional)

- (Em elaboração) [Programa Brasil-Japão] Consolidação do projeto CTA

São Tomé e Príncipe (Formação Profissional)

- (Regional/Global) BRA/013/008-S (novo) - [Programa Brasil-Japão] Formação Profissional – PALOPS – SENAI África

Suriname (Agricultura e Segurança Alimentar)

- BRA/13/008-S239 - [Brasil-Nova Zelândia-Suriname] Apoio ao Melhoramento do Cultivo de Arroz de Terras Altas no Suriname
- BRA/13/008-S254 - [Brasil-Chile-Suriname] Apoio ao Sistema de Segurança Alimentar e Sanidade Agropecuário do Suriname

Uruguai (Igualdade Racial e Patrimônio Cultural)

- (Em elaboração) Projeto de promoção de políticas de igualdade racial entre os Governos do Brasil-Espanha-Uruguai.
- BRA/13/008-S027 – [Ação de Cooperação Descentralizada] Resgate e Valorização do Patrimônio Cultural de Melo, Cerro Largo

Regional/Global (Meio Ambiente, Energias Renováveis, Saúde e Formação Profissional)

- BRA/13/008-A150 - [Programa Brasil-Alemanha] Desenvolvimento de Capacidades Brasil Alemanha – HCD
- BRA/13/008-S261 - [Programa Brasil-Japão] Curso Internacional de Atenção Humanizada ao Parto e Nascimento - Hospital Sofia Feldman
- BRA/013/008-S(novo) - [Programa Brasil-Japão] Formação Profissional – PALOPS – SENAI África

9. COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

As atividades da Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária (CGCH), criada pelo Decreto nº 9.110, de 27 de julho de 2017, podem ser divididas nas seguintes linhas de ação: i) coordenação de ações de resposta emergencial de caráter humanitário, inclusive doações de alimentos, medicamentos e outros itens de primeira necessidade; ii) acompanhamento de iniciativas de cooperação em temas humanitários, financiadas pelo Brasil, junto aos organismos internacionais, assim como junto a outros parceiros governamentais e não governamentais.

De janeiro a dezembro de 2017, a ABC coordenou 22 doações de medicamentos e 6 ações de resposta humanitária emergencial. Em consonância com a política externa do governo brasileiro, a atuação da ABC é guiada pelas demandas recebidas dos países que solicitam assistência humanitária.

Tabela 1. Ações realizadas de janeiro a dezembro de 2017

Ações Realizadas	Total em dezembro de 2017
Número de ações de resposta humanitária	6
Número de doações de medicamentos executadas	22
Total	26

I. DOAÇÕES DE MEDICAMENTOS

1. ARMÊNIA

A ABC, com apoio do Ministério da Saúde, coordenou a entrega de duas doses de vacina contra Meningite C para criança armênia, em novembro de 2017.

2. BOLÍVIA

Em 2017, a ABC coordenou duas doações de medicamentos à Bolívia. Foram entregues 70.000 doses de vacinas antirrábicas e 40.000 ampolas de medicamentos contra a leishmaniose para o governo da Bolívia, com apoio do Ministério da Saúde e da OPAS.

3. COLÔMBIA

Em 2017, a ABC coordenou, com apoio do Ministério da Saúde, duas doações de medicamentos à Colômbia. A primeira teve lugar no mês de agosto, quando foram doadas 30 ampolas de soro para atender a uma criança de dois anos que se encontrava em risco de vida. No mês de setembro daquele ano, foram doados 100.000 (cem mil) doses de vacina contra a Hepatite A, para atender as necessidades do Programa Ampliado de Imunizações (PAI) da Colômbia.

4. EL SALVADOR

A ABC coordenou a entrega de 130 frascos de medicamentos antiretrovirais para o governo de El Salvador, com apoio do Ministério da Saúde.

5. GUIANA

A ABC coordenou, com apoio do Ministério da Saúde e da OPAS, a entrega de duas doações ao governo da Guiana em 2017. Em março, foram entregues 2.000 ampolas de medicamentos contra a leishmaniose para o governo da Guiana. Já em dezembro, foram entregues 10.000 doses de vacinas para combater surto de sarampo da Venezuela, na região limdeira à Guiana e Roraima.

6. GUIANA FRANCESA

Após solicitação da Agência Regional de Estado da Saúde da Guiana Francesa, a ABC, em coordenação com o Ministério da Saúde brasileiro, acompanhou doação de 10 ampolas de soro antilônômico à Guiana Francesa.

7. HAITI

A ABC coordenou, com o apoio do Ministério da Saúde, a entrega de 15.000 doses de vacina antirrábicas, solicitadas ao governo brasileiro através do Representante da Organização Mundial de Saúde/Organização Panamericana de Saúde (OMS/OPAS) do Haiti.

8. NICARÁGUA

A ABC coordenou a doação de 120.000 ampolas de medicamentos contra a leishmaniose para o governo da Nicarágua, com apoio do Ministério da Saúde e da OPAS.

9. PANAMÁ

A ABC coordenou, juntamente com o Ministério da Saúde, doação de dez ampolas de soro antilônômico para atender uma criança acidentada com uma lagarta Lonomia (taturana), no Panamá.

10. PERU

Em 2017, a ABC coordenou cinco doações de medicamentos ao Peru, sendo 300 mil comprimidos do antirretroviral Atazanavir 300mg, em maio; 140 doses de soros anti-teçonhentos, em maio; 60 mil comprimidos de Darunavir 600mg, em junho; 450 mil comprimidos de Atazanavir 300mg, em setembro; e, 10 frascos de soro antilônômico, para paciente em estado grave, na cidade de Pucalpa, em setembro.

11. REPÚBLICA DOMINICANA

Em esforço conjunto com o Ministério da Saúde brasileiro, a ABC coordenou doação de 120 comprimidos de vacina antirrábica para o tratamento de criança de 02 anos, pelo período de 20 dias, na República Dominicana.

12. SÍRIA

A ABC coordenou a doação de lote de medicamentos e vacinas à representação da Organização Mundial da Saúde na Síria, para atendimento às vítimas do conflito armado no país. A doação contou com ação coordenada entre Ministério das Relações Exteriores (ABC e Embaixadas do Brasil em Beirute e Damasco), Ministério da Saúde (MS), Ministério da Defesa (MD) e Marinha brasileira.

13. SURINAME

A ABC coordenou doação de testes de HIV e preservativos ao governo do Suriname, referente ao Projeto de Cooperação Técnica: "**Fortalecimento do Combate aos HIV/AIDS em Populações-Chave no Suriname**".

14. URUGUAI

A ABC coordenou, como o apoio do Ministério de Saúde, a entrega de 10 ampolas de soro antiaracnídeo ao Uruguai.

15. VENEZUELA

A ABC coordenou a doação de 80.000 ampolas de medicamentos contra a leishmaniose para a Venezuela, com apoio do Ministério da Saúde e da OPAS.

II. INICIATIVAS DE RESPOSTA HUMANITÁRIA

1. BOLÍVIA

A ABC destinou US\$ 300.000 (trezentos mil dólares estadunidenses) de recursos ao projeto "**Gestão de riscos e de desastres socioambientais para a segurança alimentar e nutricional na América Latina e Caribe**" (OSRO/RLA/602/BRA), desenvolvido em parceria com a FAO, para apoio a comunidades de agricultores afetados pela seca em três municípios bolivianos - Toledo, El Choro, Curahuara de Carangas - localizados no Departamento de Oruro. O projeto visa a assegurar a segurança alimentar de populações rurais vulneráveis nos três municípios mencionados, por meio do desenvolvimento de capacidades locais de resiliência e de gestão dos riscos da seca, ampliando oportunidades de colaboração e aprendizagem regional, na perspectiva da cooperação Sul-Sul.

2. CHILE

A ABC, em coordenação com o Ministério da Defesa, participou de resposta humanitária para auxílio no combate do incêndio florestal que afetou a região central do país, onde se localiza Santiago. As ações incluíram: envio de 2 (dois) aviões Hércules C-130 da Força Aérea Brasileira - FAB, com equipe de 27 militares, entre tripulantes e pessoal operacional de solo; e o envio de 6 (seis) técnicos do IBAMA com perfil de coordenação de operação para auxílio no combate a incêndio.

3. DOMINICA

A ABC destinou US\$ 200.000 (duzentos mil dólares estadunidenses) de recursos ao projeto "**Gestão de riscos e de desastres socioambientais para a segurança alimentar e nutricional na América Latina e Caribe**" (OSRO/RLA/602/BRA), implementado pela FAO, para apoio emergencial de restauração imediata e proteção dos meios de subsistência de aproximadamente 1.250 famílias de agricultores (em torno de 6.125 pessoas) em Dominica, afetadas pelos desastres socioambientais. As ações incluíram a distribuição de tanques de água, fertilizantes, ferramentas agrícolas, insumos para saúde animal (vacinas e antibióticos) e alimentos para gado de pequeno porte. Essa iniciativa foi desenvolvida em coordenação com a FAO e com o Fundo Central das Nações Unidas de Resposta de Emergência (CERF), com a finalidade de reforço da resiliência em Dominica.

4. MÉXICO

Em iniciativa coordenada entre o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Defesa e o governo de São Paulo, o Brasil realizou doação para atendimento à população do México, afetada pelo terremoto, no Estado de Chiapas. Entre as doações os itens constaram produtos para higiene pessoal e limpeza, colchões, cobertores e roupas. Adicionalmente, foram doados kits para padaria artesanal, para apoiar na confecção de alimentos à população.

5. PERU

Em atendimento a solicitação do governo peruano para apoio a operações de enfrentamento aos desastres socioambientais ocorridos naquele país, em decorrência de enchentes e deslizamentos de terra ocasionadas pelo fenômeno "El Niño", a ABC coordenou resposta humanitária, em benefício da população atingida. A ABC, em coordenação com os Ministérios da Integração Nacional e da Defesa, acompanhou o envio de Avião Hércules C-130 da Força Aérea Brasileira-FAB, com doação de 75 tendas operacionais para atendimento de 900 pessoas desabrigadas na região de Piura, no norte do país.

6. FLUXO MIGRATÓRIO VENEZUELA-BRASIL

Em agosto de 2017, entre os dias 14 e 17, a ABC, coordenou missão a Boa Vista e Pacaraima, em Roraima, juntamente com a FAO, o PMA e o ACNUR, para conhecimento da situação de insegurança alimentar de migrantes venezuelanos naqueles municípios. A missão também teve como objetivo a interlocução junto a secretarias municipais de Boa Vista e Paracaima, bem como secretarias do governo do Estado de Roraima e cooperativas de agricultores locais.

Em decorrência da missão, a ABC, em coordenação com o PMA e o ACNUR, apoiou projeto de assistência alimentar a populações de migrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade no município de Pacaraima, em Roraima. A ABC destinou US\$ 100.000,00 (cem mil dólares) para atendimento, por meio do PMA, às necessidades alimentares e nutricionais de cerca de 500 migrantes venezuelanos indígenas da etnia Warao, alojados no abrigo Casa de Passagem Warao, em Pacaraima, no período de novembro de 2017 a março de 2018.

7. PLANO NACIONAL DE AÇÃO – MULHERES, PAZ E SEGURANÇA

A ABC acompanhou o processo de elaboração e publicação do Plano Nacional de Ação – Mulheres, Paz e Segurança, publicado oficialmente em março de 2017, principalmente no que diz respeito a ações para fortalecimento da perspectiva de gênero na atuação do Brasil em contextos de consolidação da paz e cooperação humanitária, levando em conta os impactos diferenciados dos conflitos armados sobre homens e mulheres.

III. REUNIÕES INTERNACIONAIS

No âmbito de reuniões internacionais em 2017, a ABC atuou no sentido de enfatizar temas de interesse do Governo brasileiro no campo da cooperação internacional humanitária.

1. REUNIÃO INTERMINISTERIAL SOBRE CRISE MIGRATÓRIA DA VENEZUELA

No contexto da crise migratória na Venezuela, a ABC enviou representante para a Reunião Interministerial sobre Fluxo Migratório decorrente da crise humanitária na Venezuela, realizada em Bogotá e Cúcuta, Colômbia, entre os dias 11 e 15 de setembro de 2017. A missão teve como objetivo o reforço no diálogo e o intercâmbio de experiências com autoridades colombianas sobre controle, monitoramento e assistência humanitária a migrantes venezuelanos.

2. II REUNIÃO DO MECANISMO DE COOPERAÇÃO DA PARCERIA PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL BRASIL-REINO UNIDO

Entre 9 e 13 de outubro, a CGCH enviou representante para participação da II Reunião do Mecanismo de Cooperação da Parceria para o Desenvolvimento Global Brasil-Reino Unido, missão chefiada pelo Diretor da ABC. No âmbito da cooperação humanitária, a ABC esclareceu as ações de resposta do governo brasileiro a crises humanitárias e assinalou que o Brasil assinou, há mais de cinco anos, Memorando de Entendimento para a criação do Centro de Excelência contra a Fome do PMA, em Brasília, iniciativa pioneira que o DFID também apoiou. Na reunião, foi ainda mencionado o interesse do DFID pela experiência do Brasil sobre o uso de mecanismos de transferência de renda ("*cash transfers*") em resposta a emergências – área na qual haveria potencial para explorar possibilidades de cooperação entre o Brasil e o Reino Unido no Líbano, por exemplo.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES